

QUARTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 2009

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

(A sessão tem início às 15H00)

1. Reinício da sessão

Presidente. - Declaro reaberta a sessão do Parlamento Europeu, suspensa na quinta-feira, dia 17 de Setembro de 2009.

2. Declarações da Presidência

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, ao abrir a sessão plenária de hoje, gostaria de dizer algumas palavras sobre o referendo que se realizou na passada sexta-feira. Estou muito satisfeito com os resultados. Foi um grande dia para a Irlanda e um grande dia para a Europa.

(Aplausos)

Gostaria de dizer que, quando o resultado foi anunciado, eu estava na outra ponta da Europa, na Sicília, onde o resultado foi acolhido exactamente como os senhores deputados o acolheram – com aplausos. Em muitos outros lugares da Europa, as pessoas regozijaram-se igualmente com o resultado do referendo na Irlanda. Os Irlandeses emitiram um sinal claro de querer continuar no coração de um continente unido. *Míle buíochas do mhuintir na hÉireann.* Os maiores agradecimentos e felicitações sobre o resultado do referendo. Digo-o em irlandês, eventualmente de uma forma pouco perfeita, mas mais ou menos como soa.

A União Europeia demonstrou capacidade para ouvir os receios justificados dos seus cidadãos e para lhes responder de forma adequada. As garantias dadas à Irlanda revelaram-se satisfatórias e convenceram os eleitores de que o Tratado de Lisboa iria beneficiar o país. Foi uma vitória para a sociedade civil, e é um bom argumento para o debate ainda em curso noutros Estados-Membros.

Gostaria de sublinhar o amplo papel desempenhado pelos empregadores, uniões sindicais, organizações de agricultores e pescadores e, igualmente, pela Igreja e dirigentes sociais. Isto contribuiu para a vitória do referendo.

Gostaria, igualmente, de felicitar o Governo irlandês e a oposição, bem como um dos meus predecessores, Pat Cox, que dirigiu a campanha "Irlanda pela Europa". Parabéns a Pat Cox!

(Aplausos)

Estou confiante em que o processo de ratificação irá continuar e terminar com sucesso nos dois Estados-Membros restantes. Recebi, por parte do Presidente da Polónia, a promessa de assinar o Tratado de Lisboa sem mais demoras logo que o referendo irlandês tivesse um resultado positivo.

(Aplausos)

Espero que o Presidente Václav Klaus faça o mesmo assim que o Tribunal Constitucional Checo resolva todas as dúvidas remanescentes.

O objectivo do Tratado de Lisboa é o de preparar a União Europeia para os desafios do século XXI. Temos de fazer face aos receios dos nossos cidadãos sobre questões energéticas, sobre o desemprego crescente, a imigração e as alterações climáticas. Teremos de actuar em conjunto, tal como fizemos numerosas vezes no passado, e não deveremos esquecer-nos de que a chave do sucesso é o princípio da solidariedade europeia.

Temos muito trabalho pela frente mas, agora, estamos na posse de instrumentos essenciais, pelo que não devemos hesitar em usá-los.

Gostaria de fazer outro comentário importante sobre o referendo da Irlanda. Não podemos esquecer-nos dos que votaram "não". Tornou-se uma tradição para nós pensar em todos os Europeus, respeitando os seus pontos de vista e o direito a uma opinião diferente. Os que votaram "não" também nos querem dizer qualquer

coisa. Querem convencer-nos de algo e, acima de tudo, querem avisar-nos relativamente a algo. Tomamos esse aviso em consideração, e tomaremos igualmente o seu voto em consideração, embora estejamos extremamente gratos pelo facto de a maioria determinada do povo irlandês ter dito "sim" e de apoiar uma Europa comum. Eu próprio estou determinado a trabalhar com afinco para contribuir para o sentimento de que a nossa Europa comum é também a vossa Europa – e vamos escrever a história do futuro da Europa em conjunto.

Gostaria de abordar outros dois assuntos. São assuntos tristes.

Gostaria de recordar uma grande tragédia, e, por este meio, honrar a memória das vítimas do deslizamento de terras na vizinhança de Messina, na Sicília. Já emiti uma declaração em nome do Parlamento Europeu, exprimindo as nossas condolências aos familiares e amigos. Nessa altura, encontrava-me em Itália, e apresentei publicamente condolências aos nossos amigos e parceiros e a todos os Italianos.

Antes de começarmos, gostaria também de recordar o facto de o dia de hoje assinalar o terceiro aniversário da morte de Anna Politkovskaya, combatente dos direitos humanos e jornalista russa. Os seus assassinos ainda não compareceram perante a justiça. Anna não é, contudo, a única vítima. Recordemos igualmente, nesta ocasião, outros activistas sociais que foram assassinados nos últimos três anos.

William (The Earl of) Dartmouth (EFD). – (EN) Senhor Presidente, quando falou perante esta Assembleia apresentando a sua candidatura a Presidente do Parlamento Europeu, disse que ia ser uma figura muito objectiva e um presidente objectivo. Devo dizer que acaba de fazer uma alocução sobre o referendo irlandês – de facto levantei-me quando estava a usar da palavra, mas o Senhor Presidente estava mergulhado no seu texto – que foi um dos discursos mais subjectivos e partidários que alguma vez ouvi, e inadequado da parte de um presidente objectivo.

(Reacções diversas)

Presidente. – Provavelmente não ouviu todo o meu discurso!

(Aplausos)

3. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta

4. Transferências de dotações: ver Acta

5. Transmissão de textos de acordos pelo Conselho: ver Acta

6. Seguimento dado às posições e resoluções do Parlamento: ver Acta

7. Entrega de documentos: ver Acta

8. Perguntas orais e declarações escritas (entrega): ver Acta

9. Pedido de levantamento da imunidade parlamentar: ver Acta

10. Composição das comissões e das delegações: ver Acta

11. Rectificação de um texto aprovado (artigo 216.º do Regimento): ver Acta

12. Ordem dos trabalhos

Presidente. – Foi distribuído o projecto definitivo da ordem do dia, elaborado pela Conferência dos Presidentes na sua reunião de 17 de Setembro de 2009, nos termos do artigo 137.º do Regimento.

O relatório da senhora deputada Bauer sobre a organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem actividades móveis de transporte rodoviário foi rejeitado na sequência da votação em comissão.

Acresce que os seguintes relatórios não foram recebidos dentro do prazo devido:

– os relatórios da senhora deputada Böge

sobre a mobilização do Fundo de Solidariedade da UE: Itália, sismo nos Abruzzos, e

sobre a mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: Alemanha – sector das telecomunicações, e

– relatório da senhora deputada Haug – Projecto de orçamento rectificativo 09/2009: sismo em Itália.

Estes quatro relatórios foram, por conseguinte, retirados da ordem do dia.

Alain Lamassoure, Presidente da Comissão dos Orçamentos. – (FR) Senhor Presidente, no que se refere aos dois relatórios relativos à mobilização do Fundo de Ajustamento à Globalização a favor da indústria das telecomunicações na Alemanha e, por outro lado, do Fundo de Solidariedade para a tragédia ocorrida nos Abruzzos, em Itália, a Comissão dos Orçamentos aprovou os quatro relatórios no princípio da semana, mas não a tempo de as traduções estarem disponíveis. Queria apenas rectificar o que V. Exa. disse: esses relatórios foram realmente aprovados em comissão. Não existe nenhum obstáculo de ordem jurídica. Foram mesmo aprovados por unanimidade.

Presidente. – Agradeço a observação. É uma observação importante. Não obstante, estes relatórios não constam da ordem do dia por ainda não terem sido traduzidos. Não houve tempo suficiente. Partilho inteiramente a sua opinião. Lamento. Excedi-me no que disse.

Antes da declaração do senhor deputado Lamassoure, apresentei duas propostas de alteração. A primeira foi no sentido de a declaração do Conselho sobre a situação na Guiné ser inscrita na ordem do dia enquanto segundo ponto. A segunda foi sobre a votação de propostas de resolução relativas a indemnizações a passageiros. Gostaria de perguntar se existem quaisquer resoluções sobre estes assuntos. Não queremos confundir os pontos.

Barbara Matera (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como membro da Comissão dos Orçamentos, e também em nome do senhor deputado La Via, gostaria de usar brevemente da palavra apenas para expressar a nossa decepção perante o adiamento da votação sobre a mobilização do Fundo de Solidariedade para a região dos Abruzzos. A votação foi adiada por duas semanas e terá lugar durante o período de sessões plenárias em Estrasburgo.

Embora entendamos que existem razões de ordem técnica, também sabemos que algumas pessoas continuam a viver em tendas – e L'Aquila e a sua região, os Abruzzos, são das zonas mais frias de Itália.

Queremos simplesmente sublinhar a importância de alterar e simplificar os procedimentos de mobilização deste fundo.

Presidente. – Temos de actuar de acordo com o Regimento. Houve dificuldade em assegurar as traduções num espaço de tempo tão curto, sendo que a regra que aplicamos nestes casos é a do adiamento do assunto. Também lamento imenso o facto, mas gostaria, no entanto, de prosseguir e trabalhar as nossas ordens do dia ponto por ponto, porque, de outra forma, cairíamos numa enorme confusão.

Há pouco, levantei uma questão relativamente a dois aspectos: a declaração do Conselho sobre a situação na Guiné e a votação de propostas de resolução sobre indemnizações a passageiros. Há perguntas sobre isto?

Não há questões. O debate está encerrado.

(O Parlamento aceita as propostas)

Gianni Pittella (S&D). – (IT) Senhor Presidente, as minhas desculpas por voltar à questão dos Abruzzos. É verdade que todos nós temos respeito pelas pessoas que foram vítimas de um tremor de terra, mas não podemos só expressar a nossa solidariedade no momento em que as coisas acontecem e não dar resposta quando temos a possibilidade de o fazer.

Concordo com a senhora deputada Matera e exorto esta Assembleia, que é soberana, a aprovar o desbloqueamento do Fundo de Solidariedade, sem tradução se necessário. Não creio que devam existir problemas deste género diante da necessidade de atender a situações trágicas.

(Aplausos)

Presidente. – Caros colegas, estas observações foram muito importantes. Temos de superar estas dificuldades. Vou perguntar aos serviços se têm possibilidade de apresentar algumas traduções cruciais até amanhã e nesse caso podemos votar também amanhã. É uma decisão muito urgente.

(Aplausos)

É claro que é contra as nossas regras, mas penso que desta vez o devemos fazer, portanto vamos organizar as coisas assim.

Em ligação com a declaração da Comissão sobre liberdade de informação em Itália, recebi um pedido do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) no sentido de este ponto ser retirado da ordem do dia.

Joseph Daul, em nome do grupo PPE. - (FR) Senhor Presidente, em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), solicito que o Parlamento se pronuncie sobre a retirada do debate sobre a liberdade de imprensa em Itália e depois sobre uma proposta de resolução sobre o mesmo tema. Todas as pessoas de boa-fé sabem que o meu grupo, o PPE, é um profundo defensor da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

(Protestos)

(Aplausos)

Caros amigos, respeitem a liberdade de uso da palavra. Sempre a respeitei neste Parlamento e sempre respeitei os nossos concidadãos aqui no Parlamento.

(Aplausos)

Razão pela qual tudo fizemos para que a Carta dos Direitos Fundamentais adquirisse um valor obrigatório com o Tratado de Lisboa. Mas o debate previsto para amanhã apenas visa um país e não a questão - sobre a qual estamos prontos a realizar um debate de fundo - da liberdade de imprensa na Europa. O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) não aceita que este Parlamento se torne um local de ajuste de contas políticas e puramente nacionais, coisa a que assistiríamos amanhã se se mantivesse tal debate.

(Protestos)

(Aplausos)

Por conseguinte, sim à defesa da liberdade de imprensa na Europa, mas não a uma instrumentalização do nosso Parlamento para fins puramente partidários e nacionais. Retomarei também amanhã, como verão, o que disse o presidente Napolitano, que é um homem que respeito muito pois trabalhei muito com ele, mas falarei disso amanhã.

Francesco Enrico Speroni, em nome do Grupo EFD. - (IT) Senhor Presidente, não tenho muito a acrescentar à proposta feita pelo senhor deputado Daul na sua intervenção. Todos nós amamos a liberdade nas suas várias formas, incluindo a liberdade de expressão e de imprensa no seu sentido mais lato, ou seja, não só a imprensa escrita, mas também a televisão e outros meios de comunicação. É justo, portanto, que a defendamos e apoiemos.

Porém, não é justo explorar a situação apontando o dedo a um conjunto de circunstâncias apenas, pois a verdade é que qualquer pessoa em Itália que se ligue à Internet, que vá a um quiosque ou veja televisão, pode concluir que a liberdade de imprensa não está de modo algum em risco. Resumindo, se se quer de facto acusar alguém, então que se faça uso do artigo 122.º do Regimento e do artigo 7.º dos Tratados e se tenha a coragem de ir até ao fim.

Martin Schulz, em nome do Grupo S&D. - (DE) Senhor Presidente, o senhor deputado Daul tem bastante razão no que acaba de dizer. Sim, é verdade que o senhor deputado Daul é uma pessoa que respeita todos

os aspectos da liberdade de expressão. É bem conhecido por isso. Contudo, há claramente algumas pessoas na UE que não respeitam a liberdade de expressão na mesma medida que o senhor deputado Daul, antes têm um entendimento diferente do que é liberdade de expressão. Daí a necessidade deste debate.

Assim, face ao debate em curso num dos Estados-Membros, mais concretamente a Itália, consideramos que o debate no Parlamento é apropriado, se bem que não apenas em virtude da situação em Itália mas por força da questão de saber se, em resultado da concentração do poder económico, político e dos *media* a um ponto nunca antes visto na UE, a liberdade de expressão representa ou não um risco para o desenvolvimento democrático da Europa. É precisamente esse o ponto que queremos discutir. Devemos, pois, fazê-lo e rejeitar a moção proposta pelo senhor deputado Daul.

(Aplausos)

(O Parlamento rejeita o pedido)

Presidente. A declaração da Comissão sobre liberdade de informação em Itália manter-se-á na ordem do dia.

Recebi outro pedido do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) no sentido de o debate não ser encerrado com a apresentação de propostas de resolução.

Daniel Cohn-Bendit, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Deputado Daul, somos um Parlamento que deve, sem sombra de dúvida, votar e assumir responsabilidade pela concessão, quanto antes, de ajuda financeira à população dos Abruzzos.

Somos também um Parlamento com uma responsabilidade. Quando debatemos alguma questão, somos chamados, seguidamente, a votar uma proposta de resolução sobre a mesma, de modo a que o debate cumpra uma finalidade. Faço, pois, questão de afirmar que somos favoráveis à aprovação de uma proposta de resolução na sequência deste debate.

(Aplausos)

Mario Mauro, em nome do Grupo PPE. – (IT) Senhor Presidente, gostaria de intervir a favor da proposta que visa impedir que esta resolução vá para a frente. As palavras que ouvi do senhor deputado Schulz são de facto, na minha opinião, extremamente significativas: se existe efectivamente a intenção de englobar a "Europa" neste debate e não limitá-lo a Itália, então não tem sentido pronunciarmo-nos sobre uma resolução intitulada "Liberdade de informação em Itália".

De toda a forma, façamos o debate amanhã: teremos pois tempo e maneira de abordar a questão no contexto europeu e votar uma resolução sobre a liberdade de informação na Europa.

(O Parlamento rejeita o pedido)

(A ordem dos trabalhos é aprovada)

13. Período de votação

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

13.1. Proposta de decisão (B7-0079/2009) - Constituição e atribuição de competências, composição e duração do mandato da Comissão Especial para a Crise Financeira e Económica (votação)

- Antes da votação:

Eva Joly (Verts/ALE). - (FR) Senhor Presidente, gostaríamos que fosse acrescentado ao ponto A o seguinte:

(EN) "e também nos países em desenvolvimento", para que o texto passe a ter a seguinte redacção: "analisar e avaliar a dimensão da crise social, económica e financeira, o seu impacto na União e nos Estados-Membros, e também nos países em desenvolvimento".

(O Parlamento rejeita a alteração oral)

Eva Joly (Verts/ALE). – (EN) Senhor Presidente, queremos também incluir uma referência à "cooperação para o desenvolvimento", para que a frase passe a ter a seguinte redacção: "Analisar e avaliar a aplicação até à data da legislação comunitária em todos os domínios abrangidos, incluindo a cooperação para o desenvolvimento". Considerámos que o ponto de vista dos países em desenvolvimento não estava reflectido no mandato.

(O Parlamento rejeita a alteração oral)

14. Declarações de voto

Declarações de voto escritas

Proposta de decisão: Constituição e atribuição de competências, composição e duração do mandato da Comissão Especial para a Crise Financeira, Económica e Social (B7-0079/2009)

William (The Earl of) Dartmouth (EFD), por escrito. – (EN) O Governador do Banco de Inglaterra (Mervyn King) declarou – correctamente, na minha opinião – o seguinte: "Os bancos são internacionais em vida, mas nacionais na morte...". São os governos nacionais e os contribuintes nacionais que pagam quando é necessário tirar os bancos de apuros financeiros. Daí se infere, portanto, que a supervisão bancária deve ser efectuada numa base nacional e não via União Europeia. Foi por isso que votei contra a constituição de uma comissão especial da UE sobre a crise financeira e económica.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), por escrito. – A constituição da Comissão Especial sobre a crise financeira e económica é fundamental enquanto órgão que analisa e avalia a coordenação das acções realizadas pelos Estados-Membros de apoio ao crescimento sustentável e qualitativo. É imperioso analisar e avaliar a dimensão da crise social, económica e financeira, mas também propor medidas que facilitem a reconstrução a longo prazo de mercados financeiros sólidos e estáveis que permitam apoiar um crescimento económico capaz de combater o desemprego e de responder aos desafios demográfico e climático.

É fundamental a aposta no envolvimento das Universidades, de representantes da comunidade científica e de investigadores como parceiros estratégicos. Esta parceria deve ser dinamizada, pois será decisiva para que possamos, simultaneamente, combater a crise económica e os problemas de desemprego a curto prazo bem como encontrar soluções a longo prazo de resposta ao problema das alterações climáticas através do desenvolvimento e utilização de energias limpas.

Diogo Feio (PPE), por escrito. – A constituição da Comissão Especial para a Crise Financeira e Económica pode revelar-se fundamental para preparar o futuro da UE. Isso mesmo poderá ser alcançado não só através da discussão e apresentação de medidas, mas também através da determinação de mecanismos que poderão ser colocados para evitar que, num futuro mais ou menos próximo, nos deparemos com uma situação semelhante. Assim, é fundamental aprender as lições desta crise através da análise das suas causas e consequências. É também relevante corrigir as falhas do sistema financeiro que levaram à actual situação, através da adopção de melhor legislação devidamente justificada.

Não podemos correr o risco de criar um ambiente regulamentar tão estrito que possa levar a que a retoma venha a demorar mais, nem que a UE se venha a tornar, num clima de grande concorrência, num mercado financeiro pouco atractivo.

Esta Comissão poderá ainda manter-se para além dos 12 meses previstos, de modo a permitir um acompanhamento e apreciação das medidas que serão adoptadas no contexto da actual crise.

Petru Constantin Luhan, por escrito. – (RO) Apoio esta medida, absolutamente confiante em que esta comissão irá levar a cabo uma análise adequada da envergadura da crise financeira que afectou a totalidade dos Estados-Membros, bem como apresentar recomendações periciais que contribuam para a recuperação económica da União Europeia. Não me foi, porém, possível tomar parte na votação desta proposta pelo facto de ter tido um problema como o meu cartão de voto.

Franz Obermayr (NI), *por escrito*. – (DE) Para ultrapassar a actual crise financeira e os seus efeitos nas economias dos Estados-Membros, e em última análise nas áreas sociais destes, serão necessários intensos esforços conjuntos. A decisão tomada pela Conferência dos Presidentes, em 17 de Setembro de 2009, no sentido de propor a constituição de uma comissão especial encarregada de proceder a uma análise estruturada e elaborar propostas de medidas adequadas à manutenção de mercados financeiros sustentáveis e resistentes a crises merece, pois, ser apoiada. Contudo, numa nota crítica, forçoso se torna referir que já passaram mais de doze meses desde o aparecimento dos primeiros sintomas de crise, no ano passado, e que a crise propriamente dita estalou logo no início deste ano. As medidas introduzidas desde então devem ser encaradas, antes de mais, como medidas de controlo dos sintomas e de emergência para salvaguardar os postos de trabalho. Em apoio da proposta de resolução que hoje somos chamados a votar, convém sublinhar a importância de adoptar medidas coordenadas e selectivas, já que, com todo o devido respeito pelo princípio de subsidiariedade, as soluções individuais acabarão por conduzir, uma vez mais, a distorções da concorrência.

15. Correções e intenções de voto: ver Acta

16. Resultados do referendo na Irlanda (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre o resultado do referendo na Irlanda.

Gostaria de dar as boas-vindas hoje a esta Assembleia ao Primeiro-Ministro da Suécia, em representação da Presidência sueca. É para nós motivo de grande satisfação tê-lo aqui connosco, embora tenha havido um problema de formalidades que muito lamento.

Senhor Presidente Barroso, é óptimo que também se encontre aqui connosco num momento tão importante para a nossa União Europeia. Muito obrigado.

Podem ver como é difícil por vezes cumprir todas as formalidades, mas, como vêem, nós somos uma instituição muito democrática. É sempre necessário pôr todas as coisas em ordem. Depois de tudo ficar organizado, já podemos chegar todos a acordo.

Passaremos agora ao ponto principal da ordem de trabalhos desta tarde. A vossa presença nesta Câmara para debater um assunto tão importante reveste-se para nós de grande significado.

Fredrik Reinfeldt, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhor Presidente, estou muito grato por me encontrar hoje aqui e por ter a oportunidade de usar da palavra perante o Parlamento Europeu logo a seguir ao resultado positivo do referendo na Irlanda. Presto a minha homenagem ao Primeiro-Ministro Brian Cowen e aos que a ele se associaram e digo também o seguinte a todos os que se empenharam na campanha, independentemente do seu partido ou dos seus antecedentes, e contribuíram para este resultado vitorioso: obrigado pelos vossos esforços. Esta foi uma boa decisão para a Irlanda e é uma boa decisão para a Europa.

Penso que podemos dizer que a Europa deu ouvidos às críticas que foram feitas; sei que as garantias jurídicas oferecidas pelo Conselho Europeu foram decisivas na campanha para o referendo. Posso dizer também que as Presidências francesa e checa envidaram esforços que foram cruciais para encontrar uma maneira de dar resposta às preocupações dos Irlandeses. Penso que deveríamos dizer também que foi muito positivo ter a fortíssima maioria demonstrada no referendo, uma maioria convincente de 67,1% e com uma elevada afluência às urnas, da ordem dos 59%. Portanto, tudo isto constitui um conjunto de óptimas notícias para a Europa.

E, como é evidente, não preciso de explicar a este Parlamento a necessidade de pôr em prática o Tratado de Lisboa. Esse Tratado permitir-vos-á ser mais democráticos, ser mais eficientes e ser mais transparentes. Aumentará, de facto, a influência da UE na cena internacional e dar-nos-á mais força para responder aos desafios globais, e sei que este Parlamento também passará a poder desempenhar um papel mais importante no processo de tomada de decisões em geral. É, pois, muito importante pôr em vigor este Tratado de Lisboa.

O Conselho Europeu está unido no seu desejo de que o Tratado entre em vigor até ao fim do corrente ano e até ao fim da Presidência sueca. Com o número de países que o ratificaram – vamos agora em 24 que o ratificaram plenamente – o país número 25 poderá de facto ser a Polónia, considerando os sinais que neste momento nos chegam do Presidente polaco. No Sábado, depois de ser conhecido o resultado do referendo na Irlanda, falei com o *Taoiseach* Brian Cowen, que disse que necessitariam de umas duas semanas para assegurar uma plena ratificação parlamentar, e por isso podemos também dizer que o país número 26 será,

por fim, a Irlanda; desse modo, resta-nos apenas a República Checa para termos as 27 ratificações plenas. Para esse efeito, tivemos hoje aqui em Bruxelas uma reunião com as três instituições: a Presidência, o Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, e o Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek. O Primeiro-Ministro checo, Jan Fischer, também se nos juntou e tentámos avaliar esta situação. Talvez saibam que 17 senadores recorreram ao Tribunal Constitucional na República Checa para apresentar uma queixa relativa ao Tratado de Lisboa, para ver se o mesmo está em conformidade com a Constituição checa. Jan Fischer disse-nos que este é um tribunal independente que neste momento está a trabalhar com grande rapidez para tomar a decisão de discutir ou não esta petição. Não podemos prever hoje uma data exacta em que seja tomada essa decisão e aguardamos, é claro, esse sinal. Temos esperança de o receber dentro de apenas uma ou duas semanas. Hoje, a mensagem da República Checa é esta: um tribunal independente vai tomar uma decisão talvez dentro de uma semana, ou talvez ainda falem duas semanas para sabermos como irão proceder.

Como Presidente do Conselho Europeu, é minha a responsabilidade de fazer avançar o trabalho da União. É minha forte convicção que não temos tempo a perder. Por isso decidi que enquanto aguardamos uma clarificação na República Checa, prosseguiremos, em primeiro lugar, os preparativos para a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e, em segundo lugar, quando for claro quando é que o Tratado de Lisboa vai entrar em vigor, quando isso estiver claro, iniciarei as consultas sobre as nomeações do novo Presidente do Conselho Europeu e do Alto Representante e Secretário-Geral do Conselho. Estes preparativos não são um assunto apenas para a Presidência: são um assunto para três Instituições ao mesmo tempo. Direi, portanto, que é muito importante que desenvolvamos uma colaboração estreita e construtiva neste processo com a Comissão e o Parlamento Europeu. Voltarei a renovar a minha oferta de colaboração a este Parlamento quando estivermos a envidar esforços para pormos finalmente em vigor o Tratado de Lisboa.

Recordemos também que, apesar destes assuntos institucionais, esta Presidência sueca – tal como este Outono – está, como é evidente, muito influenciada pela necessidade de agir relativamente às alterações climáticas, pela necessidade de agir relativamente à crise financeira, pela preocupação, na Europa, de necessitarmos de uma política para a criação de emprego – muitos assuntos importantes de que é preciso tratar. Isso, para nós, é demonstrativo da necessidade de actuarmos, de pormos em vigor o Tratado de Lisboa, como acabei de dizer, e de nos mantermos activos como Presidência relativamente a estes assuntos que são importantíssimos para os nossos eleitores.

Presidente. – Senhor Primeiro-Ministro, muito obrigado pela sua mensagem muito clara relativamente a tudo o que se está a passar depois da votação na Irlanda e também pela mensagem muito clara sobre colaboração entre o Parlamento Europeu e a Presidência do Conselho Europeu. Iniciámos agora mesmo as discussões com Cecilia Malmström, uma ex-deputada ao Parlamento Europeu, de quem muito bem nos recordamos. Muito obrigado pela sua proposta e pela sua mensagem muito clara.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, no passado fim-de-semana o povo irlandês tomou uma decisão importantíssima e histórica: uma decisão importantíssima para a Irlanda; uma decisão importantíssima para a Europa. O povo irlandês, por retumbante maioria, reconheceu a importância do Tratado de Lisboa, um Tratado que oferece uma Europa mais democrática e eficaz, um Tratado que nos proporciona a plataforma certa para a concretização da União Europeia moderna e coroada de êxito que os nossos cidadãos desejam ver.

O Tratado conta agora com o acordo democrático de todos os 27 Estados-Membros. Todos os Estados-Membros da União Europeia, por votação parlamentar ou popular, aprovaram o Tratado.

Este é de facto um êxito notável. Demonstra como a Europa alargada é capaz de partilhar uma visão para o nosso futuro e uma decisão de seguir em frente. Foi uma decisão tomada de forma democrática. Do que precisamos agora é de que se concluam os procedimentos de ratificação.

Vejo com satisfação que o Presidente Kaczyński da Polónia vai apor muito em breve a sua assinatura. Como sempre me tem dito, estará pronto para o fazer depois de os Irlandeses votarem "sim". É de facto uma excelente notícia.

É evidente que temos de esperar pela conclusão do processo na República Checa. É necessário que respeitemos a ordem constitucional daquele país, como fizemos noutros países, mas uma vez concluídos esses procedimentos, não vejo motivo para que não se possa concluir rapidamente este processo.

Isto é importante para a Europa no seu todo, mas é particularmente importante para a Comissão. É meu desejo ver instituída a nova Comissão, uma Comissão conforme ao Tratado de Lisboa, e desejo vê-la em funções o mais rapidamente possível. Não é do interesse de ninguém termos durante muito tempo uma

Comissão com simples competências de gestão. Estou pronto para dar início à formação da próxima Comissão assim que o Conselho considerar que está em condições de esclarecer definitivamente qual é a base jurídica e também de nomear o Alto Representante que passará a ser Vice-Presidente da Comissão.

Agradeço todos os esforços envidados pela Presidência sueca e, pessoalmente, pelo Primeiro-Ministro Reinfeldt para chegar a uma rápida conclusão de todos estes processos. A iniciativa hoje tomada pelo Primeiro-Ministro Reinfeldt numa reunião comigo e consigo, Senhor Presidente Buzek, e a videoconferência com o Primeiro-Ministro Fischer, foi uma excelente e útil iniciativa.

Também sei que este Parlamento tem trabalhado incansavelmente para promover o Tratado de Lisboa. O Parlamento e a Comissão trabalharam conjuntamente para explicar porque é que esse é o tratado certo para a Europa. Orgulho-me do papel que a Comissão desempenhou para dar ao povo irlandês as informações de que precisava para tomar a sua decisão.

Agora que temos uma verdadeira probabilidade de ver o Tratado de Lisboa finalmente ratificado e todo este processo concluído, podemos virar as nossas atenções para o trabalho da implementação do Tratado. Gostaria de aproveitar este ensejo para pôr em destaque quatro áreas em que estamos a trabalhar afincadamente para garantir que poderemos ser bem sucedidos desde o início da nossa actividade quando o Tratado entrar em vigor.

Uma das áreas mais importantes e mais complexas tem de ser a das inovações relativas ao Serviço Europeu de Acção Externa. Temos trabalhado arduamente para reflectir sobre alguns dos pormenores práticos relativos ao modo como podemos fazer do Serviço Europeu de Acção Externa um verdadeiro sucesso. Este trabalho vai agora sofrer uma aceleração e, no mesmo espírito que caracterizou as observações há pouco feitas pela Presidência sueca, quero declarar que a Comissão Europeia está decidida a trabalhar com o Parlamento para atingir esse objectivo.

Sei que o senhor deputado Elmar Brok tem assumido uma posição de liderança no que respeita a este assunto aqui no Parlamento. Fui informado de que o irão debater na próxima sessão plenária. É uma altura excelente, porque ela decorrerá pouco tempo antes de a mesma questão ser discutida no Conselho Europeu. Penso que esse relatório constitui uma excelente base para discussões entre as nossas Instituições e congratulo-me com o forte espírito comunitário que inspira o relatório. É exactamente esse o espírito que apoiarei na preparação da importante inovação que é o Serviço Europeu de Acção Externa.

Outro aspecto é a comitologia. É um aspecto importante do modo como a União Europeia desenvolve a sua actividade. O Tratado de Lisboa introduz novas regras que tornam o sistema mais racional e transparente. Precisamos de estabelecer exactamente o modo como o novo sistema deverá funcionar. Mas vou ser claro: muitas destas decisões têm grande importância política e merecem ser objecto de um controlo democrático adequado e de uma verdadeira apropriação política. Por isso é necessário mantermos o vigoroso papel hoje em dia desempenhado pelo Parlamento.

Outro importante elemento democrático são os novos mecanismos que permitem aos parlamentos nacionais ter uma palavra a dizer directamente sobre a subsidiariedade. É necessário que coloquemos estes mecanismos no contexto mais alargado das excelentes relações com os parlamentos nacionais que foram construídas pela Comissão e também pelo Parlamento Europeu ao longo dos últimos anos.

Por último, gostaria de referir a Iniciativa de Cidadania Europeia. É uma das inovações mais surpreendentes na agenda democrática do Tratado e constitui uma inovação em que este Parlamento já trabalhou em pormenor. A Comissária Margot Wallström tem liderado o nosso trabalho de elaboração de um Livro Verde que lance uma consulta o mais rapidamente possível, com o objectivo de ver esta oportunidade colocada nas mãos dos cidadãos no prazo de um ano a contar da data da sua entrada em vigor.

Quando falei o mês passado perante este Parlamento, defini o que considerava serem os maiores desafios e as grandes oportunidades que hoje em dia a Europa tem na sua frente. O Tratado de Lisboa será para nós o trampolim adequado para nos ajudar a fazer desses objectivos uma realidade, e estou certo de que, com esta parceria construtiva entre as nossas Instituições, faremos desse Tratado um êxito. É este o compromisso assumido pela Comissão Europeia.

Presidente. – Senhor Presidente Barroso, muito obrigado pelo seu discurso e pela prontidão que revelou para colaborar na implementação do Tratado de Lisboa.

A cooperação entre o Parlamento e o Conselho durante a videoconferência com o Primeiro-Ministro Jan Fischer da República Checa também foi excelente, por isso lhe agradeço uma vez mais, Senhor Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt, por ter organizado essa videoconferência.

Joseph Daul, em nome do grupo PPE. - (FR) Senhor Presidente, Senhores Presidentes, caros colegas, ao manifestarem, na sexta-feira passada, um "sim" franco e maciço, os Irlandeses não só disseram "sim" ao Tratado de Lisboa como, sobretudo, disseram "sim" a uma Europa sentida como um espaço de solidariedade e de valores comuns. Afirmaram a sua profunda ligação a uma Europa que influencia a globalização sem ser comandada por ela, a uma Europa que partilha com os seus parceiros as suas opções de sociedade, a sua escolha de uma economia social de mercado.

Em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) congratulo-me com esse voto, que mostra bem que, quando um povo é consultado sobre as verdadeiras questões em jogo, como o princípio de pertença à União Europeia, responde à pergunta que lhe é colocada e fá-lo com convicção.

Na sexta-feira, os nossos amigos irlandeses responderam à pergunta: "São favoráveis ao Tratado de Lisboa e, em caso negativo, estão dispostos a pôr em causa a adesão do vosso país à União?" A esta pergunta, responderam de forma inequívoca, com um "sim" claríssimo. O que só prova uma coisa: que a Europa é sentida por aquilo que é, ou seja, como um elemento protector, uma zona de estabilidade, de paz e de Estado de direito que tranquiliza.

Penso que o voto irlandês terá um impacto importante sobre a nossa forma de construir a Europa, sobretudo nos próximos meses, na medida em que prova a profunda ligação dos nossos povos aos valores de que a Europa é portadora. O voto irlandês encoraja-nos na nossa acção europeia e, simultaneamente, liga-nos. Encoraja-nos, pois é a primeira vez, desde há muito tempo, que um povo europeu manifesta com tanta força a sua vontade de participar na aventura europeia apesar da crise - ou melhor, devido precisamente a ela. Mas liga-nos também, na medida em que é nosso dever cumprir a exigência de solidariedade, que motivou largamente o "sim" irlandês.

Voltando às instituições europeias, é precisamente o que o Tratado de Lisboa nos permitirá fazer. Permitirá à Europa ser mais eficaz, ao tornar o voto por unanimidade, muitas vezes paralisante, a excepção, e o voto por maioria, a regra.

E permitir-lhe-á também ser mais identificável, criando uma Presidência permanente do Conselho em vez da Presidência rotativa actual, e conferindo mais peso ao nosso Alto Representante para a Política Externa. Com efeito, a Europa tem de possuir uma face, tanto para os seus cidadãos como para os nossos parceiros internacionais.

Por fim, o Tratado de Lisboa tornará a Europa mais democrática, conferindo um peso muito mais importante a este Parlamento, mas conferindo também aos parlamentos nacionais, bem como aos cidadãos, uma palavra a dizer nos assuntos europeus. Os Irlandeses foram, na sexta-feira, o último povo europeu a emitir um parecer positivo sobre o Tratado de Lisboa. Todos os outros países já o fizeram, seja directamente, seja pela voz dos seus respectivos parlamentos, incluindo a Polónia e a República Checa.

Assim, peço aos Presidentes daqueles dois países que procedam, muito rapidamente, à assinatura formal do Tratado, permitindo assim aos 27 avançarem e porem-no em prática o mais tardar no início de 2010.

Devo dizer, particularmente ao Presidente Klaus, que o voto dos Irlandeses por 67% deve motivá-lo a assinar, na altura certa, este Tratado. E, em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), peço-lhe que se conduza - não duvido de que o fará - de forma responsável.

Senhores Presidentes, caros colegas, chegou o momento de a Europa pôr de lado as questões institucionais e dedicar-se aos verdadeiros desafios para os 500 milhões de Europeus: a economia social de mercado, a energia, o clima e a segurança.

Obrigado, Senhor Presidente em exercício do Conselho Fredrik Reinfeldt e Senhor Presidente da Comissão José Manuel Barroso, pelas propostas que apresentaram. Podem contar com o PPE para que o trabalho avance muito rapidamente.

Martin Schulz, em nome do Grupo S&D. - (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente, estamos a discutir o resultado deste referendo. Muito foi dito sobre os aspectos institucionais e nada tenho a acrescentar ao que aqui disse o Primeiro-Ministro Reinfeldt. Penso que é bom ele não ir actuar precipitadamente, antes ter dito

que aguardamos, pois ainda não estamos na linha da meta; ainda precisamos de percorrer as etapas finais deste processo de ratificação antes de podermos dar resposta a questões institucionais.

Senhor Presidente Barroso, tal como nós, V. Exa. ficou muito satisfeito. A sua alegria deve ter ficado um pouco ensombrada ao final do dia de domingo, já que os 382 votos que recebeu incluíam 55 votos de membros de um grupo que tem como objectivo impedir que o Tratado de Lisboa entre em vigor. Quando se regozija em relação ao Tratado de Lisboa, tem de se lembrar que foi apoiado por pessoas que pretendem exactamente o oposto do que o senhor se está a esforçar por conseguir. Tem de ter isso em conta, e melhor seria que a sua maioria tivesse por base uma maioria pró-europeia neste Parlamento.

(Risos)

Quando falamos sobre o resultado do referendo, Senhor Presidente, falamos no entanto sobre algo bastante diferente. Não é sobre os jogos institucionais que agora irão ter lugar, nem sobre como as maiorias se formam neste Parlamento, mas sobre algo muito mais importante, que é a questão de saber o que devemos dizer ao Presidente da República Checa. Os 27 Estados-Membros da União Europeia têm um total de 500 milhões de habitantes. A China possui 1,3 mil milhões. A Índia 1,1 mil milhões. Estes dois países possuem em conjunto um terço da população do globo! Ambos se sentam hoje à mesa das negociações do G20. O maior Estado-Membro da UE que integra o G20 representa um potencial económico de apenas 82 milhões de pessoas.

Temos duas opções. O Tratado de Lisboa não serve – como o Sr. Vaclav Klaus afirmou – para fazer da União uma força contra os Estados-Membros, antes visa algo completamente diferente. Destina-se, isso sim, a fazer da União um parceiro forte na cena mundial, por forma a fortalecer cada um dos Estados-Membros. É este o objectivo explícito do Tratado de Lisboa. Este Tratado, contrariamente à opinião do Sr. Klaus, serve, em particular, os interesses dos pequenos Estados-Membros da EU. Um país com 10 milhões de habitantes – tomemos o seu país como exemplo, Senhor Presidente Barroso – comparado com o Brasil, Portugal já não possui a posição que possuía no século 19. É claro que, no século 21, o Brasil é o país mais forte. Como todos os Estados Europeus, Portugal necessita da União para, em conjunto, sermos fortes. Quando se trata da luta contra as alterações climáticas, da crise financeira, do controlo de pandemias, do combate ao flagelo da fome no mundo, dos esforços pela manutenção da paz, da prevenção da ocorrência de guerras sobre recursos, a Europa só será bem-sucedida se actuar como um bloco unido, fracassando se os Estados Membros se dividirem entre si.

Assim, a questão que devemos colocar ao Presidente Klaus é a seguinte: pesando a responsabilidade que ele está a assumir, será possível uma única pessoa – que presumivelmente está a fazer uso dos seus poderes constitucionais, e não vou contestá-lo – assumir sozinha esta responsabilidade, quando todos os outros governos e parlamentos, e agora também 67% da população da Irlanda que votou "sim", têm uma opinião diferente?

Precisamos de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente Klaus. Tem ele plena consciência de que este continente se encontra num ponto de viragem crucial, por outras palavras, que é tempo de decidir se queremos, através da unidade, tornar-nos mais fortes ou se, pelo contrário, queremos avançar isoladamente, o que nos tornará mais fracos? É esta a questão crucial.

A concluir, foi, sem dúvida, um bom dia para a Europa, e o dia em que este tratado foi finalmente ratificado será um dia ainda melhor. O Senhor Presidente Klaus deveria assumir a sua responsabilidade histórica e assinar este tratado.

Guy Verhofstadt, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, a passada sexta-feira representou um passo realmente histórico: 67% dos votos. Podem-se modificar todas as constituições da Europa com uma maioria de dois terços; penso que na Suécia também é necessária uma maioria de dois terços.

Temos de agradecer a Brian Cowen. Também agradeço especialmente a Pat Cox, que fez um trabalho notável, e a todos os eurodeputados irlandeses favoráveis ao Tratado de Lisboa, porque conduziram uma campanha espectacular a favor desse Tratado. Portanto, estou feliz. A razão para tal é que iniciámos todo este exercício na sequência do Tratado de Nice, com uma declaração em Laeken, e levou oito anos – por isso prometo não reiniciar todo este processo, Senhor Presidente.

Com este "sim" irlandês, todos os cidadãos da Europa, directa ou indirectamente, por meio de um referendo ou por meio dos respectivos parlamentos, disseram "sim" ao Tratado de Lisboa. Essa foi também uma mensagem dirigida aos eurocépticos, que estavam sempre a dizer: "não – as pessoas são contra a Europa,

contra as instituições europeias". Sessenta e sete por cento da população irlandesa: aquilo a que assistimos na sexta-feira é uma mensagem clara dirigida aos eurocépticos.

Temos de pedir a toda a gente, homens e mulheres, que assumam as suas responsabilidades para que o Tratado de Lisboa possa entrar em vigor o mais rapidamente possível. É chegada a altura de concluir finalmente este processo. Com este "sim" irlandês, sabemos que o Tratado de Lisboa entrará em vigor; sabemos-lo, porque esse era o último obstáculo a transpor. Não sabemos, no entanto, quando é que entrará em vigor, e penso que esse é o problema que temos de debater esta tarde. Entretanto, o que fazemos?

Sabemos que temos de esperar até o Tribunal Constitucional da República Checa se pronunciar. Como V. Ex.^a ontem disse no jornal *Le Monde*, no pior cenário, ainda temos de esperar uns meses, e penso que ninguém nesta Assembleia pode tolerar o facto de a União ficar de mãos atadas nos próximos meses. Podemos aceitar que a Comissão fique a tratar dos assuntos correntes, porque depois de 31 de Outubro deverá ficar a tratar dos assuntos correntes. Precisamos de agir, e de agir urgentemente. Por isso, Senhor Presidente do Conselho Fredrik Reinfeldt, convido-o a dar início o mais rapidamente possível ao processo de nomeação da Comissão.

Há três semanas, votámos no Presidente da Comissão com o argumento de que a crise actual não nos permite adiar a tomada de decisão. Foi esse o argumento que apresentou. O mesmo se aplica agora à nomeação da Comissão. Não é necessário esperar: é possível uma nova Comissão com o Tratado actual, com o actual estatuto do Alto Representante e depois, uma vez ratificado o Tratado de Lisboa, pode instalar sem problemas um Alto Representante com outro estatuto e um Presidente do Conselho. De facto, não há motivo para ficar à espera para se avançar com a Comissão.

Este era também o objectivo do Presidente da Comissão, se bem o entendi quando falou há uns minutos. Receio ouvir V. Ex.^a dizer: "Não, eu espero. Espero porque quero um pacote de medidas global, um pacote global que inclua o Presidente do Conselho". O que eu digo é que isso não constitui um problema: prepare o seu pacote global. Prepare-o agora, e a decisão sobre o Presidente do Conselho pode ter um carácter tão político como a que tomou primeiro relativamente ao Senhor Presidente Barroso. Apresentou-o como candidato por decisão política, não por uma decisão formal, porque nós pedimos que a formalizasse depois. Pode fazer exactamente o mesmo com o Presidente do Conselho e depois, uma vez ratificado o Tratado, pode formalizar todo o pacote. Depois muda o estatuto do Alto Representante, que se torna Vice-Presidente da Comissão. Ao mesmo tempo, a decisão política que tomar agora relativamente ao Presidente do Conselho pode ser posta em prática; pode formalizá-la depois.

Esta é a melhor maneira de agir, a melhor pressão que pode exercer sobre aqueles países que ainda não assinaram: formalize-a, porque eles sabem que nós queremos avançar. E continuamos a não ter de ficar à espera semanas e meses a fio. Seja como for, V. Ex.^a disse que não há tempo a perder. Concordo consigo: com a actual crise económica e financeira, não há tempo a perder.

Constitua a Comissão já, o mais rapidamente possível. Convença os seus colegas do Conselho e tome a sua decisão relativamente ao Alto Representante com base no actual Tratado. Escolha um dos candidatos – já vi que há candidatos em número suficiente – para Presidente do Conselho e avance com o processo.

Daniel Cohn-Bendit, em nome do grupo Verts/ALE. - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, penso que temos de retirar lucidamente as lições do que aconteceu na Irlanda.

Os Irlandeses votaram favoravelmente - e Guy Verhofstadt tem toda a razão, por 67%, ou seja, por uma claríssima maioria - porque a realidade impôs uma visão clara. Antes de mais, a realidade da crise, em que eles sentiram que a Europa lhes era necessária. Mas sentiram também que este voto implicava, na prática - como já disse Joseph Daul com toda a razão -, que, ou diziam sim, ou entravam num processo de saída. O que há que perceber, portanto, é que os referendos na Europa só têm sentido se tiverem consequências. Se for um jogo, uma questão de humor, podem dizer que não mas continua tudo na mesma. Então, reagiram segundo o seu humor.

Mas penso que há que continuar o debate sobre a Europa. Há que chegar a um referendo europeu, em que todos os Europeus votem por maioria qualificada, e aqueles que disserem "não" deverão dizer se respeitam o resultado e se mantêm dentro, ou se saem. Se os Ingleses pensarem que esta observação lhes é dirigida, não estão enganados. Porque há que acabar com esta situação em que a Europa pode sempre ser vítima de chantagem. Um espaço democrático não pode viver com chantagens, e, se não conseguirmos resolver este problema, penso que o espaço democrático europeu não irá funcionar.

A segunda coisa que temos de compreender com lucidez é a situação em que nos encontramos. Guy Verhofstadt disse duas ou três coisas sobre o assunto. Mas o que me mete medo é o facto de, para o Presidente

Barroso, ter havido um debate público. Não ganhámos, perdemos, é a vida! Mas houve um verdadeiro debate público. Em seguida, houve um confronto. E o senhor ganhou a maioria.

Senhor Deputado Schulz, não devemos estar sempre a apontar o dedo aos outros. Se todos os socialistas tivessem votado connosco contra José Manuel Barroso, ele não teria tido a maioria. Também isto tem de ser dito, e não apenas isto ou aquilo. A vida é assim. Sim, Martin, é verdade, passas a vida a dizer "os outros, os outros". Por vezes também é preciso que os sociais-democratas aprendam a assumir as suas responsabilidades nas derrotas. Sem isso, nunca ganharemos.

Gostaria agora de dizer uma coisa sobre o aspecto processual. E aqui não estou de acordo consigo, Senhor Presidente Reinfeldt. Vamos ter um Presidente do Conselho Europeu. Não quero que seja um golpe de Estado. De repente, no último momento, os senhores vão propor alguém. Numa semana, a decisão terá sido tomada. Penso que a Europa tem o direito de proceder a um debate público, penso que as opiniões públicas de todos os Estados-Membros devem ter o direito de se pronunciar sobre as vossas propostas. Quer se trate do Sr. Blair, do Sr. Balkenende, do Sr. Jean-Claude Juncker ou do Sr. Guy Verhofstadt, penso que temos direito a um debate público. Não devem ser os governos a decidirem, à porta fechada, sobre o Presidente da Europa, no último momento.

Porque é que estou a dizer isto? Porque todos sabemos que, neste momento, as opiniões públicas não são favoráveis ao Sr. Blair. Porque todos sabemos que é inadmissível que o Sr. Jean-Claude Juncker não tenha qualquer hipótese muito simplesmente porque a Sra. Merkel e o Sr. Sarkozy estão contra. Não é um debate público democrático. É preciso colocar tudo em cima da mesa, e então os senhores decidem. A mesma coisa se aplica ao Alto Representante. Coloquem as propostas em cima da mesa.

Posso dizer-lhes uma coisa. Neste caso, o Sr. Barroso tem razão, o Sr. Verhofstadt tem razão. Fizeram-nos eleger José Manuel Barroso dizendo-nos que era urgente. E agora vão ter uma Comissão "lame-duck", que vai seguir as coisas até que seja possível uma decisão. Vai depender dos Checos.

Mas há outra coisa. Tínhamos proposto prolongar toda a Comissão, incluindo o Presidente Barroso, precisamente para que ela fosse capaz de conduzir as negociações a tempo inteiro para Copenhaga. Considero inadmissível não lançar o processo da Comissão imediatamente, colocando os nomes em cima da mesa. E o Sr. Verhofstadt fez a proposta correcta: se os Checos não se pronunciarem, pois bem, os Checos não terão Comissário, pois será necessário reduzir, nos termos do Tratado de Nice, o número de Comissários. E se os Checos se pronunciarem antes do fim, as coisas processar-se-ão no quadro do Tratado de Lisboa e eles terão um Comissário. Temos de colocar tudo em cima da mesa.

Para terminar, gostaria simplesmente de dizer uma coisa. Teremos de continuar os debates depois do Tratado de Lisboa. O Tratado de Lisboa não é o fim da linha. A constitucionalização da Europa não pode parar com o Tratado de Lisboa. Se não tivermos a força de continuar este debate quando o Tratado de Lisboa estiver em vigor, penso que teremos falhado um passo importante da história, um passo importante da Europa.

Timothy Kirkhope, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, passei a maior parte dos meus primeiros anos de intervenção política a combater indivíduos perigosos como o senhor deputado Cohn-Bendit. Há instantes, fiquei alarmado ao ver que concordava com um ou dois pedacinhos do discurso dele, e o que me salvou foi o facto de, nas observações finais, ter voltado a discordar totalmente dele. Quero ser bem coerente na minha posição, ao falar como líder dos Conservadores britânicos no Parlamento Europeu. Para aqueles que apoiam o princípio de uma Europa de Estados-nação que se congregam para cooperarem livremente, o avanço do Tratado de Lisboa talvez não constitua grande motivo para comemorações, hoje.

A tragédia da nossa União reside no facto de, aos olhos de demasiada gente, se ter tornado um projecto elitista, que impõe a sua ideologia a um público cada vez mais céptico, a crer na informação do Eurostat. Se é derrotado num referendo, convoca-se outro para se conseguir o resultado que se deseja. Se o termo "Constituição" se revela impopular e inaceitável, embrulha-se o seu conteúdo em novas roupagens para iludir as rejeições passadas. Se a vitória no prometido referendo se afigura impossível, cancela-se este sem que os responsáveis dêem sinais aparentes de vergonha ou de embaraço. No Reino Unido, todas as forças políticas, incluindo um governo em funções, garantiram ao povo britânico que seria consultado acerca do futuro da Europa. Os socialistas e os liberais faltaram a essa promessa. Expedientes políticos como esse podem proporcionar vantagens a curto prazo, mas é de lamentar a circunstância de a confiança dos povos da Europa nos seus políticos dificilmente ter saído reforçada de manobras tão cínicas.

Nós, no Grupo ECR, queremos uma Europa assente nos alicerces seguros do apoio popular e da legitimidade democrática das instituições próprias dos seus Estados-nação. Mas o Tratado de Lisboa é, na nossa maneira

de ver, mais um passo na direcção errada. Ao abrir a porta a uma política externa e de segurança supranacional, ao conferir mais poderes às instituições europeias e ao abolir o direito de veto nacional em domínios políticos cruciais para os nossos Estados, o Tratado dá um enorme passo no sentido da criação do super-Estado que muitos receiam. Os povos da Europa não querem uma União cada vez mais centralizada, uma União que alarga os seus poderes à custa dos Estados-Membros, uma União muito distante das suas preocupações quotidianas. Todavia, querem uma Europa de diversidade, uma Europa em que as diferentes culturas e modos de vida se conjuguem, e em que isso permita gerar valor acrescentado. Querem uma União reformada, uma União mais responsável, transparente e democrática, que obtenha resultados com o dinheiro que gasta nas áreas em que dispõe de competências delegadas, uma Europa mais próxima e mais relevante para as pessoas.

O Tratado de Lisboa foi, assim, uma oportunidade perdida. Eu participei nos trabalhos da Convenção, na sequência da Declaração de Laeken, que apoiei energicamente – Convenção que redigiu o projecto original de Constituição. Conheço-o a fundo, tanto nos seus pontos fortes como nos fracos. Os Conservadores britânicos têm sido coerentes. Entendemos que o Tratado, na forma que acabou por assumir, não nos fará avançar de forma consentânea com o interesse das pessoas. E nós, no ECR, continuaremos a lutar pela nossa concepção de União Europeia, uma concepção que está em sintonia com as esperanças e as aspirações dos povos europeus. Continuaremos a advogar a causa de uma União Europeia apta a responder às exigências do futuro, não do passado, e de uma União Europeia solidamente estribada no apoio dos seus povos e não apenas nas prioridades de uma elite qualquer. Todos devemos reflectir sobre esta questão.

Lothar Bisky, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, o meu grupo sempre defendeu a realização, em toda a Europa, de referendos vinculativos sobre o Tratado Reformador. Os votantes irlandeses foram os únicos que, há um ano e meio, tiveram oportunidade de expressar directamente a sua opinião. Se queremos que seja o povo a decidir, então temos de aceitar o resultado, mesmo que não nos agrade.

O Governo irlandês agiu contra os princípios da democracia e promoveu um segundo referendo, em parte devido à pressão exercida por outros Estados-Membros. Agora têm o resultado que queriam. Nós, na Esquerda, respeitamos os princípios democráticos, mas a nossa preocupação em relação à orientação da UE subsiste. O número de votos “não” na Irlanda mostra que não somos os únicos a ter esta preocupação.

As nossas três principais críticas são, primeiro, que a anterior política de liberalizar os mercados financeiros, as práticas de concorrência fiscal, de dissociar a política económica da política financeira, e de dismantelar o Estado social contribuíram para a crise económico-financeira. Esta política teve como resultado um aumento da pobreza e das desigualdades na Europa. Para além de declarações de intenção, muito pouco se passou até à data em termos de regulação dos mercados financeiros. Pelo contrário, enquanto os números do desemprego aumentam, os grandes bancos esperam mais uma vez realizar grandes lucros. O Tratado de Lisboa permitirá a continuação desta política de economia de mercado e de livre concorrência. Isto é algo que não podemos apoiar.

Exigimos, pelo contrário, uma abordagem totalmente diferente para dar resposta aos desafios no plano social. O nosso objectivo é a introdução de uma cláusula de progresso social com a criação de um salário mínimo em toda a EU – salário igual para trabalho igual num mesmo local. Temos de combater o dumping salarial.

A nossa segunda crítica é que o apelo aos Estados Membros para que aumentem gradualmente as suas capacidades militares é incompatível com os princípios da Esquerda, tal como o é a proposta de “entricheirar” uma Agência europeia de armamento no direito primário europeu. Não apoiaremos missões militares internacionais com o objectivo de defender os nossos próprios interesses. Não queremos este tipo de tratado; queremos um tratado de desarmamento, não de armamento. É paradoxal ser considerado um oponente da Europa por esta razão. Todo aquele que, na Europa, é a favor do armamento é classificado como amigo da Europa, mas alguém que na Europa seja a favor do desarmamento é classificado como inimigo da Europa. Isto é politicamente absurdo!

Assim, o referendo na Irlanda realizou-se e, muito embora não tenha tido exactamente os resultados que pretendíamos, nós, na Esquerda, continuaremos a trabalhar para alcançar uma democracia mais directa na Europa.

Nigel Farage, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente, bom, na verdade a situação é muito simples, não é assim? Tivemos uma votação contra o Tratado na Irlanda e uma votação a favor do Tratado na Irlanda, portanto, se tivermos um mínimo de sentido desportivo, devemos decidir a coisa à melhor de três; mas com uma ressalva: o terceiro referendo deve ser livre e justo. Porque o que houve na Irlanda não o foi, de modo

algun! Na verdade, espero que estejam todos muito orgulhosos, porque o que fizeram foi escolher o miúdo mais pequeno que havia no recreio, encurralá-lo num canto e dar-lhe uma grande sova. Isto é um triunfo dos valentões; é um triunfo do dinheiro e um triunfo dos burocratas. Foi tudo uma enorme mascarada!

(Protestos)

Ah, os senhores respeitam o resultado deste referendo, é? Não respeitaram o do anterior, respeitaram? A Comissão Europeia gastou milhões de libras dos contribuintes no referendo – bom, libras ou euros, é tudo igual; se bem que no nosso caso não seja, porque nós, graças a Deus, continuamos a ter a libra! –, os senhores gastaram milhões. Qualquer coisa como de 10 a 20 vezes o que o lado do "não" gastou. A comissão responsável pela condução do processo de referendo não cumpriu o seu dever, não disse à população que o Tratado Constitucional de Lisboa tem, obviamente, um impacto profundo na sua própria Constituição; e, o que talvez seja o pior de tudo, a autoridade reguladora do sector da radiodifusão mudou as regras, para impedir que as campanhas do "sim" e do "não" tivessem uma cobertura igual. Todo o acto foi um escândalo. Mas a campanha que fizeram, a campanha que os senhores fizeram, foi "Vote 'sim' pelo emprego". Foi o que foi. Pois bem, notícias fresquinhas, minha gente: a Aer Lingus acaba de dispensar trabalhadores e a Intel, a mesma que fez um donativo de 400 000 euros para a campanha do "sim", dispensou 300 pessoas hoje. Desde sábado, foram destruídos mil, quinhentos e cinquenta postos de trabalho; os únicos empregos que o voto "sim" preservou foram os da classe política.

Suspeito que é o fim. Suspeito que, para a Irlanda, o período da independência vai ser um período muito curto da sua História. Não acredito que o Presidente Klaus seja capaz de resistir, espero que seja; é um homem de valor e de coragem. Mas parece que a burocracia triunfou sobre a democracia nacional. Em termos históricos, penso que a Grã-Bretanha ficou muito só, porventura como esteve em 1940, mas...

(Reacções diversas)

...há um debate genuíno aqui, há debate genuíno aqui. De que serve termos um Primeiro-Ministro conservador, se o senhor Blair for escolhido para suserano? De que serve um Foreign Secretary se temos um ministro dos Negócios Estrangeiros da UE com um serviço diplomático próprio? De que serve tudo isso? Para mim, o referendo da Irlanda é o início do debate a sério. Acabou-se o fingimento: quem quer uma democracia nacional não pode continuar a fazer parte da União Europeia, e nós vamos fazer campanha a favor da saída da Grã-Bretanha da UE e o mais rápido possível.

Andrew Henry William Brons (NI). – (EN) Senhor Presidente, ontem perguntei à Sra. Wallström, Vice-Presidente da Comissão, se o Tratado de Lisboa era essencialmente igual ao Tratado Constitucional que veio substituir. Ela disse que as mudanças introduzidas foram exigidas pelo Governo britânico e respeitam a designações e a símbolos. Não utilizou o termo "apenas", mas podia perfeitamente tê-lo utilizado.

O Tratado Constitucional já tinha sido rejeitado pelos eleitorados francês e neerlandês, e estava prevista a realização de um referendo no Reino Unido. O desfecho seria, certamente, uma rejeição. É claro que a substituição do Tratado Constitucional pelo Tratado de Reforma institucional da União Europeia foi decidida a pedido do Governo britânico, para lhe permitir renegar a promessa de promover um referendo.

Manteve-se a substância, mas alteraram-se as designações e os símbolos para se poder alegar de forma perfeitamente desonesta que se estava perante tratados diferentes e que não havia necessidade de convocar um referendo. Como se pode ter o arrojo de chamar democracia a este embuste e a esta desonestidade?

Fredrik Reinfeldt, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhor Presidente, antes de mais, queria agradecer aos líderes dos grupos os seus comentários. Verifico que muitos desejam que se imprima alguma celeridade a este processo, e compreendo isso.

Penso que devemos estar compenetrados de que vamos entrar em território mais ou menos desconhecido. Se repararmos, os textos legais previam que o Tratado de Lisboa entrasse em vigor no passado dia 1 de Janeiro. Presentemente, estamos a tentar reagir com flexibilidade a uma nova situação criada pelo que ocorreu não apenas na Irlanda, mas também noutros países.

Na Suécia, ao defender uma posição em debates, é frequente invocar-se a democracia. Isso é bom. É isso que eu pretendo aqui. Para que um novo Tratado entre em vigor, é muito claro que tem de ser ratificado pelos 27 Estados-Membros. É disso que nós necessitamos e é por isso que eu digo com toda a precisão que neste momento vamos em 24. Há três países com o processo de ratificação ainda pendente, e o mais moroso vai ser provavelmente o da República Checa.

Logo que o 27.º país proceda à ratificação, avançaremos. A Irlanda ainda não ratificou. Para o processo ficar completo, falta a ratificação pelo Parlamento. Os senhores deputados poderão dizer que isso é simples, mas temos de ser rigorosos, por isso nunca se sabe. Quando a ratificação pela totalidade dos 27 estiver concluída, então sim, o "pacote" estará aprovado e passaremos ao regime do Tratado de Lisboa.

Ao fazê-lo, é também muito importante afirmar que todos os Tratados que temos discutido são o resultado de uma síntese entre diferentes pontos de vista, e está muito claro que eu e outras personalidades presentes temos de seguir esses Tratados. Muitas vezes acabam por se fazer outras coisas, que não estão de harmonia com o que consta dos Tratados. É isso que estamos a tentar conseguir aqui, com a Presidência sueca.

É por isso que digo aos senhores deputados que tentaremos agir com celeridade numa situação que, de momento, está nas mãos de um Tribunal Constitucional, de Praga, República Checa. A Presidência sueca aguarda que o Tribunal decida da aceitação ou não desta participação, para tomar uma nova posição neste processo. Isso é a democracia em acção, porque estamos a respeitar escrupulosamente o que está preceituado nos Tratados e as posições dos diferentes países.

A minha mensagem a V. Exas. é de que, com esta maioria clara, temos de pôr em vigor o Tratado de Lisboa o mais depressa possível, porque acreditamos que com isso a Europa passará a funcionar melhor, mas fá-lo-ei com todo o rigor. Cumprirei o que está estabelecido nos Tratados e respeitarei também a exigência da ratificação prévia por todos os 27 Estados-Membros, como requisito para que se dê esse passo.

Muito obrigado pelas vossas observações e obrigado pelo vosso apoio.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, limitar-me-ei a tecer alguns comentários acerca dos comentários feitos pelos líderes dos grupos, e agradeço a todos a sua contribuição. Estas questões institucionais associadas à transição entre dois tratados revestem-se de grande dificuldade dos pontos de vista jurídico e político, e requerem sabedoria da parte de todas as instituições. Naturalmente, desejaríamos que o novo Tratado fosse aprovado o mais depressa possível. É esse o desejo da maioria dos membros deste Parlamento, de todos os governos e, seguramente, da Comissão.

A questão é que, como o Senhor Primeiro-Ministro acaba de assinalar, o Tratado não será aprovado antes do termo do mandato desta Comissão. O mandato da Comissão expira no fim do mês, e assim vai haver, inevitavelmente, um período em que ela funcionará em regime "de gestão". É por isso que considero que o Parlamento fez bem quando resolveu, há algum tempo, tomar logo a decisão relativa ao Presidente da Comissão, porquanto isso confere ao Presidente da Comissão autoridade, autoridade política, para representar a Comissão em compromissos internacionais de grande relevância. Foi uma decisão sábia do Parlamento Europeu.

O importante, agora, é assentarmos no modo como havemos de conduzir esta transição. Hoje discutimos essa matéria na Comissão e o Colégio é de opinião que, se possível, a nova Comissão deve tomar posse depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Somos dessa opinião, porque ele é o Tratado que desejamos; porque é o Tratado que vos dá a vós, Parlamento, mais direitos em termos de formação da própria Comissão. Por exemplo, o Alto Representante será Vice-Presidente da Comissão e os senhores deputados elegerão o Alto Representante. Tal não acontecerá se for aplicado o Tratado de Nice e, assim, somos de opinião que a nova Comissão deve, se possível, ser empossada já ao abrigo das normas de Lisboa. Mas é claro que isso será uma questão de senso, e de oportunidade também. No passado, nomeadamente no caso da primeira que integrei, já sucedeu a Comissão cessante permanecer em funções por três semanas adicionais.

Portanto, a questão é: que tempo é necessário? E foi por isso que eu me apressei a declarar – e o Senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt sabe o que eu penso disso – que uma coisa era aguardar algumas semanas e outra ficar à espera indefinidamente. Trata-se de uma questão de critério, de critério político, e eu espero que o Conselho Europeu tome as decisões correctas com base na informação que nos chegar dos nossos parceiros checos. É esta questão que tem de ser decidida no Conselho Europeu do fim deste mês.

Certamente, não desejamos – creio que não interessa a ninguém – ter uma Comissão diminuída no exercício das suas funções legais. Não interessa à Comissão nem, estou seguro, tão-pouco ao Parlamento Europeu. Foi por isso que afirmei que estava pronto: estou pronto para deitar mãos à tarefa de constituição da nova Comissão mal a situação jurídica fique definida e o Conselho Europeu dê início ao processo. Para isso, preciso que o Conselho tome algumas decisões. Preciso que o Conselho Europeu nomeie um Alto Representante, porque, nos termos do Tratado de Lisboa, o nome do Alto Representante, enquanto Vice-Presidente da Comissão, tem de ter o acordo do Presidente da Comissão.

Quanto a alguns dos comentários que foram feitos, quero salientar uma série de pontos e tranquilizar alguns deputados. Alguns dos senhores deputados disseram que passaria a haver um "Presidente da Europa". Perdão: não haverá um "Presidente da Europa". Com o Tratado de Lisboa, existirá um Presidente do Conselho Europeu: é uma coisa diferente. Há um Presidente do Parlamento, há um Presidente da Comissão, e vai passar a haver um Presidente do Conselho Europeu. É importante frisar este ponto, porque, por vezes, penso que se instala a ideia de determinadas *dérives institutionnelles*, e eu não aceito, como a Comissão Europeia não aceita, a ideia de que o Presidente do Conselho Europeu é Presidente da Europa, porque isso não consta dos Tratados.

(Aplausos)

Não consta dos Tratados e nós teremos de respeitar os Tratados. Temos de respeitar as instituições. Existe um Presidente do Parlamento Europeu; existe um Presidente da Comissão. Com o Tratado de Lisboa, existirá um Presidente do Conselho Europeu.

É muito importante que se entenda que todas as nossas decisões têm de ser tomadas em conformidade com os actuais Tratados. É por isso que estou convencido agora de que, mal os Checos tenham verificado a sua situação, devemos avançar. É por isso que penso que devemos trabalhar nos pontos que anteriormente enunciei, da iniciativa de cidadania ao Serviço Europeu para a Acção Externa, com espírito de cooperação entre todas as instituições, para, quando as decisões foram formalmente adoptadas, estarmos em condições de pôr em prática com determinação tudo o que o Tratado de Lisboa nos traz, e que é, a meu ver, mais responsabilidade, mais democracia e mais eficiência para a nossa União.

Gay Mitchell (PPE). – (EN) Senhor Presidente, como primeiro Irlandês a usar da palavra neste debate, permitam-me que agradeça aos meus colegas os amáveis comentários que fizeram a respeito do eleitorado irlandês. Registo também a acção das pessoas a quem já foram dirigidos agradecimentos aqui. Gostaria de sublinhar que duas pessoas que funcionaram como verdadeiros esteios desta campanha pelo "sim" e que puseram os interesses do seu país acima dos interesses dos seus partidos políticos – o Srs. Enda Kenny e Eamon Gilmore, deputados à Câmara Baixa do Parlamento irlandês e líderes, respectivamente, do Fine Gael e do Partido Trabalhista – ainda não receberam qualquer agradecimento. Eles fizeram mais que quaisquer outras pessoas, altruisticamente, para que esta campanha saísse vitoriosa e eu pretendo que isso fique aqui registado hoje.

O processo de ratificação do Tratado de Lisboa na Irlanda demonstra que, quando nós nos empenhamos em mobilizá-las, as pessoas estão prontas a seguir-nos. O projecto europeu continua a constituir a melhor esperança de um futuro pacífico e próspero para as pessoas na Europa e noutras paragens. Não podemos partir do princípio de que as pessoas reconhecerão os benefícios que ele traz. Temos de ser o mais abertos e inclusivos possível e de lhes explicar, simultaneamente, esses benefícios. A política de alargamento não embotou o projecto. Antes nos permitiu partilhar com outros os respectivos benefícios. Há, realmente, unidade na diversidade.

Algumas pessoas na Irlanda tinham dúvidas sobre o teor do Tratado; outras temiam que a liberalização do aborto pudesse vir a ser imposta a um Estado-Membro, ou estavam preocupadas com a neutralidade, com a perda do comissário e com o risco de o país deixar de ter o poder de definir a sua própria política de tributação directa. O Parlamento irlandês, por intermédio de uma comissão especial, procedeu a um levantamento das preocupações das pessoas na sequência da realização do primeiro referendo e o Governo obteve garantias nessas matérias dos nossos parceiros e, ponto crucial, a alteração relativa à futura composição da Comissão.

Foi um exemplo de democracia em acção a todos os níveis. O Parlamento irlandês tinha o direito e o dever de agir como agiu pelo facto de o povo soberano da Irlanda lhe ter conferido esse direito e esse dever. Pela elevada taxa de participação e pela expressão esmagadora do voto "sim", é claro que prevaleceu a vontade democrática do povo.

Senhor Presidente, subscrevo o que V. Ex.^a afirmou acerca das preocupações sentidas por alguns dos nossos povos. Permita-me que levante agora uma questão que penso que tem de ser levantada. Algumas pessoas na Irlanda e alhures acham que a UE se está a tornar um lugar avesso ao cristianismo em particular e à religião em geral. Devo dizer que, pessoalmente, já senti aqui desrespeito da parte de gente que se tem a si própria na conta de justa e liberal, mas é tudo menos isso quando se trata de tentar ver as coisas da perspectiva das pessoas crentes. Eu respeito quem não tem crenças religiosas, mas exijo plena reciprocidade nessa matéria. É precisamente nisso que consiste o projecto da UE. Repito: unidade na diversidade. O segundo referendo irlandês é uma demonstração daquilo que podemos conseguir quando actuamos de um modo verdadeiramente inclusivo. Estas palavras são dirigidas a quem tem ouvidos para ouvir, e à posteridade.

Tratemos agora de concluir o processo de ratificação, para cumprirmos as promessas que Lisboa encerra de maior democraticidade e transparência, e de coerência na acção no plano internacional, aplicando às nossas relações com outras regiões do mundo, sobretudo às mais pobres, os mesmos princípios de tolerância e inclusão que é mister aplicar internamente.

Proinsias De Rossa (S&D). – (EN) Senhor Presidente, da última vez que debatemos esta questão, previ que o eleitorado irlandês rejeitaria o circo político composto por Gerry Adams, Nigel Farage e Joe Higgins. Aproxima-me registar que não me enganei.

A grandiloquência de Nigel Farage, é preciso dizê-lo, veio efectivamente, por momentos, somar-se à vivacidade da nação irlandesa, mas, evidentemente, o despeito que revela pela democracia irlandesa transpirou, hoje, aqui, por todos os seus poros. As suas manobras com vista a que o eleitorado irlandês conseguisse convencer os Britânicos a saírem da UE demonstraram, penso, a sua escassa compreensão da História que Britânicos e Irlandeses partilham.

Mais importante ainda, o eleitorado irlandês declarou, em massa, que o seu futuro reside na Europa, que a Europa é benéfica para a Irlanda e que a Irlanda pode dar um contributo positivo ao desenvolvimento da Europa. Acalento a esperança de que, em breve, a totalidade dos Estados-Membros tenha ratificado o Tratado e que as reformas institucionais, democráticas e sociais possam ser levadas à prática sem mais delongas. O mundo precisa de uma União mais eficaz a fim de garantir a nossa capacidade de consecução, com determinação, do objectivo do desenvolvimento sustentável em termos económico, ambiental e social.

Faço questão de afirmar aqui claramente, Senhor Presidente José Manuel Barroso, Senhor Presidente em exercício do Conselho, que os povos da Europa exigem acção por parte da União. Já não precisam de ser persuadidos da necessidade de termos, simultaneamente, soluções nacionais e globais para os problemas que enfrentamos. Pretendem, sim, ver acção, uma acção que permita efectivamente começar a fazer face às actuais crises. Querem ver acções concretas e não retórica.

Espero sinceramente que venhamos a ter uma Comissão eficaz, que possa e consiga, em particular, afastar a ideologia económica moribunda que nos conduziu à beira do desastre na Europa e, na verdade, em todo o mundo. É preciso que cumpramos o objectivo a que nos propusemos no Tratado de Lisboa: uma economia social e mercado, que traga emprego, prosperidade e um nível de vida condigno para todos os nossos povos.

Pat the Cope Gallagher (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, na semana passada, o povo irlandês, com uma vitória do "sim" por 619 000 votos, deu um imenso voto de confiança ao projecto de União Europeia. Gostaria de agradecer aos restantes 26 governos europeus e aos grupos políticos deste Parlamento, que trabalharam de forma muito estreita com o Governo irlandês ao longo dos últimos 15 meses para que fossem devidamente abordadas as preocupações expressas pelos Irlandeses relativamente ao Tratado de Lisboa.

Tratou-se de uma vitória para o povo irlandês, não necessariamente para o Governo ou os partidos políticos. O povo irlandês afirmou, com veemência, que o lugar da Irlanda é no cerne da Europa.

(GA) Os partidos políticos que defendem o Tratado desta vez conjugaram melhor os seus esforços do que por ocasião do último referendo.

Grupos cívicos como *Ireland for Europe* e *We Belong* tiveram um papel central em demonstrar ao público que não era apenas o sistema político que queria que o povo da Irlanda votasse a favor do referendo. Associações de agricultores manifestaram-se claramente a favor do Tratado e tiveram um papel muito activo nesta campanha.

Desde o último referendo houve uma grande mudança e essa mudança foi claramente visível.

(EN) As garantias juridicamente vinculativas dadas à Irlanda nos domínios políticos da tributação, da neutralidade e das questões sociais e éticas dissiparam preocupações profundas do povo irlandês. Espero que o Tratado seja ratificado em breve, e congratulo-me por ouvir as notícias por si, Senhor Presidente, sobre o seu país.

Porém, não posso deixar de dizer que os comentários tecidos aqui, esta tarde, pelo senhor deputado Nigel Farage, do Partido da Independência do Reino Unido, são insultuosos para o povo irlandês, coisa que não podemos aceitar. O eleitorado irlandês é inteligente, tem capacidade de discernimento e estava bem ciente da diferença entre o último Tratado e o que agora está em causa, que os protocolos contêm um acordo de natureza vinculativa. Senhor Deputado Nigel Farage, o senhor e os seus colegas fiquem sabendo que a vossa

intervenção a respeito do Tratado valeu mais 3 ou 4% a favor do "sim". É esse o respeito que os eleitores irlandeses têm por si e pelo seu grupo.

Ulrike Lunacek (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, também eu fiquei muito satisfeita e aliviada, no sábado, por o povo irlandês ter votado "sim" com uma maioria de dois terços – deixando, pelos vistos, de acreditar em falsas afirmações e história horríveis, como a de um salário mínimo de 1,84 euros, por exemplo –, e de terem dito "sim" a esta Europa comum.

Finalmente, temos a oportunidade de trabalhar juntos na nossa política externa, de modo a conseguirmos reforçar a prevenção de conflitos, aumentar a protecção dos direitos humanos e a democracia em todo o mundo, por outras palavras, assumir com maior firmeza a responsabilidade que cabe à União Europeia na cena internacional. Contudo, para que o Tratado possa entrar em vigor – e já algumas pessoas o disseram –, é necessário o apoio de todos os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia para persuadir o Presidente Klaus a assinar, também ele, o Tratado. Quando digo todos, é mesmo todos. Fiquei muito indignada, esta manhã, ao saber que um Chefe de Estado, mais precisamente o Chanceler austríaco, Werner Faymann, declarou numa entrevista que, caso o Presidente Klaus não assine o Tratado, isso dará à Áustria, também, a possibilidade de realizar novo referendo. Isto demonstra uma falta de responsabilidade em relação à política europeia. Neste contexto, solicito ao Presidente em exercício do Conselho que indique claramente ao Chefe de Governo austríaco que temos de assumir uma responsabilidade europeia comum. Peço igualmente aos deputados sociais-democratas que tornem isso perfeitamente claro.

É preciso que todos os que são a favor desta Europa comum façam saber claramente que também o Presidente Klaus tem de assinar o Tratado, e que rejeitamos tudo o que possa minar o processo conducente à entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Assim, deixemo-nos de "Spompanadln", como dizemos em austríaco, por outras palavras, não agarremos à pressa uma ideia só porque pode ser popular junto das pessoas. Considero isso uma irresponsabilidade em termos de política europeia, e espero que o Chefe de Governo austríaco se retracte da sua declaração a este respeito.

Jan Zahradil (ECR). – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, não é minha intenção imiscuir-me nos assuntos internos da Irlanda e reconheço o direito dos políticos irlandeses de permitirem tantas votações sobre este Tratado quantas entendam necessárias; reconheço também, evidentemente, o resultado deste referendo, assim como respeitei o do ano passado, cujo resultado tinha sido o oposto. Não sei qual dos dois tem mais valor ou é mais válido e, aqui, talvez os colegas irlandeses pudessem ajudar-me. Todavia, posso avaliar a forma como todo o processo parece, visto de fora, e como toda a atmosfera que rodeia o Tratado de Lisboa parece, vista de fora, e infelizmente, devo dizer que a imagem é desastrosa. Vivi os primeiros 26 anos da minha vida sob um regime que não permitia eleições livres, onde não era possível realizar eleições livres, e onde as eleições apenas podiam conduzir a um único resultado. Receio que o único resultado possível ou concebível para a ratificação do Tratado de Lisboa continue a ser "sim" para muitos dos presentes neste Hemiciclo e para muita gente noutros locais da UE, e que não aceitarão nem permitirão outro resultado.

Não sei por que provocou o Tratado de Lisboa tanto alvoroço e tanta pressão política já que, na sua ausência, a UE não se desmoronaria nem desapareceria; apenas continuaria a funcionar com base nas disposições em vigor. Eu diria, no caso em apreço, que nos encontramos perante um exemplo acabado de *realpolitik* ou de política de poder que pouco tem a ver com uma Europa mais democrática ou uma UE mais transparente e com um funcionamento mais ágil. Digo-o sem azedume, pois estou na política há tempo suficiente para saber o que é a *realpolitik*; mas julgo que, no mínimo, temos o dever de não mentir a nós próprios.

Quem beneficiará com o Tratado de Lisboa? Será a Comissão Europeia! Não é, portanto, de estranhar que a Comissão seja um dos seus maiores defensores. Será o Parlamento Europeu, pelo que não me surpreende que, nesta Assembleia, muitos apoiem o Tratado. Serão também alguns Estados poderosos da UE e federalistas de todos os grupos políticos, do Partido Popular Europeu, dos socialistas, dos liberais. O meu maior receio, porém, é que uma abordagem desse tipo, que personifica o princípio segundo o qual os fins justificam os meios, se vire contra todos nós: a pressão para aprovar o Tratado de Lisboa poderá provocar um efeito de ricochete nos próximos anos e resultar antes na contra-reação dos verdadeiros antieuropeus, dos extremistas, dos xenófobos e das forças antieuropeias, e a nossa vitória não terá então passado de uma vitória de Pirro.

Zoltán Balczó (NI). – (HU) Gostaria de apresentar ao meu colega uma breve pergunta: considera a possibilidade de o Governo irlandês convocar um referendo tantas vezes quantas entenda consentâneo com o processo democrático? E o que pensa das notícias que vieram a lume segundo as quais o Chefe do Governo austríaco estaria, pela primeira vez, a pensar em convocar um referendo sobre o assunto? Reconhece que se

trata de um sinal de democracia ou chamar-lhe-ia abuso de poder, como afirmou o orador que interveio antes de si? Pode fazer o favor de me responder?

Jan Zahradil (ECR). – (CS) Não vim aqui para julgar as acções do Governo irlandês, do Governo austríaco ou de qualquer outro governo. Não o fiz, não o faço e não o farei, sejam quais forem as circunstâncias.

Bairbre de Brún (GUE/NGL). – (GA) Senhor Presidente, o povo da Irlanda pronunciou-se. Aceito-o. Aqueles que afirmam que o voto actual equivale a um "sim" à Europa pensam também que o voto do ano passado era um "não" à Europa. Não era. O apoio da Irlanda à Europa não esteve em causa nem no ano passado nem este ano.

A Comissão Europeia decidiu despender vastos recursos numa campanha de propaganda sobre os benefícios da União Europeia, mesmo antes do referendo, o que serviu para reforçar a ideia de que o voto era um "sim" ou um "não" à Europa e não um "sim" ou um "não" ao Tratado de Lisboa o que, na minha opinião, é lamentável.

Todos neste Hemiciclo têm agora de enfrentar o claro e difícil desafio que nos aguarda, ou seja, reconhecer que muitas das preocupações que vieram a lume durante a campanha do referendo ainda têm de ser resolvidas. As pessoas estão especialmente preocupadas com os salários, os direitos dos trabalhadores e os serviços públicos, mas têm dúvidas também quanto à não militarização e à voz dos Estados mais pequenos.

Desta vez a mensagem que chegou aos cidadãos irlandeses foi que, se votassem "não" pela segunda vez, a Irlanda ficaria só e isolada nesta crise económica.

Quem apoiou o Tratado como um documento a favor do trabalho e do investimento devia agora proporcionar emprego e lutar pela recuperação.

No momento em que se atingiu o resultado desejado pelo Governo irlandês e os líderes da UE não esqueçamos as promessas antes feitas.

Morten Messerschmidt (EFD). – (DA) Senhor Presidente, se uma conclusão podemos tirar do resultado do referendo que se realizou na Irlanda, essa conclusão é que, quando temos um desequilíbrio suficientemente marcado entre os campos do "sim" e do "não", quando temos um desequilíbrio suficientemente marcado na cobertura dada pelos meios de comunicação a determinado assunto e quando fazemos a mesma pergunta diversas vezes, é muito possível obter como resultado um "sim". No entanto, se não se verificar uma dessas condições, não veremos os Europeus abdicarem de mais soberania a favor das instituições que actualmente nos governam. É esta a realidade em que temos de nos basear.

Outro elemento a não esquecer – e que, pelo menos para quem apoia o Tratado, deve ser bastante desconfortável – é o método que está a permitir que o Tratado se torne realidade e que se revela o único método viável para tal, em especial num ambiente de medo. Um ambiente de medo da nova situação que está a surgir no Reino Unido e que conduziria a colocar a pergunta ao povo britânico. Deve ser desconfortável apenas poder concretizar os próprios desideratos num clima de medo de que o povo de outro país possa ser consultado – de que a democracia possa ser autorizada a falar de novo.

O Presidente já noutra ocasião afirmou ao Parlamento que o lado do "não" será respeitado. Sinceramente, não vejo qualquer respeito pelo lado do "não". Disseram-nos que os símbolos seriam removidos do Tratado – mas este Parlamento nada em bandeiras. Disseram-nos que o hino seria removido do Tratado – mas o novo Parlamento foi celebrado ao som da 9.^a Sinfonia de Beethoven. Não é possível ter muita confiança nas garantias dadas ao eleitorado irlandês ou a nós próprios, os cépticos. Gostaríamos de confiar mas a confiança não abunda.

Proinsias De Rossa (S&D). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de instar aqueles que não estão satisfeitos com o resultado do referendo irlandês a pararem de questionar os processos democráticos na Irlanda. A Irlanda é um Estado democrático. É um Estado democrático independente. O Parlamento da República da Irlanda tomou a decisão de realizar um referendo; esse referendo foi realizado. Foi apoiado por 95% dos representantes eleitos no Parlamento irlandês. Por conseguinte, por favor, são livres de ter posições críticas relativamente à União Europeia, porém, não têm qualquer direito de pôr em dúvida a democracia no meu país.

Presidente. – Ao abrigo da regra do "cartão azul" do nosso Regimento, deve formular uma pergunta e não fazer uma declaração. A redacção é muito estrita, e é importante que o Regimento seja respeitado.

Morten Messerschmidt (EFD). – (DA) Senhor Presidente, democracia, para mim, significa fazer uma pergunta e obter uma resposta. Democracia não é colocar continuamente uma pergunta até se obter a resposta que se pretende. Se, de verdade, os membros deste Parlamento e os membros da Comissão e do Conselho não receiam o povo, por que razão houve apenas um país em que as tentativas de impedir a realização de um referendo não tiveram êxito? Os governos e as instituições da UE conseguiram impedir a realização de referendos nos restantes 26 Estados-Membros. Isso não é democracia.

Francisco Sosa Wagner (NI). – (ES) Senhor Presidente, este Parlamento é o palácio da imaginação, o palácio dos sonhos.

O povo irlandês, com o seu voto tão forte, dá-nos ânimo e força para continuar a prosperar e a construir uma Europa forte e, sobretudo, uma Europa federal.

Só assim merecemos o título de legítimos herdeiros dos pais da Europa, graças a cujos esforços nos encontramos todos aqui hoje.

Othmar Karas (PPE). – (DE) Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, o sentimento da maioria é de contentamento e alívio. Espero que a minoria aceite o resultado.

A maioria, em 27 nações e no Parlamento Europeu, disse reiteradamente "sim" a um desenvolvimento mais aprofundado da União Europeia. O que vemos é uma maioria democrática e uma minoria de bloqueio. Este "sim" da maioria democrática foi o "sim" do bom senso, um "sim" a uma União Europeia mais democrática e transparente, e mais próxima dos cidadãos, o "sim" de pensadores e actores pró-europeus positivos, um "sim" ao reforço da posição da União Europeia no mundo, e um passo importante na direcção certa.

Ainda temos um longo caminho a percorrer, pois necessitamos de uma política externa e de segurança comum para sermos um actor global. Precisamos de continuar a aprofundar a democracia, admitindo, por exemplo, a possibilidade de um referendo europeu, ou de um direito de voto europeu uniforme, entre muitas outras coisas. Temos trabalho pela frente, agora, e não podemos desperdiçar tempo. Espero que a Comissão acelere o processo de reforma do dossiê e que dê início às conversações com os Estados-Membros sobre os Comissários. Espero que o Conselho manifeste com clareza a sua posição em relação a este resultado. Também espero que nós, no Parlamento, saibamos melhorar a nossa comunicação e o nosso diálogo com os cidadãos e fornecer-lhes mais e melhor informação.

Deu para ver claramente que quanto melhor é a informação, a comunicação e o diálogo, maior é a maioria. Os políticos que não se julgam capazes de melhorar estes aspectos estão no lugar errado, tal como o estão os políticos que se escondem por detrás de referendos por não quererem, eles próprios, abordar os cidadãos e assumir qualquer responsabilidade. Quanto mais o debate esteve centrado na Europa, maior foi a maioria. Dizemos "não" à nacionalização da política europeia e "não" a referendos nacionais sobre assuntos europeus excepto no que diz respeito à adesão do nosso próprio país.

Hannes Swoboda (S&D). – (DE) Senhor Presidente, o senhor deputado Zahradil questiona-se sobre quem irá beneficiar com isto. Na sua óptica, são os deputados. Pode ser o caso, e não há nada de mal em que, numa democracia parlamentar, os parlamentos – naturalmente que não apenas o Parlamento Europeu, mas também os parlamentos nacionais – beneficiem de algum modo. Contudo, são os cidadãos quem de facto irá beneficiar se pudermos representar melhor e com mais força os seus interesses.

O senhor deputado Schulz já aqui salientou que vivemos num mundo em mudança, um mundo em que a China é forte, em que a Índia está a crescer em força, e o Brasil também, e em que os Estados Unidos estão mais fortes que nunca.

Se hoje olharmos para Washington, vemos que até a nova Administração quer saber qual a posição da Europa em relação a diversas questões, como a questão do Afeganistão e outras. Será que temos, a este respeito, uma declaração e uma linguagem claras? É que, se não tivermos, não seremos levados a sério.

A Rússia está sempre a procurar pôr os Estados-Membros uns contra os outros, pois essa é, já se vê, uma situação que convém àqueles nossos parceiros. A quem hoje continuar a opor-se a este Tratado, na convicção errónea de que é um tratado que reforça a União Europeia, gostaria de dizer o seguinte: os que se opõem a este Tratado estão, na verdade, a dar força aos nossos pretensos parceiros ou, melhor dito, aos nossos opositores.

Já aqui foi dito, e é verdade, que ainda temos algumas questões institucionais a resolver, nomeadamente no que respeita ao Serviço Europeu de Acção Externa. Contudo, procuremos não travar mais debates institucionais

nesta altura. Os nossos cidadãos querem uma resposta clara e concreta. Querem que sejamos assertivos quando nos pronunciamos sobre questões como a protecção contra as alterações climáticas, os problemas de segurança, a regulação dos mercados financeiros. Em todos estes casos, podemos demonstrar que o Tratado de Lisboa introduz melhorias. Contudo, os nossos argumentos têm de ter substância, de modo a que as pessoas não achem que a União Europeia está centrada sobre si própria, mas vejam que a UE está preocupada, sim, em defender os interesses dos seus cidadãos.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, eu também tinha uma questão a colocar ao senhor deputado Karas, que ainda assim vou levantar. Vou dirigi-la ao senhor deputado Swoboda – uma vez que a senhora deputada Lunacek já criticou o nosso Chanceler, Sr. Werner Faymann, e os colegas do partido deste. Qual a sua posição, como social-democrata, em relação à sugestão do líder nacional do seu partido, e Chanceler Federal, de realizar um referendo na Áustria?

Hannes Swoboda (S&D). – (DE) Senhor Presidente, penso que não devíamos estar aqui a travar um debate sobre assuntos internos da Áustria, mas uma coisa é clara: também não vai haver referendo sobre o Tratado de Lisboa na Áustria. É um facto assente. O Tratado de Lisboa foi ratificado e deverá entrar em vigor quanto antes. É essa a minha, e a nossa, opinião.

Presidente. – Obrigado por responder à pergunta, mas, Colegas, passo a ler o artigo do Regimento, pois deverão ficar cientes do seu conteúdo.

“O Presidente pode conceder a palavra aos deputados que manifestem, levantando um cartão azul, o desejo de fazer uma pergunta com o máximo de meio minuto de duração a outro deputado durante a intervenção deste” – não depois – “se o orador estiver de acordo e se o Presidente entender que tal não perturbará o desenrolar do debate.”

Se forem levantados cartões azuis com demasiada frequência, então não concederei o uso da palavra, posto que isso prejudicará o desenrolar do nosso debate. É preciso que estejam cientes disso.

Levantem os cartões em tempo oportuno e apenas para perguntas com a duração de meio minuto; as respostas não poderão exceder um minuto. Estas são as regras, que é preciso que cumpramos escrupulosamente.

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, há uma coisa que ainda não foi aqui hoje devidamente valorizada, que é o facto de o referendo favorável na Irlanda nem sequer ter sido o primeiro referendo favorável em relação ao processo constitucional que o senhor deputado Verhofstadt mencionou. Tivemos referendos favoráveis no Luxemburgo e em Espanha. Por conseguinte, este não foi de todo o primeiro.

É sempre divertido escutar as intervenções do senhor deputado Farage. Hoje, porém, não foi o caso. Os eurocépticos são, de facto, maus perdedores. O choque de uma maioria de dois terços fere, e fere até à medula. Hoje, excepcionalmente, não foi divertido escutá-lo, Senhor Deputado. Também foi interessante observar como o senhor deputado Kirkhope está pouco à vontade, pois a verdade é que os Conservadores, nas suas posições em relação às políticas da UE, estão muito próximos daquele partido peculiar. Espero sinceramente que, um dia, isso mude.

Como vimos, na Irlanda existe apoio democrático ao processo de integração europeia. Haverá suficiente democracia na Europa? Será a democracia na Europa perfeita? De modo algum, mas foi um dia bom para a democracia na Europa.

Algumas pessoas alegam, agora, que a Irlanda foi pressionada. O senhor deputado de Rossa afirmou claramente que a decisão de realizar outro referendo foi uma decisão soberana da Irlanda. Lembrem-se de como a União Europeia tentou boicotar a Áustria quando Jörg Haider assumiu o poder. Muito simplesmente, não resultou. Não se pode pressionar os nossos Estados-Membros. Assiste-lhes o direito soberano de decidir sobre estas matérias.

Outras alegam que a Irlanda só disse “sim” devido à crise. A Irlanda experimentou a solidariedade europeia durante a crise. E isso é bom! Também esperamos que haja solidariedade europeia se as casas na Bulgária ou na Hungria não tiverem aquecimento por a Rússia e a Ucrânia entrarem novamente em conflito por causa do gás. A solidariedade europeia é uma coisa boa. Quando o resultado é o que foi, acho que é uma coisa mesmo muito boa.

O Tratado abre novas oportunidades. São diversos os domínios estratégicos em questão – política orçamental, política na esfera judicial, política relativa aos assuntos internos – mas, para mim, o mais importante é a

política externa. Embora o senhor deputado Swoboda tenha dito que não devemos realizar debates institucionais, precisamos de ter um debate sério sobre o Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE). Temos de falar a uma só voz. Este Parlamento – digo-o claramente à Comissão, mas também ao Conselho – quer um Alto Representante forte e um Serviço Europeu de Acção Externa eficaz. Queremos um SEAE de base alargada, que esteja próximo da Comissão e tenha acesso a todos os serviços, nomeadamente os do Secretariado do Conselho. Será essa a prova dos nove – inclusive nas audições da Comissão. E sê-lo-á também em relação ao futuro da política externa da UE no século XXI, e à nossa capacidade de falarmos a uma só voz.

PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ

Vice-presidente

Hélène Flautre (Verts/ALE). - (FR) Senhor Presidente, vai acontecer uma coisa muito simples para o nosso Parlamento com a ratificação do Tratado de Lisboa: vamos ter mais dezoito deputados europeus, provenientes de doze Estados da União Europeia.

Tínhamos sido previdentes pois, em Março do ano passado, o Parlamento Europeu tinha pedido a todos os Estados-Membros que antecipassem esse resultado declarando, como forma de designação, que as eleições de 7 de Junho constituiriam a base democrática que permitiria enviar esses dezoito deputados adicionais.

Alguns Estados-Membros fizeram-no, como, por exemplo, a Espanha e o seu país, Senhora Presidente em exercício do Conselho. Outros países, que no entanto se afirmam muito satisfeitos - como eu próprio, aliás - com o resultado do referendo irlandês e muito apressados para verem o Tratado de Lisboa entrar em vigor, ainda não fizeram o que lhes competia e que apenas depende da sua vontade, a saber, dar a conhecer esse modo de designação.

Podemos contar consigo, Senhora Presidente em exercício do Conselho, para que, no Conselho Europeu de 29 e 30 de Outubro, exija que todos os Estados-Membros dêem a conhecer os modos de designação desses deputados suplementares com base no Tratado de Lisboa?

A segunda coisa que me choca realmente é o facto de todos falarem das grandes ambições do Tratado de Lisboa, o qual nos obriga especificamente a uma coisa muito simples: à igualdade entre homens e mulheres. Trata-se de um objectivo vinculativo da Carta dos Direitos Fundamentais do Tratado de Lisboa. Ora, penso que, para os dois lugares que falta preencher - o de Alto Representante e Vice-Presidente da Comissão, e o de Presidente do Conselho -, só circulam nomes de homens.

O seu país é exemplar nesta matéria. Espero que leve esta questão muito sério. Não é possível, para os quatro grandes lugares de responsabilidade europeus, apenas ouvirmos falar em homens. É indigno do Tratado de Lisboa, é indigno da Europa. Conto consigo para fazer respeitar a igualdade entre homens e mulheres, também a este nível.

Peter van Dalen (ECR). - (NL) Senhor Presidente, como o lendário futebolista holandês Johan Cruyff em tempos afirmou, todas as vantagens têm as suas desvantagens. A vantagem do Tratado de Lisboa é que dá aos Estados-Membros uma voz mais activa e aos parlamentos nacionais maior influência. A desvantagem é que desloca o centro do poder ainda mais para a UE. Senhor Presidente, esta é uma desvantagem que não deve ser subestimada, e muito menos neste Parlamento. A verdade é que, nos últimos trinta anos, temos visto o poder da UE aumentar na proporção inversa da afluência dos nossos cidadãos às urnas nas eleições europeias. A transferência de mais poder para Bruxelas tem andado a par com uma menor participação nas eleições europeias. Se o Tratado de Lisboa entrar em vigor, a Europa terá de retirar a seguinte lição: deixar a União actuar de forma pragmática e deixá-la provar, repetidamente, o seu valor acrescentado. Só então conseguiremos ganhar o apoio do eleitorado europeu.

Joe Higgins (GUE/NGL). - (EN) Senhor Presidente, oponho-me ao Tratado de Lisboa do ponto de vista de quem é de esquerda e socialista e rejeita a intervenção das forças xenófobas e de direita. O que aconteceu na Irlanda, no referendo, não foi uma vitória da democracia. O povo irlandês foi ameaçado por uma grande coligação – o *establishment* político, as grandes empresas, a maioria da imprensa capitalista e a Comissão Europeia –, visto que lhe foi transmitida a ideia de que, se votasse "não", o país ficaria economicamente isolado, seria penalizado pela União Europeia e assistiria a uma fuga de capitais e de investimento e, se votasse "sim", haveria emprego, investimento e recuperação. Tudo falsidades.

A duplicidade do Governo irlandês ficou demonstrada no facto de ter solicitado à administração da Aer Lingus que adiasse até hoje, depois do referendo, o anúncio do corte selvagem de 700 postos de trabalho

nessa empresa. A Comissão Europeia interveio continuamente: interferiu no processo. Não estão aqui presentes os três presidentes, contudo, pretendo que os seus representantes lhes peçam uma reacção ao escândalo que passo a relatar. O Senhor Comissário Antonio Tajani, responsável pelos Transportes, passou um dia inteiro a viajar pela Irlanda, num jacto da Ryanair, com o Presidente desta multinacional, fazendo campanha pelo "sim". O Senhor Comissário é o regulador do sector dos Transportes, supostamente para proteger os consumidores e os trabalhadores. Comprometeu-se agora irremediavelmente ao viajar com o presidente de uma das maiores empresas de prestação de serviços de transportes. Que têm a responder a isto?

Por último, especula-se, actualmente, sobre a possibilidade de Tony Blair vir a ser o novo Presidente do Conselho da UE. Sejamos claros. Tony Blair é um criminoso. Em circunstância alguma poderá –

(O Presidente insta o orador a concluir, por já ter esgotado o seu tempo de uso da palavra)

Fui interrompido desnecessariamente, Senhor Presidente. Está a exercer, penso, a presidência da sessão, não está aí na qualidade de deputado.

O que gostaria de dizer, para concluir, é que Tony Blair não deverá ser nomeado Presidente da UE.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Presidente. – Vejo um cartão azul. Quero indicar à colega que exhibe o cartão que, cada vez que se levanta um cartão azul, se impede de usar da palavra um deputado cujo nome figura na lista de oradores. Na reunião da Mesa, vou propor que se altere esta disposição, pois não se pode admitir uma situação em que os deputados inscritos na lista de oradores deixem de poder intervir porque outros deputados interrompem com perguntas – uma prática neste momento legítima.

Nessa Childers (S&D). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de perguntar ao senhor deputado Higgins o que seria necessário para que pudesse apoiar o Tratado.

Joe Higgins (GUE/NGL). – (EN) Senhor Presidente, o Tratado de Lisboa permite uma intensificação da agenda económica neoliberal, que causou o desastre económico em toda a Europa, com 21 milhões de desempregados, uma intensificação da militarização e a promoção da indústria do armamento, bem como uma maior pressão para a privatização. Nada existe no Tratado que um socialista convicto possa apoiar.

Apoiarei iniciativas genuínas que defendam os direitos dos trabalhadores na Europa, porém, quando o Tratado de Lisboa e a própria Carta dos Direitos Fundamentais institucionalizam os acórdãos do Tribunal de Justiça Europeu, em que se favorece a exploração dos trabalhadores migrantes por parte de contratantes que fornecem empresas a nível transfronteiriço, como poderemos nós dar o nosso apoio?

Timo Soini (EFD). – (FI) Senhor Presidente, passei a minha infância e a minha juventude porta com porta com uma ditadura comunista, a União Soviética, e o medo estava sempre presente. A Finlândia, um pequeno país, estava mesmo ali. Contudo, resistimos; éramos independentes. Agora estou estarrecido com o facto de só se admitir um resultado final na União Europeia. Podem ser expressas opiniões, pode haver desacordo, até os eurocépticos são permitidos, mas o resultado final tem sempre de ser o mesmo.

Se ganharmos de forma irregular, já perdemos. Para usar uma referência do futebol, recordemos o incidente do golo com a mão de Diego Maradona. Quem se recorda do jogo entre a Argentina e a Inglaterra e do seu resultado final? Foi ganho de forma irregular, não foi? Vejam onde está Maradona agora, ele que ganhou de forma irregular.

Por fim, quero dizer à Suécia, o país que detém a Presidência, que a decisão do povo sueco, que votou contra o euro, continua a ser respeitada. Não reconsideraram a decisão um ano depois, ou dois ou até mesmo cinco anos. Neste caso, no entanto, foi apenas um ano depois. Isto é democracia europeia, que irá um dia receber o que merece.

Liisa Jaakonsaari (S&D). – (FI) Senhor Presidente, também eu vivi num pequeno país, e ainda vivo. Gostaria de perguntar ao senhor deputado Soini se não está de acordo que este foi um caso em que a Irlanda mostrou a sua enorme força como pequeno país, colocando virtualmente toda a Europa de joelhos. Desta vez, após um longo debate, a Irlanda, um pequeno país tal como a Finlândia, procurou protecção junto da União Europeia, e pretende ajudar a reforçar a UE. Não se destinam a União Europeia e o Tratado de Lisboa precisamente a proteger os pequenos países?

Timo Soini (EFD). - (FI) Senhor Presidente, este acordo é mau para os pequenos países. Irá enfraquecer as vozes da Irlanda, da Dinamarca e da Finlândia no Conselho de Ministros. Os países grandes sairão reforçados.

Gosto muito da Irlanda; fui lá 20 vezes. Tornei-me católico na Irlanda. Não se trata disso. Tenho só pena de assistir a uma vitória tão esmagadora. À partida havia 53% contra e 47% a favor. Desta vez o resultado foi de 67% a favor e 33% contra. O que é que aconteceu, e porquê? Mantenho a minha opinião de que foi medo. Desejo à Irlanda e aos Irlandeses todos os êxitos e que Deus os abençoe.

(A deputada Liisa Jaakonsaari tece um comentário sem usar o microfone)

Csanád Szegedi (NI). - (HU) Senhoras e Senhores Deputados, gostaria, antes de mais, de agradecer ao povo da Irlanda, em especial aos corajosos 600 000 Irlandeses que rejeitaram o ditatorial Tratado de Lisboa e aderiram ao combate pela democracia na Europa. Quem se regozijar com o resultado deste referendo requentado também se regozijará com a morte da democracia e a ditadura do globalismo. Os políticos europeus não deviam estar a apoiar a ditadura do globalismo mas a resolver assuntos concretos, nomeadamente erradicar o desemprego, pôr cobro à imigração em massa e revogar os discriminatórios e desumanos Decretos Beneš e a lei relativa à língua eslovaca. Insto ainda todos os colegas e todos os deputados a apoiarem a aspiração à autonomia da mais vasta minoria privada de direitos da Europa, a minoria dos Húngaros que vivem fora das fronteiras da Hungria. Os representantes do movimento Jobbik apenas apoiarão uma União Europeia baseada nas tradições nacionais. Muito obrigado.

Marian-Jean Marinescu (PPE). - (RO) Estamos encantados com o facto de o referendo realizado na Irlanda ter confirmado uma vitória estrondosa dos apoiantes do Tratado de Lisboa. Temos de apresentar as nossas felicitações, e agradecer, simultaneamente, àqueles que fizeram campanha a favor do voto "sim" na Irlanda.

Este voto representa a decisão dos cidadãos irlandeses de continuarem o processo de desenvolvimento da União Europeia. Eles tornaram possível para nós considerarmos, no futuro, um tempo em que a União Europeia falará com voz forte em todas as discussões com grandes potências mundiais. Esta voz falará em nome dos 27, ou mais, Estados-Membros.

O assunto do novo Tratado basilar foi discutido pela primeira vez em 2002. A passada sexta-feira marcou o termo do processo de adopção do novo Tratado. O que me leva a fazer esta afirmação é a minha crença em que, directa ou indirectamente, os cidadãos da Europa manifestaram a sua opinião. A Polónia anunciou que irá ratificar imediatamente o Tratado. Resta apenas uma pessoa que crê que a ratificação deste Tratado deve ser bloqueada, mesmo que o parlamento do país a que preside o tenha ratificado. Espero que o Presidente tenha em consideração os desejos dos cidadãos da totalidade dos 27 Estados-Membros, incluindo os da República Checa, e assine a ratificação do Tratado.

Senhoras e Senhores Deputados, a futura implementação do Tratado irá implicar novas responsabilidades para o Parlamento Europeu. O Parlamento tem de fazer os preparativos relevantes para poder cumprir o mais rapidamente possível essas responsabilidades, sem causar atrasos no processo legislativo. Hoje, temos um exemplo disso com a retirada da ordem do dia de dois relatórios sobre o Fundo de Solidariedade, relacionados com o terramoto ocorrido em Itália. Inclusive o problema de hoje com os cartões azuis é outro exemplo disso.

Espero que os serviços administrativos prestem a este aspecto, pelo menos, a mesma atenção que prestaram ao Estatuto dos Deputados.

Presidente. - Gostaria de explicar uma vez mais aos senhores deputados, em primeiro lugar, que o Regulamento diz que o Presidente "pode conceder a palavra". Portanto, "pode conceder a palavra" quer dizer que o Presidente pode decidir conceder a palavra a um deputado, ou não. Este Presidente prefere conceder a palavra aos deputados que estão inscritos na lista, em lugar de a conceder aos que, ao tomarem a palavra, impedem de o fazer os que estão inscritos na lista de acordo com o tempo de intervenção atribuído a cada grupo político. Em segundo lugar, o que diz o Regimento é que o cartão azul deve ser levantado durante a intervenção daquele a quem se pretende fazer a pergunta, não depois.

Ramón Jáuregui Atondo (S&D). - (ES) Senhor Presidente, quero dizer, em primeiro lugar, que estou perplexo com este debate, pois o que deveria ser um dia de celebração para a União Europeia está a tornar-se num debate em que se chegou a questionar a forma como o Presidente do Parlamento saudou os resultados.

Houve mais de dez intervenções a criticar abertamente não apenas a União Europeia – o que poderia ser legítimo – mas também os resultados democráticos do referendo na Irlanda.

Creio que é chegado o momento de dizer nesta Câmara que aqui, onde reside a soberania popular da cidadania europeia, nove em cada dez cidadãos aqui representados são a favor da União Europeia, e que as convicções em que assentam os principais partidos políticos da UE são favoráveis à União. Senhoras e Senhores, gostaria também de recordar que o Tratado de Lisboa é uma condição necessária para fazer mais Europa, para tornar a Europa mais unida e mais forte, mas por si só não é, infelizmente, uma condição suficiente.

Gostaria de vos dizer a todos que, se há 60 anos os pais fundadores terão pensado que a Europa era a resposta necessária para construir um espaço comum de paz depois da tragédia da guerra, depois da tentativa de alguns de impor aos outros ideias ou hegemonias políticas na Europa, hoje, a Europa tem outra razão de ser. Hoje estamos perante o início de uma governação do mundo e, ou estamos lá, ou não estamos. O debate tem ecos de Shakespeare: ser ou não ser pela Europa.

Ainda há poucos dias tive a oportunidade de falar com pessoas que estiveram em Pittsburg, e a opinião que me transmitiram é que o mundo não tem os olhos postos na Europa, mas sim na Ásia. A Europa tem de estar unida e forte para ser uma presença de peso à mesa da governação mundial. Se não estivermos lá, não contaremos, não teremos capacidade de influência. Por isso, o Tratado de Lisboa representa um caminho, mas um caminho que tem de ser percorrido.

Andrew Duff (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, francamente, deveríamos agradecer ao senhor deputado Nigel Farage o seu contributo na campanha na Irlanda. O seu estilo singular de jingoísmo pós-colonial conseguiu seguramente recrutar vários republicanos irlandeses para a causa do "sim" ao Tratado.

No entanto, mais estranho ainda, é a completa ausência dessa campanha do Partido Conservador britânico, escondido debaixo das saias de Declan Ganley e do Presidente Vaclav Klaus. O facto é que o Partido Conservador fica totalmente isolado como um partido com aspirações a ser governo e que continua a opor-se a este enorme passo em frente na integração europeia.

Atente-se se no absurdo da posição dos eurocépticos, visto que a oposição a Lisboa significa perpetuar com o actual Tratado de Nice e a actual União, algo inapta e opaca – e muito frequentemente ineficaz –, que não consegue responder às exigências do público e aos desafios globais. O Reino Unido merece muito melhor do que o Partido Conservador, e a Europa precisa certamente de muito mais.

Reinhard Bütikofer (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, à semelhança de muitos que já hoje intervieram, estou satisfeito com o "sim" dos votantes irlandeses, e gostaria de felicitar todos os que lutaram por este resultado, em especial no *Comhaontas Glas*, o Partido dos Verdes na Irlanda. É um dia de celebração, sem qualquer dúvida, mas também é verdade que foi preciso lutar arduamente por este dia. Como tal, seria errado da nossa parte, agora, simplesmente retomar, cheios de auto-satisfação, os processos institucionais habituais e rotineiros, como se nada de muito especial se tivesse passado.

Na sua primeira declaração sobre o assunto, o Presidente do Parlamento sublinhou o facto de devermos necessariamente ter em atenção, também, os votos "não". A isto acrescentaria que deveríamos igualmente escutar as vozes que mal se ouvem, as daqueles que, nas eleições europeias em Junho, acharam que não valia a pena participar nas eleições e desempenhar o seu papel no apoio a este processo. O que quero com isto dizer é que temos de compreender que, para que o compromisso de seguir em frente seja coroado de êxito, se impõe um esforço mais sério do que o que temos feito até agora para envolver os cidadãos.

É claro que perdemos tempo. Perdemos dez anos. A Europa ficou para trás na cena internacional. Basta olhar para as reuniões do G20 para perceber isso. No entanto, a Europa só adquirirá um novo dinamismo se contar com um envolvimento mais forte por parte dos seus cidadãos. Não sou de opinião que, face à atitude problemática do Presidente da República Checa, se deva exercer pressão sobre a população daquele país declarando-lhes que, se dúvidas houver, não terão um Comissário.

Há um aspecto que considero ainda mais importante, que é o facto de que seria um erro grave decidir nomear Tony Blair, ou qualquer eventual candidato ao cargo de Presidente do Conselho, à porta fechada. Este é um assunto que deve, isso sim, ser discutido abertamente com os cidadãos da União Europeia. Proponho a realização, no Parlamento, de uma audição a todos os candidatos a este cargo.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Ashley Fox (ECR). – (EN) Senhor Presidente, fui eleito em Junho para representar o Sudoeste de Inglaterra e Gibraltar e, durante a campanha eleitoral, entristeceu-me encontrar um tão elevado número de pessoas que deixaram de apoiar a permanência do Reino Unido na UE. Entristeceu-me, porque acredito que a UE tem sido uma força positiva no mundo. Tem promovido a paz e a reconciliação entre os povos da Europa,

e espero que continue a fazê-lo. O mercado único promove o comércio e a prosperidade, e empresas que são líderes mundiais, como a Airbus, presentes no meu círculo eleitoral, mostram bem aquilo de que somos capazes quando reunimos os nossos recursos industriais.

Quando era estudante, vivi em França durante 12 meses e regresssei francófilo. Quero que o Reino Unido possa gozar de relações amistosas com a totalidade dos seus vizinhos europeus. A minha preocupação prende-se com o facto de a actual marcha rumo a uma união política, sem o apoio dos povos da Europa, ameaçar prejudicar o trabalho positivo que a UE tem vindo a desenvolver. Respeito o facto de os Irlandeses terem, desta feita, votado a favor do Tratado de Lisboa, embora considere lamentável que tenham sofrido pressões com vista à realização de um segundo referendo da parte de países que nem sequer realizaram um referendo. A conduta do Primeiro-Ministro Gordon Brown é particularmente repreensível. O seu legado ao Reino Unido será não só num país falido, como igualmente a negação aos Britânicos de um referendo sobre esta última transferência de poderes de Westminster para Bruxelas. O incumprimento da sua promessa de realização de um referendo ameaça prejudicar o apoio britânico à UE, o que lamento profundamente. Não consigo compreender por que razão aqueles que defendem uma união política parecem tão determinados em assentar a sua construção na prior das fundações. Será que não compreendem que uma união política construída sem apoio popular acabará provavelmente por malograr?

Jiří Maštálka (GUE/NGL). – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, vejo muitas expressões de satisfação e, mesmo, de alegria neste Hemiciclo, com os resultados da repetição do referendo irlandês. Independentemente do facto de o processo de ratificação do Tratado de Lisboa não estar ainda concluído, eu sugeriria que suspendêssemos a nossa satisfação e alegria até que os cidadãos da Europa tenham confirmado, por exemplo em futuras eleições para o Parlamento Europeu, que o Tratado de Lisboa veio beneficiá-los, que melhorou as condições sociais, reduziu conflitos armados perigosos e deu um contributo significativo para uma Europa moderna e democrática. Admito que o resultado da repetição do referendo irlandês não me surpreendeu. Todos assistimos ao grande interesse das organizações europeias em relação à Irlanda, que raiou mesmo a coacção, e que foi apoiado com níveis de financiamento equivalentes.

Mesmo no período em que Checos e Eslovacos partilhavam o mesmo Estado sempre fui um federalista convicto. Sou e continuarei a ser federalista no melhor sentido da palavra. Incomoda-me, no entanto – e não estou só neste sentimento – que os cidadãos da UE não tenham podido decidir sobre tão importante documento através de referendo que abrangesse todos os Estados. Julgo ser errado forçar um documento que abre a possibilidade de um papel de maior relevo para as instituições financeiras mas não demonstra qualquer preocupação com a Europa social. Na minha opinião, a repetição do referendo na Irlanda estabelece um perigoso precedente para toda a Comunidade Europeia. O tempo o julgará e creio que virá a mostrar que o resultado do segundo referendo irlandês é, afinal, uma vitória de Pirro. Permitam-me insistir em que as disposições constitucionais da República checa sejam respeitadas e em que não seja exercida pressão sobre as autoridades checas e, em especial, o Presidente, no sentido de decidir...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Presidente. - Peço desculpa, Senhoras e Senhores Deputados, mas, tal como os elevadores, que estão avariados, o mesmo acontece com o botão de que dispõe o Presidente para retirar a palavra a um orador que tenha excedido o seu tempo de uso da mesma e esteja a roubar tempo dos seus colegas que estão na lista para intervir. Por favor, parem de falar quando eu peço para o fazerem pois, caso contrário, como não temos aqui um botão para cortar o microfone, metade dos oradores que estão na lista para falar neste debate extremamente importante não terão possibilidade de o fazer, o que me parece muito pouco simpático.

Fiorello Provera (EFD). – (IT) Senhor Presidente, tentarei respeitar o meu tempo de palavra. A *Lega Nord* (Liga Norte), o partido que represento, votou a favor do Tratado no Parlamento Italiano e eu mesmo fui o relator. Com respeito ao referendo, nós aceitámos com todo o respeito a oposição da Irlanda ao Tratado, assim como aceitamos com igual respeito a sua votação favorável, que chegou aos 67%, uma percentagem considerável. A vontade de um povo expressa através de um referendo é directa e inequívoca.

Apreciei o discurso proferido esta manhã pelo Presidente do Parlamento, que aludiu à necessidade de ouvir também as razões daqueles que votaram "não" e, sobretudo, perguntarmo-nos por que motivo um elevado número de cidadãos nem sequer votou. Creio que se trata de uma observação inteligente e perspicaz, pois a democracia na Europa não se constrói com decisões vindas do topo, mas através da consciência política e do crescimento da consciência política dos povos europeus.

Creio que os povos querem mais democracia ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhor Presidente, em todos os debates que realizámos nos últimos anos sobre o Tratado de Lisboa, até os próprios apoiantes do Tratado sempre disseram que este não é tão bom quanto poderia ser, que tem muitas lacunas e que, aliás, não é um compromisso particularmente bem conseguido.

Neste momento, os apoiantes estão contentes porque o Tratado está prestes a ser implementado, e isso é legítimo. Todavia, ouço esses apoiantes afirmar, hoje, que a maioria expressou a sua opinião de forma democrática e que a minoria terá simplesmente de o aceitar, o que efectivamente é verdade, mas teria esperado uma tal declaração, também, após o primeiro referendo na Irlanda. Ao fim e ao cabo, uma coisa é certa: não sabemos se este Tratado será benéfico para a União Europeia ou se será – como eu temo – desastroso. Pessoalmente, acho que o Tratado conduzirá a um super-Estado centralizado.

De uma coisa temos a certeza, porém: esta só será uma boa Europa se for uma Europa democrática. Uma democracia em que se vai fazendo votações até o poder instituído obter o resultado que pretende não é uma democracia. Espero, pois, que não se procure agora exercer pressão sobre o Presidente da República Checa no intuito de resolver a questão o mais depressa possível.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Elmar Brok (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhora Vice-Presidente da Comissão, lamento sinceramente que aqueles que, no primeiro referendo, espalharam mentiras durante a campanha na Irlanda, tenham agora de admitir que os parlamentos de 26 Estados-Membros ratificaram o Tratado, que a Irlanda ratificou o Tratado através de um referendo e que, até ao momento, todas as decisões dos tribunais constitucionais em relação ao Tratado de Lisboa foram favoráveis. Não têm como escapar a estes factos.

Em segundo lugar, comparado com o Tratado de Nice, o Tratado de Lisboa é um tratado dos parlamentos e dos cidadãos e, por conseguinte, um tratado em prol de mais democracia.

Em terceiro lugar, quero agradecer aos deputados irlandeses, ao povo irlandês, e ainda ao líder da oposição naquele país, Enda Kenny, que deveria ser incluído na lista mencionada.

Por último, gostaria de dizer que estou convencido de que o processo de ratificação do Tratado irá avançar, já que todos os parlamentos o ratificaram. Não posso acreditar que o Presidente da República Checa opte por aceder aos pedidos, por carta, do líder da oposição de um país que já ratificou o Tratado, em lugar de aderir aos pareceres do seu próprio Parlamento e do seu próprio Tribunal Constitucional. Seria como se um líder da oposição francesa escrevesse à Rainha de Inglaterra e lhe pedisse que não assinasse uma lei passada pela Câmara dos Comuns.

Um último ponto: Senhora Ministra Malmström, solicito-lhe que considere seriamente as opiniões ontem expressas, em diferentes comissões, em relação ao Serviço Europeu de Acção Externa. Até ao momento, os documentos de que disponho ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Libor Rouček (S&D). – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, queria começar por felicitar os Irlandeses, o povo irlandês, pelo sucesso do referendo sobre o Tratado de Lisboa. O claro "sim" irlandês é uma ótima notícia para a Irlanda e para toda a Europa. Na sequência do seu alargamento histórico, a UE necessita de uma base constitucional nova e reforçada. Apenas então poderá a Europa, num período de crise económica global e de concorrência vinda de todas as partes, dar resposta aos desafios e armadilhas do século XXI. Também os Checos disseram "sim" ao Tratado de Lisboa. Ambas as câmaras do Parlamento checo aprovaram, por clara maioria constitucional, o Tratado de Lisboa.

Os cidadãos checos apoiam o Tratado de Lisboa, tal como, em 2003, uma clara maioria apoiou a adesão à União Europeia. Os Checos estão cientes de que uma nação de dez milhões de pessoas, como aliás a Europa no seu todo, apenas poderá obter a liberdade, a independência, a segurança e a prosperidade económica e social através da existência de uma União Europeia democrática, forte e eficaz. A República Checa é uma democracia parlamentar. A autoridade do seu Presidente depende da vontade do Parlamento. O Presidente checo não é um monarca absoluto nem um representante supremo como acontecia no sistema político da antiga União Soviética.

Assim, insto Václav Klaus a respeitar a vontade do povo checo e, agora que a situação ficou esclarecida no Tribunal Constitucional checo, a assinar sem mais delongas o Tratado de Lisboa. A meu ver, a tergiversação e a obstrução em nada dignificam o papel e a posição do Presidente checo.

Olle Schmidt (ALDE). – (SV) Senhor Presidente, Senhor Ministro, Senhor Comissário, para a vasta maioria dos pró-europeus, o resultado irlandês foi uma boa notícia. Como muitos afirmaram, temos agora uma UE mais democrática e mais aberta. O povo irlandês contribuiu neste momento para tirar a UE de uma crise institucional. Agora, cabe ao resto de nós.

Creio que houve várias questões que jogaram a favor da UE desta vez. Não se está numa posição muito forte se se ficar isolado no momento em que as tempestades abanam o mundo. Creio que todos estamos de acordo nesse aspecto. As dúvidas em torno do Tratado foram eliminadas, todavia, penso que houve um velho e histórico argumento que pesou em tudo isto. A Irlanda não quer ser associada ao eurocepticismo britânico. Dublin não é Londres!

Algumas pessoas afirmaram que um referendo não pode ser realizado mais do que uma vez. Isso é o mesmo que dizer que as eleições não podem ser realizadas mais do que uma vez. Para a maioria de nós, neste Hemiciclo, é positivo o facto de a maioria das pessoas – e talvez mesmo alguns dos deputados aqui – poderem mudar a sua opinião se as circunstâncias se alterarem. É por isso que vivemos em democracia e votamos várias vezes.

Agora é a vez de a Polónia e a República Checa ratificarem o Tratado. A Polónia não constituirá um problema. Poderá ser mais difícil com Václav Klaus em Praga – parece ser uma pessoa inflexível. Ele foi muito determinado, para não dizer cáustico, ao expressar as suas dúvidas relativamente ao Tratado de Lisboa nesta Assembleia, na Primavera.

Sabemos agora que esta é uma questão muito sensível no Reino Unido. Se houver uma mudança de governo em Londres na próxima Primavera – e é muito provável que haja – e se o processo checo for mais moroso, ou se quiserem um referendo, há o risco de a UE enfrentar novamente problemas com respeito à ratificação deste Tratado.

Tinha intenção de me dirigir ao Primeiro-Ministro sueco, mas não está presente neste Hemiciclo. Mantém boas relações com David Cameron e espero que as utilize para garantir a realização de um melhor debate no que respeita à UE, não apenas na Europa, mas no Reino Unido também. Precisamos de uma forte...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Mirosław Piotrowski (ECR). – (PL) Senhor Presidente, o duplo referendo na Irlanda sobre o Tratado de Lisboa criou um precedente perigoso. Houve sinais de que, caso a Irlanda não aceitasse o documento, teria de continuar a votar até ser obtido o resultado esperado. Durante a campanha, foi utilizado um amplo leque de táticas de pressão, desde concessões, tais como garantias de que a UE não interferiria com a legislação nacional sobre questões éticas, religiosas ou económicas, a ameaças, tais como a perda do seu Comissário, até à chantagem de que a Irlanda seria marginalizada e excluída das estruturas da UE.

Todas estas medidas, no contexto dos receios alimentados pela crise, levaram ao resultado conhecido. Recorrendo a meios financeiros enormes, muitos agitadores da UE chegaram a prometer empregos em troca de uma aceitação do Tratado e não se concentraram em questões-chave. Os comentadores políticos chamaram a atenção para os métodos não democráticos e arrogantes da elite política da UE. Tendo em conta a duplicidade dos padrões utilizados, apelaria a que fosse realizado na Irlanda outro referendo, um terceiro referendo, e à possibilidade de uma nova votação sobre este documento nos parlamentos nacionais dos Estados-Membros da UE.

Gerard Batten (EFD). – (EN) Senhor Presidente, um dos oradores anteriores acusou o meu colega Nigel Farage de não respeitar a democracia irlandesa. Posso garantir que respeita, não respeita é a forma injusta e parcial como foi conduzida a campanha para o referendo. Com efeito, o respeito que Nigel Farage e nós, no nosso partido, nutrimos pela democracia é tal que gostaríamos que tivessem sido realizados referendos nos 26 países que, até agora, viram ser-lhes negada essa possibilidade.

Um outro orador afirmou que este não foi o primeiro resultado a favor do "sim", tendo o "sim" vencido igualmente no Luxemburgo e em Espanha, contudo, não foram esses referendos efectivamente sobre a Constituição e não sobre o Tratado de Lisboa? Dizem-nos que Lisboa é diferente da Constituição, então em que ficamos? Teremos realizado os mesmos referendos em seis países? Ou será que realizámos referendos em quatro países sobre a Constituição e referendos em dois países sobre Lisboa? Se o que vale é o primeiro

caso, então temos um empate, 3 a 3. Se é o segundo caso, temos um empate 2 a 2 e um empate 1-1. Dificilmente se trata de um apoio claro ao Tratado de Lisboa.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Martin Ehrenhauser (NI). – (DE) Senhor Presidente, é um ultraje à democracia que os políticos no poder recusem aos seus cidadãos a realização de um referendo no seu próprio país, ao mesmo tempo que exigem que na Irlanda sejam realizados dois referendos. É igualmente ultrajante que estes políticos exijam que aceitemos o resultado do segundo referendo, quando a verdade é que eles não aceitaram o resultado do primeiro.

Independentemente de este Tratado de Lisboa, ou Tratado Constitucional Reformador, entrar em vigor ou não, precisamos de um novo tratado fundamental. Este novo tratado fundamental deve prever uma genuína separação de poderes, um tribunal de justiça verdadeiramente independente para as questões relacionadas com a subsidiariedade, total transparência no plano económico e, acima de tudo, referendos vinculativos. Dessa forma, ainda poderemos escapar à armadilha da Europa, e isso é algo que devemos à viva força tentar conseguir.

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhor Presidente, não há dúvida alguma: a vitória do "sim" no referendo da Irlanda sobre o Tratado de Lisboa constitui um passo extremamente positivo para a revitalização da União Europeia e para as reformas fundamentais, no plano político e institucional, previstas pelo Tratado. Regozijo-me com a atitude dos cidadãos irlandeses, que com sentido de responsabilidade votaram "sim", evitando dessa forma uma verdadeira paralisia do projecto europeu. Espero que o Presidente Klaus e o Presidente Kaczyński possam estar convencidos disso também, pois seria bom que a ratificação da Irlanda por via do referendo ajudasse na prossecução dos esforços envidados para tornar possível a entrada em vigor do Tratado em 1 Janeiro de 2010.

O voto "sim" irlandês mostra até que ponto uma Europa unida é o único projecto politicamente credível que poderá trazer benefícios para os países e, sobretudo, para os cidadãos. Hoje, não há qualquer político na Irlanda, ou em qualquer outro Estado-Membro, capaz de propor uma estratégia de desenvolvimento para o seu país fora da União Europeia, ou até participando nela em moldes mais limitados.

É necessário actuar com prontidão e com maior coragem por parte da Comissão através de iniciativas-piloto ambiciosas em várias frentes; por exemplo, maior coragem para emitir *Eurobonds* (euro-obrigações), maior coragem para proceder a uma gestão conjunta do problema da imigração e maior coragem para abordar as questões energéticas. Mas, acima de tudo, impõe-se ter em conta os graves erros cometidos nos últimos anos. O declínio do projecto político a que chamamos de "União Europeia" pode ser atribuído a um factor específico: sucedeu no momento em que insistimos na dissociação deste projecto dos desejos das populações e o associámos, ao invés, aos dos burocratas.

Por conseguinte, quando digo "maior coragem", refiro-me sobretudo a uma maior coragem da parte da liderança da Comissão, de modo a que possamos alcançar os objectivos a que nós próprios nos propusemos.

Wojciech Michał Olejniczak (S&D). – (PL) Senhor Presidente, o povo irlandês disse "sim" à União Europeia. Chegou, agora, o momento de remover os dois maiores obstáculos na Europa, aos quais, na verdade, os Irlandeses já retiraram crédito. Para os Presidentes da Polónia e da República Checa: basta deste desprezo pelo Europeus! Não percamos tempo quando o tempo que temos é tão escasso e quando temos tanto que fazer. Gostaria de apelar a Donald Tusk, Primeiro-Ministro da Polónia, no sentido de adoptar a Carta dos Direitos Fundamentais no nosso país, por razões óbvias.

Até agora, nós, políticos, temos dito que não dispomos de instrumentos nem de legislação suficientes que nos permitam actuar. Neste momento, nesta Assembleia, estamos perante uma grande tarefa. Iremos, muito em breve, dispor de um novo Tratado, e temos de pôr a União Europeia em marcha para uma saída comum e rápida da crise, para actuar em nome dos cidadãos e para reforçar a posição da UE no mundo. Temos de lutar contra a desigualdade de remunerações e por um acesso melhor e menos desigual à educação, cultura e cuidados de saúde. A nova legislação ajudar-nos-á a manter a diversidade na UE, mas devemos introduzir um maior grau de igualdade, de que tanto carecem, hoje em dia, os cidadãos da UE. Deveria, ainda, ser nosso objectivo provar a todos quantos estiveram contra o Tratado de Lisboa que podemos, igualmente, trabalhar para eles e que o seu "não" foi e é, para nós, uma motivação ainda maior para trabalhar.

Senhoras e Senhores Deputados, tenho 35 anos e espero mais dinamismo no que fazemos. Espero que comuniquemos de forma mais rápida com a Comissão Europeia e com o Conselho Europeu sobre assuntos

processuais e pessoais, bem como sobre assuntos substantivos. Vamos apresentar projectos europeus de grande envergadura. Perguntaria ainda ao Presidente do Parlamento Europeu, à Conferência dos Presidentes e aos presidentes dos grupos políticos: em que estágio se encontram os nossos preparativos? Estaremos prontos para aplicar o Tratado de Lisboa e, em caso de resposta afirmativa, quando?

Riikka Manner (ALDE). – (FI) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o resultado do referendo irlandês foi claro e constituiu um excelente sinal tanto para a Europa como para a Irlanda. Os Irlandeses estão de parabéns por este resultado, por diversas razões. Pela minha parte, contudo, estou especialmente contente com o facto de o referendo irlandês ter mais uma vez catapultado para a ribalta a União Europeia e o seu futuro. É necessário um debate genuíno, pois os atentados a uma visão realista do futuro da UE têm sido patéticos nestes últimos anos.

Devo também recordar que o Tratado de Lisboa constitui um compromisso do que era o anterior projecto de Constituição da União Europeia. Se o Tratado de Lisboa tivesse sido rejeitado mais uma vez pelos Irlandeses, teríamos tido que ponderar e debater a orientação que nós, União Europeia, estamos actualmente a tomar. Teríamos tido também de pensar se não estaríamos a avançar demasiado depressa nestes últimos anos, sem grandes limitações.

Na minha opinião, os problemas suscitados durante o processo de ratificação apenas mostram que a União Europeia é sentida como algo de certa forma distante e difícil de controlar. Para resolver esse problema, espero, pela minha parte, que o debate sobre o futuro da UE não acabe aqui, mas que continue a ser transparente com o Tratado Reformador.

Temos de criar uma Europa unida, e não podemos ignorar as razões que levaram à primeira rejeição deste Tratado. Creio que, neste sentido, o Tratado de Lisboa e a sua implementação constituem exactamente o caminho certo e um enorme passo em direcção a uma União mais democrática, a uma União que mostre mais solidariedade. Para isso, no entanto, precisaremos de manter um diálogo aberto.

Estou também satisfeita com o facto de o Tratado de Lisboa ajudar a reforçar a cooperação entre os parlamentos nacionais e Bruxelas. É tempo de mudarmos a nossa atenção da Irlanda para a República Checa. Espero que a Europa não volte a precisar de sustentar a respiração. É importante que o Tratado de Lisboa se torne rapidamente uma realidade e que nós...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

James Nicholson (ECR). – (EN) Senhor Presidente, a decisão está tomada. Por muito que lamente que a primeira decisão não tenha sido respeitada, temos de esperar para ver quais serão as consequências desta última. E cabe agora a outros decidir, e espero que lhes seja dado espaço para decidir. Só espero que a elevada percentagem dos que votaram "sim" na República da Irlanda não venha, a longo prazo, a lamentar a sua decisão. Não quero deter-me mais neste assunto.

São agora bem pesados o fardo e as responsabilidades que recaem sobre os ombros dos que pretenderam e desejaram uma centralização ainda maior do processo decisório aqui em Bruxelas. Exorto-os a que não se adiantem tanto relativamente às pessoas que estas não percebem de todo para onde se dirigem ou qual poderá ser, em última análise, o seu destino. Não sou antieuropeu, mas quero uma Europa segura de si e capaz de permitir aos que discordam o direito de apresentarem uma visão alternativa, e actualmente nem sempre conseguimos isso aqui nesta Câmara.

Philip Claeys (NI). – (NL) Toda e qualquer euforia em relação ao segundo referendo na Irlanda é totalmente descabida. A vitória do lado "sim" foi uma vitória roubada, uma vez que o referendo inicial foi realizado em moldes perfeitamente legais e conforme as regras. A maioria dos que votaram "não" em 2008 sentiram, compreensivelmente, que a Europa oficial jamais levaria em conta o seu veredicto se este não desse jeito à UE. Por conseguinte, um grande número de votantes ficou em casa. A democracia da UE é uma estrada de sentido único. Não houve uma campanha justa. A predominância do lado "sim" nos meios de comunicação social foi ainda mais reforçada pelo caderno de 16 páginas elaborado pela Comissão Europeia e inserido em quase todos os jornais de domingo: uma utilização ilegal do dinheiro dos contribuintes sobre a qual a última palavra ainda está por dizer. Os votantes foram intimidados. A crise económica foi usada como uma alavanca para obrigar as pessoas a votar "sim". Senhoras e Senhores da Comissão Europeia, prevejo que a vossa propaganda enganosa mais tarde ou mais cedo se virará contra vós.

Íñigo Méndez de Vigo (PPE). – (ES) Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, imaginemos que esta noite, quando acabar este interminável debate, saímos daqui e 27 de nós nos encontramos lá em

baixo e temos de decidir, por unanimidade, a que restaurante iremos. E se ultrapassarmos esse obstáculo, imaginem que temos de decidir, os 27, qual o menu que todos vamos comer e, ainda, se vamos ou não, os 27, beber vinho.

Senhor Presidente, esta metáfora, dita por alguém que está em dieta, é bem ilustrativa do que é, neste momento, a União Europeia e do que o Tratado de Lisboa fará: em minha opinião, vai fazer o que é mais importante, que é suprimir a unanimidade.

Com efeito, se todos os que aqui falámos queremos que a União Europeia funcione, que seja eficaz, que tenha valor acrescentado para as pessoas, a primeira coisa que há que fazer é substituir a exigência de unanimidade pelo requisito de maiorias super-qualificadas. Esta é, pois, a mais importante conquista do Tratado de Lisboa.

Opor-se ao Tratado de Lisboa é querer que a Europa não funcione e não tenha um papel importante no mundo.

Não compreendo, e tenho pena, Senhor Presidente, que alguns colegas que acederam livremente a este Parlamento tenham mais confiança no Conselho de Ministros do que no Parlamento Europeu. Além do mais, são pessoas que jamais integrarão o Conselho de Ministros. Por que razão crêem que os seus interesses são mais bem defendidos no Conselho de Ministros do que neste Parlamento, onde eles estão presentes e podem votar?

Outra coisa que não entendo, Senhor Presidente, é por que razão um determinado colega afirmou que o que pretende é retirar o seu país – é uma posição legítima – da União Europeia. Nesse caso, minhas Senhoras e meus Senhores, há que ser favorável ao Tratado de Lisboa, pois é este Tratado que estabelece, pela primeira vez, uma cláusula de saída. Agora, é necessário, isso sim, ter a coragem e a ambição de dizer aos seus cidadãos que é preciso sair da União Europeia. E isso é algo que eu também gostaria de ver.

Em suma, Senhor Presidente, creio que com o resultado do referendo irlandês estamos a completar o processo.

E quero dizer aos senhores deputados Rouček e Brok – que estão preocupados com a atitude do Presidente da República Checa – que a esse respeito não tenho a menor dúvida. E não tenho, Senhor Presidente, porque uma pessoa recusar-se a assinar o que foi aprovado pelo Parlamento que o elegera, uma pessoa recusar-se a assinar o Tratado, seria o mesmo que a Rainha de Inglaterra se recusar a assinar uma lei passada por Westminster. Isso não é possível. Também estou certo de que uma pessoa tão patriótica como o Sr. Vaclav Klaus não vai querer ver o seu país mergulhado numa crise constitucional interna.

Creio, pois, Senhor Presidente, que é chegado o momento de unir forças, de nos darmos conta de que o mundo não vai ficar à nossa espera, à espera dos Europeus, e que, das duas uma, ou nós, Europeus, nos unimos e mantemos posições construtivas em torno dos problemas que neste momento afectam os nossos cidadãos, ou então a Europa, como potência, desaparecerá do mapa.

Senhor Presidente, isto é o que creio que neste momento devemos fazer, na unidade, como Europeus e como Parlamento.

Glenis Willmott (S&D). – (EN) Senhor Presidente, antes de mais, gostaria de felicitar os colegas irlandeses por um fantástico resultado. No Reino Unido, o Partido da Independência e o Partido Conservador, como todos saberão, defenderam o “não” no referendo irlandês. Diz-nos o Partido da Independência do Reino Unido que não devemos imiscuir-nos nos assuntos nacionais, no entanto, foi seguramente isso que fez no caso do referendo irlandês, não restam quaisquer dúvidas. Gostaria de dizer ao senhor deputado Nigel Farage que considero que fez um óptimo trabalho, pois entendo que a sua interferência acabou, na verdade, por ajudar a campanha a favor do “sim”. São as chamadas consequências indesejadas, mas ficamos gratos pela sua intervenção.

Por outro lado, entre os Conservadores reina a confusão. Estão divididos no que respeita à Europa, o que está a ensombrar a sua conferência, que tem lugar esta semana em Manchester. A posição de David Cameron sobre o Tratado de Lisboa é bastante insustentável. Persiste na promessa de que, se vier a ganhar eleições gerais e o Tratado ainda não tiver sido ratificado pelos 27 Estados-Membros, realizará um referendo. Na melhor das hipóteses, poderá ser acusado de tibieza. Na pior das hipóteses, penso que poderá ser acusado de não ser totalmente honesto com os Britânicos, pois não vejo como poderá cumprir essa promessa.

Precisamente numa altura em que as questões que estão na ordem do dia obrigam a maior cooperação, e não a menos, questões como as alterações climáticas e a reacção à crise financeira e ao desemprego crescente,

os Conservadores decidem que o Reino Unido deverá ficar isolado e marginalizado relativamente à UE. Preferem que sejamos espectadores, em vez de actores influentes.

Ficámos a conhecer, esta semana, os planos que têm: a forma como se propõem cortar os serviços públicos, aumentar a idade da reforma e ajudar os ricos acabando com o imposto sucessório. Lutam, uma vez mais, pela Europa, como ratos num saco, como se diz no Reino Unido. Fingem ter mudado, mas claramente não mudaram. Não, são os mesmos velhos conservadores, persistindo em ajudar um punhado de privilegiados em detrimento de todos os outros, continuando a colocar o dogma acima dos interesses do povo britânico.

A população da Irlanda votou claramente a favor de uma União Europeia mais democrática, eficaz e dinâmica, sendo que a UE é hoje a melhor estrutura para fazer frente aos desafios reais que se nos colocam. É preciso, agora, que os conservadores britânicos sejam claros e nos digam se tencionam colocar em perigo o futuro dos britânicos na UE, com todas as consequências graves que isso terá para o emprego e a prosperidade. Por isso, Senhor David Cameron, seja claro e fale verdade.

PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS

Vice-presidente

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhora Comissária Wallström, em vez de usar palavras sonantes – e tenho a impressão de que há uma inflação de palavras sonantes no Parlamento Europeu –, vale a pena pensar nas razões que levaram o povo irlandês a dizer “sim” quando, no ano passado, disseram “não”.

Penso que os que afirmam que foi a crise que atirou os Irlandeses para os braços do Tratado de Lisboa estão a simplificar excessivamente a questão. Parece que a razão principal pela qual os Irlandeses, os cidadãos da Ilha Verde, apoiaram o Tratado se deve ao que, entretanto, obtiveram da União Europeia. A Irlanda assegurou para si própria e para todos os Estados-Membros o seu próprio Comissário nacional. Dever-se-ia agradecer à Irlanda por isto.

A UE garantiu também que não iria interferir com os impostos na Irlanda, e isto graças a Dublin. Que isto possa ser o fim dos planos da Alemanha e da França no sentido de uma normalização da tributação na UE.

Finalmente, Bruxelas prometeu que não interferiria com a legislação da República da Irlanda em matéria de normas morais e sociais, incluindo a protecção do nascituro. O Governo irlandês e a Nação irlandesa deveriam ser felicitados pelas suas negociações eficazes.

É curioso, a este propósito, assistir à satisfação dos que se regozijaram com o resultado do referendo na Irlanda. Em muitos casos, foram exactamente as mesmas pessoas que se opuseram à realização de referendos nos seus próprios Estados-Membros.

Diane Dodds (NI). – (EN) Como já disse numa ocasião anterior nesta Câmara, sou apologista de uma Europa de nações que cooperam. Opus-me constantemente ao federalismo do Tratado de Lisboa e à cedência de poderes pelos Estados-nação. No que diz respeito ao Reino Unido, o resultado do segundo referendo na República da Irlanda sobre o Tratado de Lisboa nada muda. Um documento prejudicial aos interesses nacionais britânicos em 2 de Outubro de 2009 é igualmente prejudicial em 2 de Outubro de 2010. A ratificação na Polónia não alterará esse facto; a ratificação na República Checa não alterará esse facto; a data das eleições gerais no Reino Unido não alterará esse facto; e, por conseguinte, gostaria de aproveitar esta oportunidade, nesta Assembleia, para apelar a que seja dada a possibilidade ao povo britânico de realizar um referendo, à semelhança do que deveria acontecer com todas as nações europeias, sobre o texto integral do Tratado de Lisboa.

Paulo Rangel (PPE). - Senhor Presidente, caros Colegas, eu queria apenas manifestar, não apenas em nome do PPE, como já foi feito por muitos deputados, mas em particular em nome dos deputados portugueses do PPE, a grande satisfação com o resultado do referendo na Irlanda.

Julgamos que isto reforça claramente as perspectivas de desenvolvimento e de evolução da União Europeia e que cria condições para uma nova etapa. Queríamos, naturalmente, cumprimentar todos aqueles que contribuíram para o Tratado de Lisboa, em particular, a Comissão e a Comissária aqui presente e, também, naturalmente, a Presidência portuguesa da União Europeia que teve aqui um papel muito importante e, por isso, queríamos dizer também que é com agrado que verificamos que, apesar de todas estas vicissitudes e de ainda aguardarmos com expectativa a posição da República Checa, será com grande alegria que os portugueses verão o nome da sua capital ligada a um passo decisivo da evolução da União Europeia e queria dizer que

poderemos também contar, nesta perspectiva, com outra bandeira, que será uma bandeira também sempre dos deputados portugueses do PPE, que é a bandeira dos parlamentos nacionais.

Nós julgamos que o Tratado de Lisboa dá um passo decisivo no sentido de incorporar na democracia europeia também a presença dos parlamentos nacionais. E, por isso, julgamos que essa dimensão, que é a dimensão mais importante da democracia, que é a dimensão representativa e não, como às vezes ouvimos nesta câmara, a dimensão referendária, aquilo que é fundamental e essencial na democracia é a representação e não o voto directo, também o Tratado de Lisboa é um grande passo no sentido de aumentar a participação das democracias representativas nacionais no processo europeu. Por isso, estamos muito satisfeitos com esta decisão do povo irlandês.

Stéphane Le Foll (S&D). - (FR) Senhor Presidente, caros colegas, vou seguramente repetir coisas que já foram ditas e, pelo menos, congratular-me com o resultado do voto irlandês sobre o Tratado de Lisboa.

Gostaria apenas de chamar a atenção dos colegas que restam para as razões da mudança, pois congratulamo-nos com o "sim" mas, há um ano, havia um "não". O que é que mudou? O texto? Muito pouco. O contexto? Muito. É isso que está em jogo. Podemos discutir aqui questões institucionais. Os cidadãos esperam da Europa, antes de mais, respostas políticas.

Em minha opinião, eis a análise que devemos fazer desta mudança de votação. Não há apenas um voto. Há dois. O "não" primeiro, e depois o "sim". Os Irlandeses disseram que precisavam da Europa na crise, aliás de forma muito clara, porque pedem que a Europa os proteja, e isso é importante.

Vou repetir aquilo que muitos colegas já disseram. Penso que, agora, temos de avançar rapidamente. Voltamo-nos então para a Presidência sueca do Conselho, voltamo-nos para a Comissão. Se queremos responder ao que pediram os Irlandeses, temos de dar respostas concretas.

Crise económica: será que a Europa vai ser capaz de relançar o seu crescimento à escala europeia? Crise social: será que a Europa vai ser capaz de possuir uma política do emprego? Eis os temas que, em minha opinião, estão no centro do debate. E estou satisfeito com outra coisa que traz consigo o Tratado de Lisboa. O Parlamento verá o seu poder acrescido e, no debate político, penso que possui um papel essencial a desempenhar: mostrar que existem várias opções possíveis, e debater essas opções.

Mas agora, para que este debate seja democrático, para que a Europa consiga dar respostas, há que designar rapidamente uma Comissão, conseguir que a ratificação seja rápida por parte dos Checos e fazer com que a Europa retome a via do crescimento e da esperança.

Simon Busuttil (PPE). - (MT) Também eu gostaria de saudar com todo o prazer o resultado do projecto do referendo irlandês. Permitam-me que faça uma observação. Aqueles que estão em suas casas pensarão provavelmente: "De que maneira é que este resultado vai afectar a minha vida?" Gostaria de dar alguns exemplos concretos de como este resultado tem repercussões na vida dos cidadãos, aludindo a casos relacionados com a minha área, a saber, a justiça e os assuntos internos.

A Carta dos Direitos Fundamentais é algo de que nos devíamos orgulhar, não apenas enquanto cidadãos dos nossos países individualmente, mas como cidadãos da União Europeia. Os nossos direitos civis, como cidadãos, vão sair reforçados com este Tratado. Isto inclui domínios como a protecção dos dados pessoais. A protecção e a segurança também sairão reforçados, porque a União Europeia tenciona intensificar a luta contra o terrorismo e a criminalidade, graças ao Tratado. Os nossos direitos legais serão protegidos, como por exemplo em casos que envolvam a adopção internacional, ou em questões ligadas às pensões de alimentos no âmbito de processos internacionais. Acresce ainda que os nossos interesses na área particularmente sensível da imigração serão consolidados quando trabalharmos o conceito de solidariedade alargada.

Quer isto dizer que o Tratado irá, em termos muito práticos, ter repercussões na vida dos cidadãos. Por que razão é assim? Porque o governo vai dar a este Parlamento mais poderes e, por sua vez, esta Assembleia vai fazer com que estes poderes sejam exercidos não só com sentido de responsabilidade e entusiasmo, como em benefício dos cidadãos. No meio de tudo isto, como representantes dos cidadãos, cumpre-nos ficar sempre do seu lado.

Adrian Severin (S&D). - (EN) Senhor Presidente, a vitória esmagadora do "sim" na Irlanda não fica apenas a dever-se a uma melhor compreensão do Tratado de Lisboa, mas também ao entendimento de que o verdadeiro respeito deverá ser mútuo e compreensivo. Os nossos concidadãos irlandeses compreenderam igualmente que o comboio europeu não pode esperar indefinidamente pelos que chegam atrasados ao seu encontro com a história.

O caso checo é diferente. O povo checo deu a conhecer de forma adequada o seu apoio a uma Europa mais política e social, mais eficaz e mais democrática. O seu Governo apoiou igualmente a ratificação do Tratado, que o Parlamento ratificou. Por isso, o que está em causa não é a necessidade de demonstrarmos respeito pelo povo checo, mas sim o dever do Presidente da República checa de demonstrar respeito pelo seu próprio povo e pelo Parlamento do seu país.

Para nós é importante distinguir claramente entre o que está certo e aquilo que constitui um abuso e proceder de uma forma que possa demonstrar, e provar, que, para nós, o que está certo acaba onde começa o abuso. Não podemos aceitar ficar prisioneiros daqueles que promovem manobras dilatórias. Deveríamos reconhecer que o Tratado de Lisboa foi devidamente ratificado pela totalidade dos Estados-Membros e começar a basear no mesmo as nossas Instituições. O Parlamento deverá ser totalmente envolvido nesse processo.

Carlo Casini (PPE). – (IT) Senhor Presidente, foi-me dito que dispunha de três minutos, mas tentarei ficar pelos dois minutos. Gostaria de me associar a muitos colegas meus que expressaram a sua satisfação. Creio que chegou a hora de pôr em prática, de implementar o Tratado de Lisboa, mal as ratificações tenham lugar, o que, esperamos, seja em breve.

A comissão a que presido tem feito tudo o que está ao seu alcance há já algum tempo mas, acima de tudo, importa que o Parlamento esteja ciente das suas novas responsabilidades: não pode permitir que se negligencie *de facto* qualquer aspecto das suas funções legislativas mais alargadas.

Gostaria, no entanto, de salientar uma questão que não foi levantada até agora: foram muitas as razões que levaram os Irlandeses a rejeitar anteriormente o Tratado, mas uma delas teve a ver com o receio, entre alguns eleitores, de que o sistema jurídico europeu pudesse violar, na Irlanda, determinados valores fundamentais sobre o direito à vida e a noção de família.

Estes receios foram afastados mediante declarações aprovadas pelos Conselhos Europeus de Dezembro de 2008 e Junho de 2009. Creio que esta questão é importante não só para a Irlanda, como para toda a Europa. Ficou esclarecido que, na verdade, o *acquis communautaire* (acervo comunitário) não interfere em áreas como o direito à vida e a família. Esta clarificação não serve só à Irlanda, mas a todos os Estados-Membros. Na realidade, não havia necessidade de esclarecer esta questão, pois nas várias decisões respeitantes a França, Reino Unido e Polónia, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem havia já decidido que em domínios como o da vida, o valor da vida, o respeito pela vida e a família, impõe-se deixar aos Estados-Membros a possibilidade de decidirem segundo a sua história, tradição e cultura.

Contudo, os escrúpulos irlandeses tiveram o mérito de esclarecer formalmente este ponto que, como eu dizia, aplica-se agora a toda a União Europeia. Parece-me a mim que este é um aspecto positivo que faz com que a realização de um duplo referendo tenha valido a pena. Naturalmente que todos nós sabemos bem que a cultura europeia consiste na soma das culturas de todos os países que a compõem, e todos nós queremos que a Europa não se limite a um espaço económico, mas seja também, e sobretudo, uma comunidade de valores. Considero portanto que tem todo o cabimento demonstrar à Irlanda a nossa satisfação e gratidão por todo o contributo que deu à Europa em termos da sua história e dos seus ideais.

A Europa precisava da Irlanda, não só por razões técnicas associadas aos seus mecanismos e estrutura organizacional, mas também pela participação da Irlanda face ao que todos nós procuramos: a essência da Europa.

Edite Estrela (S&D). - A vitória do *sim* na Irlanda é uma boa notícia para a Europa e para mim, enquanto portuguesa e europeísta convicta. Representa a vitória do bom senso e da racionalidade contra a demagogia e a manipulação. Os irlandeses disseram claramente que confiam no projecto europeu. Com a vitória do *sim* foi vencido o principal obstáculo à entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

A partir de agora o Presidente Klaus não tem mais desculpa e tem de respeitar a Democracia e o Parlamento que o elegeu e que já aprovou o Tratado de Lisboa. Com o Tratado de Lisboa inicia-se um novo ciclo. A União Europeia será mais eficiente na tomada de decisão e mais eficaz nas relações externas. Mais democrática e mais transparente, mais próxima dos cidadãos e menos dependente dos governos. Com o novo Tratado a União Europeia estará mais apta a combater as alterações climáticas e a responder aos desafios da globalização.

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhor Presidente, este foi um debate longo, embora não muito dramático. Imagine-se se tivesse vencido o "não". Esta Câmara estaria cheia e fervilhando de emoções. Suponho que o facto de ter vencido o "sim" e de estarmos muito calmos aqui na União Europeia é, por si só, extremamente eloquente. Congratulo-me, evidentemente, com o resultado do referendo na Irlanda, juntamente

com os meus colegas do Fine Gael, aqui no Parlamento. Trabalhei arduamente para que se conseguisse a vitória do "sim" e devo dizer que o povo irlandês soube pôr de parte os problemas nacionais e outras questões internas e olhou para a questão europeia e para o Tratado de Lisboa, bem como para o passado e para a nossa associação com a União Europeia e disse esmagadoramente "sim" à União Europeia, e esse é um resultado fantástico.

Por outro lado, a Senhora Comissária Wallström, que muito simpaticamente se deslocou à Irlanda em diversas ocasiões, ter-se-á apercebido de uma forte sensibilidade, que penso existir em todos os Estados-Membros, de pessoas que estão descontentes com o que a União Europeia significa. Penso que a culpa desse sentimento é de todos nós. Penso que não falamos o suficiente acerca do projecto europeu, acerca da União Europeia, da solidariedade, do que ela efectivamente significa; falamos mais daquilo que podemos conseguir ou do que temos de dar, do que está errado na directiva ou no regulamento. Por isso, é preciso, talvez, que, na nossa prática política, ponhamos de parte algumas dessas questões, porque, quando temos um referendo pela frente, como foi o nosso caso, é preciso explicar às pessoas nas ruas, nas lojas e nas escolas o que é a Europa, como funciona, o que fazem os deputados, o que faz a Comissão, e esse é um grande exercício. É efectivamente um enorme exercício falar directamente com as populações acerca da União Europeia. Os cidadãos, na Irlanda, compreendem-na agora melhor do que até aqui, porque nos relacionámos de perto com as populações.

Por isso, gostaria de exortar a que todos nós, aqui nesta Assembleia, façamos mais nos nossos próprios países e evitemos criticar a União Europeia quando isso não se justifique. Critique-se, por todos os meios, quando isso é necessário, e àqueles que, como Nigel Farage, se preocupam com o facto de os Irlandeses estarem a ser alvo de intimidação, gostaria de dizer: não nos deixamos intimidar facilmente. Isso não aconteceu. Jamais acontecerá. E permita-me que diga, Senhora Comissária, que se eu não estiver aqui presente no final do debate, não é por qualquer desrespeito para consigo, o Presidente ou a Presidência; fica a dever-se a outros compromissos que tenho, mas agradeço a todos o vosso apoio nos últimos tempos.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D). – (HU) Senhoras e Senhores Deputados, sendo eu deputado pela Hungria, o primeiro país a ratificar o Tratado de Lisboa, saúdo o resultado do referendo irlandês. Gostaria, porém, que olhássemos muito além do processo de ratificação e discutíssemos como aplicar o Tratado, que é um tremendo passo na direcção da união política e da criação de uma comunidade de valores. Irá alargar muitíssimo os direitos sociais e protegê-los mediante a aplicação juridicamente vinculativa da Carta dos Direitos Fundamentais. Irá fazer da diversidade linguística e cultural da UE a norma da União. Mas o Tratado de Lisboa tem uma nova disposição da maior importância.

Pela primeira vez na história da UE, são mencionados os direitos das pessoas que pertencem a minorias. As minorias nacionais e étnicas, assim como as minorias imigrantes, ascendem a 15% da população da União Europeia. Finalmente podemos avançar com a criação de uma estrutura da UE para proteger as minorias. Muito obrigado pela vossa atenção.

Lena Barbara Kolarska-Bobińska (PPE). – (PL) Senhor Presidente, a adopção do Tratado de Lisboa marca o final do processo histórico do maior alargamento da União Europeia, que envolveu dez novos Estados-Membros. Este processo começou na década de 1990 e está a terminar com acordos sobre mudanças institucionais que adaptam a UE à nova realidade.

A adopção do Tratado representa uma nova fase e uma oportunidade de a UE dar um passo em frente. As instituições que vamos conseguir criar são apenas uma oportunidade, cabendo-nos a nós saber como utilizar essa oportunidade. É, também, um bom momento para demonstrar, perante os cidadãos cépticos relativamente ao projecto europeu, que a UE está viva, em mudança e, acima de tudo, que responde aos problemas das pessoas. Parece, por isso, que seria da maior importância propor uma nova política, que respondesse aos desafios que defrontamos. Há, no entanto, o receio de que, em vez de nos concentrarmos nisto, sejamos dominados pela discussão de assuntos formais e pessoais, sobre quem deve ser escolhido para determinado cargo? Não devemos consentir num egoísmo nacional, passível de se intensificar em tempos de crise, que prejudique as oportunidades que a UE tem hoje em dia. Acima de tudo, é necessário que convençamos os cidadãos de que a UE não é apenas a elite, com empregos e burocracia excessiva, mas que também significa modos novos e mais eficazes de resolver os seus problemas.

Alan Kelly (S&D). – (EN) Senhor Presidente, hoje venho aqui orgulhoso de ser um eurodeputado irlandês. Foi preciso o sangue, suor e lágrimas de representantes públicos, atletas, grupos empresariais, agricultores e sindicalistas para assegurar um "sim" histórico. Orgulho-me igualmente de, na sexta-feira passada, na minha região de Tipperary, ter assistido a uma vitória esmagadora do "sim", que veio demonstrar algo em que

sempre acreditei, que a Irlanda é uma acérrima defensora da Europa, e que tencionamos desempenhar plenamente o nosso papel no futuro.

Bem, estou ciente de que os duendes do Partido da Independência do Reino Unido, que estiveram no hemiciclo no ano passado na sequência do referendo, desapareceram. Para muitos de vós será uma satisfação saber que acredito firmemente que o povo irlandês os baniu daqui para sempre. O veredicto sobre o Tratado de Lisboa foi uma vitória da verdade sobre a mentira e sobre os mitos lançados, em muitos casos, por extremistas do lado do "não", tentando aproveitar-se das genuínas preocupações das pessoas. Esses extremistas tiveram uma resposta à altura na sexta-feira.

No entanto, esta é uma lição que temos de aprender. É preciso que todos nós, que apoiamos políticas progressistas e uma Europa progressista, proporcionemos, colectivamente, aos nossos cidadãos um maior incentivo para se relacionem com as instituições europeias. Não podemos nunca tomar o sentimento popular como um dado adquirido.

Damien Abad (PPE). - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o povo irlandês optou claramente por se colocar ao lado da Europa ao aprovar o Tratado de Lisboa por larguíssima maioria. Na minha qualidade de mais jovem dos eurodeputados franceses, congratulo-me com essa opção, que nos permite finalmente dedicar-nos às preocupações concretas dos nossos concidadãos.

Gostaria, no entanto, de fazer duas observações. A primeira é que ninguém deve negligenciar o facto de que foi a crise que, em grande parte, tornou os Irlandeses eurófilos. E este "sim" irlandês traduz, portanto, uma grande necessidade da Europa, de uma Europa política, que protege e que propõe, a necessidade de uma Europa que seja capaz de responder às crises e que garanta aos seus cidadãos a segurança que eles pedem.

Em segundo lugar, o fracasso do primeiro referendo na Irlanda deve servir-nos de exemplo e de lição. Não podemos, de cada vez que queremos fazer avançar a Europa, ficar à mercê de procedimentos inadequados numa Europa a 27. Com o actual sistema, um Estado-Membro acaba por ter mais vantagens, por vezes, em dizer "não" a um Tratado e do que em dizer "sim". Este prémio dado ao "não" deve incitar-nos a pôr em prática um verdadeiro procedimento a nível comunitário, de forma a evitar uma nacionalização dos debates.

Neste momento, a dinâmica europeia está de novo em marcha, e nós, deputados europeus, teremos enfim uma palavra a dizer sobre dossiês tão sensíveis como o da crise no sector leiteiro ou ainda a crise do gás do Inverno passado. E permitam-me chamar muito rapidamente a atenção da Assembleia para aquele que será o único desafio do orçamento comunitário para 2010, a saber, o financiamento da segunda fatia do plano de relançamento europeu, no valor de dois mil milhões de euros. Sou daqueles que pensam que temos de zelar por que esse plano não seja exclusivamente financiado pelas dotações agrícolas, pois seria um mau sinal dirigido aos nossos agricultores num contexto de crise e constituiria também um risco para o futuro da nossa segurança alimentar e dos nossos territórios.

Para terminar, quero agradecer mais uma vez aos nossos amigos irlandeses e dirigir-lhes as minhas mais vivas e calorosas felicitações por esta opção claramente europeia. Apelo agora aos nossos amigos polacos e checos para que se mobilizem no sentido de a Europa dispor da caixa de ferramentas que lhe permitirá enfrentar os desafios da globalização durante as próximas décadas.

Juan Fernando López Aguilar (S&D). - (ES) Senhor Presidente, tenho três mensagens, e serei breve.

Em primeiro lugar, à semelhança de tantos oradores que me antecederam no uso da palavra, saúdo o "sim" expresso com convicção no referendo irlandês.

Em segundo lugar, na minha qualidade de presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, sublinho a importância da verosímil entrada em vigor do Tratado de Lisboa para reforçar a legitimidade do projecto de integração europeia, já que o Tratado tem a ver com a cidadania, com os direitos, com as liberdades e com a nossa capacidade de, juntos, lutarmos contra a criminalidade organizada e contra o terrorismo, e, no âmbito do Tratado de Schengen, sermos eficazes no tratamento de assuntos delicados como o asilo, a imigração, o estatuto dos nacionais de países terceiros e o controlo das fronteiras externas da União.

Em terceiro lugar, porém, gostaria de recordar, como outros fizeram antes de mim, que este não é o final da história. E isto não apenas porque ainda falta a República Checa ratificar o Tratado, mas também porque devemos extrair as necessárias lições das dificuldades por que passámos para conseguir a ratificação do Tratado de Lisboa. Não foi fácil. Foram dez anos de debates, e isto vai tornar-nos muito mais exigentes, não só em relação a nós próprios mas também, nos futuros alargamentos, quando se tratar de exigir lealdade,

cooperação e a assunção de responsabilidade a todos quantos subscreverem as novas regras que entrarão em funcionamento a partir do momento em que o Tratado de Lisboa entrar em vigor.

Anne Delvaux (PPE). - (FR) Senhor Presidente, alguns dias após o referendo positivo na Irlanda, tenho de facto a impressão de que podemos afirmar que somos hoje mais Europeus do que antes. Congratulo-me verdadeira, plena e serenamente com este facto. Infelizmente, estamos ainda essencialmente dependentes da decisão do Tribunal Constitucional, mas também da boa vontade do Presidente checo.

Temos de emitir um sinal claro de responsabilização àqueles que detêm nas mãos o futuro deste Tratado fundamental para a União, para as nossas instituições e para os 500 milhões de Europeus que representamos. Não podemos continuar reféns de alguns, cujo único objectivo é o de contrariar o interesse geral europeu. É perfeitamente legítimo que haja quem não queira ir mais longe na integração europeia, é perfeitamente legítimo transmitir essas reticências, mas é não menos perfeitamente legítimo deixar avançar aqueles que assim o desejam.

De uma forma geral, os processos de ratificação dos Tratados europeus assumem demasiadas vezes o aspecto de grandes sagas ou de vitórias difíceis. Estaremos condenados a termos de fazer constantemente enormes esforços para garantir a aplicação de um Tratado e das suas reformas institucionais?

Teremos de retirar as lições deste processo de ratificação caótico e também, como é evidente, destas negociações com vista à organização de um segundo referendo na Irlanda, como se fosse normal fazer um povo repetir uma votação em que se manifestou de forma soberana, e como se fosse normal que um "sim" a um Tratado pudesse constituir uma moeda de troca. Disso depende a coerência e o equilíbrio institucionais da aventura europeia.

Ratificar um Tratado constitui uma exigência mínima de lealdade e coesão, a partir do momento em que se opta pela adesão à União Europeia. Queríamos dirigir um sinal forte aos cidadãos, conseguindo que o Tratado fosse ratificado pelas eleições europeias de Junho de 2009. O que é que acham que o cidadão pensa hoje do Tratado de Lisboa e, além disso, da nossa coerência interna e da nossa legitimidade?

Zoran Thaler (S&D). - (SL) O inequívoco "sim" irlandês ao Tratado de Lisboa representa um importante passo rumo a uma Europa Unida e uma bofetada para os eurocépticos.

Esta decisão reveste-se de toda a importância porque foi tomada pela população irlandesa, votada num referendo, e por uma nação que teve um ano para ponderar se o seu "não" inicial seria, ou não, verdadeiramente vantajoso para a Irlanda.

A par da República Checa, a atenção recairá agora sobre a credibilidade do Reino Unido, um Estado-Membro da UE cujo líder da oposição, David Cameron, prometeu realizar um referendo no caso de ganhar as eleições em 2010. Ele fez essa promessa, independentemente de ambas as Câmaras do Parlamento do Reino Unido terem ratificado o Tratado de Lisboa em meados de 2008.

Que será feito da credibilidade das decisões e compromissos internacionais do Reino Unido, um dos nossos Estados-Membros, que já ratificou o Tratado, mas que neste momento ameaça suspender as suas decisões e compromissos, dois anos depois de os assumir?

Enikő Győri (PPE). - (HU) Senhoras e Senhores Deputados, quando, na Primavera de 2003, quase 84% dos cidadãos húngaros votaram a favor da adesão do nosso país à União Europeia, sentiram que estavam a regressar ao local onde pertencem, à família unida de povos europeus de que tinham sido excluídos pela ditadura comunista que vigorou num período de mais de 40 anos. Consequentemente, os Húngaros consideravam a União Europeia não só como uma estrutura de cooperação económica baseada em disposições legislativas, mas também como comunidade que se rege por valores básicos. Regozijamo-nos por a Irlanda ter aprovado o Tratado de Lisboa, visto tratar-se de uma acção que coloca os nossos valores no lugar que merecem no Tratado fundador, e esses valores incluem, definitivamente, o reconhecimento dos direitos das pessoas que pertencem a minorias.

Eis por que, Senhor Presidente, fui o primeiro a levantar o cartão azul quando o deputado Szegedi interveio. Gostaria de lhe ter perguntado se leu o Tratado de Lisboa porque, se o leu, decerto conhece o artigo relativo a minorias que acabo de referir. Os cidadãos húngaros confiam em que, uma vez que o Tratado entre em vigor, a UE será mais sensível aos problemas que afectam as minorias, tornando definitivamente inaceitáveis leis como a relativa à língua eslovaca. Significa isto que todos terão não só de respeitar a letra da lei mas também a atitude veiculada pela UE, ou seja, todos os cidadãos europeus são responsáveis por garantir que

as minorias usem livremente a sua língua materna, sem restrições, e que se sintam em casa na terra onde nasceram.

Acredito sinceramente que o Tratado de Lisboa dará uma grande ajuda para que as instituições da UE melhor percebam que temos de proteger os nossos valores também dentro da UE, e que há que agir com prontidão se forem violados. Colegas dos grupos socialista, liberal e não inscritos, não podemos ter uma atitude dúplice. Obedecemos a esses princípios quando servem os nossos interesses mas esquecemo-los se tal nos dá jeito. O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) não ambiciona uma Europa assim.

Ivari Padar (S&D). - (ET) Senhor Presidente, estive na Irlanda na semana passada, a apoiar os meus amigos do Partido Trabalhista Irlandês. Estou satisfeito com o facto de a Irlanda ter emitido um "sim" muito forte, pois trata-se de uma decisão importantíssima tanto para a Irlanda como para a União Europeia. Enquanto agricultor, estou particularmente satisfeito com o facto de, desta vez, os agricultores irlandeses terem apoiado a campanha para o referendo desde o início. Foi uma excelente decisão, pois, quando o Tratado entrar em vigor, o Parlamento Europeu irá passar a deter poderes iguais aos do Conselho nos assuntos relativos à agricultura, incluindo o processo de co-decisão na política agrícola comum, o que são definitivamente boas notícias para os agricultores europeus.

Seán Kelly (PPE). - (GA) Senhor Presidente, na qualidade de deputado recém-eleito, gostaria de manifestar a minha satisfação com o resultado positivo da votação do povo da Irlanda no referendo sobre o Tratado de Lisboa da sexta-feira passada. Sinto também orgulho com o vivo debate que hoje está a decorrer neste local.

(EN) Houve quem me perguntasse por que razão a Irlanda mudou de opinião. Existiram, talvez, quatro factores fundamentais. Em primeiro lugar, penso, o facto de termos ganho um comissário; em segundo lugar, as garantias; em terceiro lugar, a realização, desta feita, de um verdadeiro debate em que as pessoas foram devidamente informadas, ao contrário do que aconteceu da última vez. Por fim, a crise financeira desempenhou também o seu papel, mas o factor fundamental foi o facto de a campanha a favor do "sim" se ter mobilizado, coisa que não aconteceu da última vez. Os grupos civis e os políticos reuniram-se e, pela primeira vez, que me lembre, os partidos políticos – os partidos políticos tradicionais – puseram de parte as suas diferenças e fizeram campanha pelo bem da Irlanda. O povo irlandês respondeu.

A campanha pelo "não" foi também bem organizada e todos puderam defender a suas ideias, incluindo o Partido da Independência do Reino Unido, que assegurou que este documento – *The truth about the Treaty: Stop the EU bulldozer* (A Verdade sobre o Tratado: travar o buldózer da UE) – fosse distribuído por toda a Irlanda. Bem, o povo irlandês entendeu ser preferível apanhar o comboio da UE do que o buldózer do Partido da Independência do Reino Unido.

O fim-de-semana passado foi um triunfo da comunicação. Ouvimos falar, frequentemente, de défice de comunicação. Neste caso, tratou-se de um triunfo da comunicação e, se continuarmos nesta via, conseguiremos aproximar mais a Europa dos cidadãos.

Cabe agora ao Presidente checo assinar o acordo e permitir que entre em vigor, porque, se não o fizer, isso corresponderá, penso, ao maior acto de ditadura da História e a uma negação absoluta da democracia.

Agradeço a todos o vosso apoio, e ansiamos por ser Europeus positivos na Irlanda por um longo futuro.

Jo Leinen (S&D). - (DE) Senhor Presidente, passados oito anos, e após muitos debates e negociações, existe hoje uma verdadeira possibilidade de este Tratado Reformador entrar em vigor, e isto também é graças ao trabalho esforçado de muitos deputados desta Câmara, que se comprometeram com este projecto do princípio ao fim, primeiro na Convenção e, mais tarde, nas conferências intergovernamentais.

Creio que o Parlamento teve um papel construtivo neste Tratado Reformador. Penso que, se o Tribunal Constitucional em Praga, na República Checa, emitir uma decisão favorável, deixará de haver quaisquer fundamentos jurídicos para o Presidente Václav Klaus continuar a bloquear o avanço da UE. Os restantes órgãos constitucionais na República Checa também encontrarão formas de ultrapassar qualquer bloqueio ilegal dessa natureza.

Consta, é certo, que há uma nova ameaça de perturbação por parte do Reino Unido. Contudo, se um Governo britânico autorizasse um referendo, este não seria sobre o Tratado de Lisboa mas sobre a questão de saber se o povo britânico é favorável à UE ou pretende sair da União. Teria de ser esse o objecto do referendo, não um tratado que já foi ratificado. Isso seria totalmente inadmissível. Penso que temos de aprender alguma coisa com isto, nomeadamente, que os nossos cidadãos necessitam de mais informação. Como tal, faço votos de que, na nova Comissão, também tenhamos um Vice-Presidente para a comunicação e a informação e,

quem sabe, talvez até um Comissário para a cidadania europeia. Seria a resposta para estas controvérsias sobre a política da UE.

Jarosław Leszek Wałęsa (PPE). – (PL) Senhor Presidente, graças ao Tratado de Lisboa, a Europa pode enfrentar desafios que vão muito além dos problemas internos dos Estados-Membros. Estará a Europa pronta a fazê-lo? Ainda é difícil dizer. É certo que, nesta matéria, muito irá depender dos cidadãos da Europa.

Contudo, tal como o Tratado, a UE deverá igualmente ter vontade de actuar e de ter uma presença no mundo. Deve ter um sentido de responsabilidade pelo mundo, pela sua estabilidade e desenvolvimento. A própria segurança e desenvolvimento da UE também dependem disto. Temos de nos opor à metáfora comum da Europa enquanto país seguro, próspero e democrático que acarinha os direitos humanos, mas que está absorpta com os seus próprios assuntos internos e virou as costas ao mundo.

O Tratado de Lisboa obriga-nos a ter um entendimento maior dos desafios que se nos deparam. Na sequência do "sim" irlandês, a Europa unida tem agora os olhos postos na Polónia e na República Checa. Não tenho a menor dúvida de que o Tratado de Lisboa entrará brevemente em vigor. No entanto, enquanto aguardamos as assinaturas do Presidente Kaczyński e do Presidente Klaus, pensemos na forma como a discussão progrediu durante a actual reforma e retiremos conclusões do que aconteceu. Devemos preparar-nos para o futuro e devemos preparar-nos para novas reformas, já que a maravilhosa concepção que estamos a criar – a União Europeia – é uma ideia que ainda não acabou. Finalmente, gostaria de acrescentar algo mais – obrigado, Irlanda.

Paolo De Castro (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o dia 2 de Outubro foi um grande dia para a Europa graças ao "sim" dos Irlandeses ao Tratado de Lisboa. No que se refere à política agrícola comum, em especial, a entrada em vigor do processo de co-decisão representará uma verdadeira revolução democrática. O Parlamento terá finalmente poderes decisórios iguais aos do Conselho dos Ministros da Agricultura, graças ao consenso dos Irlandeses e à votação favorável expressa nos parlamentos nacionais, incluindo o Parlamento checo.

Qualquer atraso constituiria um problema para os agricultores de todos os Estados-Membros. Na verdade, o sector agrícola atravessa um dos momentos mais delicados e difíceis dos últimos anos, com uma descida significativa dos preços da maioria dos produtos, e não apenas do leite e produtos lácteos, como pudemos ver nestes últimos dias.

Enquanto aguardamos a entrada em vigor do Tratado, do ponto de vista formal, esperamos, Senhor Presidente, que a partir de hoje o Conselho e a Comissão tomem verdadeiramente em consideração as decisões deste Parlamento – democraticamente eleito por todos os cidadãos da Europa – em matéria agrícola também, começando com medidas destinadas a combater a crise no sector do leite e dos produtos lácteos.

Petru Constantin Luhan (PPE). – (RO) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu estou encantado com o facto de os Irlandeses terem, finalmente, aprovado o Tratado de Lisboa, uma vez que considero este documento muito importante para a integração europeia.

Temos necessidade de um novo Tratado para fornecer instrumentos modernos à União Europeia e melhorar métodos de trabalho que lhe permitam enfrentar eficazmente os desafios do mundo moderno. Em primeiro lugar, este Tratado constitui um passo em frente em termos de maior democratização do processo de tomada de decisão a nível da UE, permitindo-nos, aos que nos encontramos no Parlamento Europeu, sermos dos primeiros a usufruir das mudanças positivas de opinião previstas neste Tratado.

O alargamento do processo de co-decisão irá pôr o Parlamento Europeu em pé de igualdade com o Conselho em termos de poderes legislativos, no que diz respeito a 95% da legislação comunitária. Na Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos, por exemplo, de que sou membro, iremos alargar o processo de co-decisão de 40 para 80 áreas de competência, aumentando desse modo a legitimidade democrática da legislação da UE.

Pessoalmente, creio que uma nova base jurídica ajudará a acelerar o processo de desenvolvimento económico e a adaptar o sistema jurídico dos Estados-Membros. Creio também firmemente que essa medida irá permitir-nos alcançar mais facilmente um dos principais objectivos da União Europeia, que é a criação de coesão económica, social e territorial.

Aguardo com grande interesse a conclusão do processo de ratificação, e estou ansioso por pormos em marcha a sua implementação.

José Manuel Fernandes (PPE). - Caros Colegas, minhas Senhoras e meus Senhores, congratulo-me com o expressivo *sim* que o povo irlandês manifestou no passado domingo, no referendo do Tratado de Lisboa. Espera-se que o longo calvário das ratificações do Tratado tenha, finalmente, chegado ao fim.

Estou certo de que a ratificação do Tratado pela República Checa também acontecerá. Seria incompreensível, seria inadmissível que o futuro da Europa ficasse maniatado, ficasse bloqueado, diria eu, por uma opinião pessoal e em total desrespeito, em total desacordo com a maioria do respectivo Parlamento. Todos queremos que o impasse institucional em que nos encontramos e que tem quase 10 anos, tenha chegado, finalmente, ao fim.

Obrigado, portanto, ao povo irlandês, pois a vontade que manifestou dá-nos esperança para uma Europa mais forte, mais próspera, mais solidária e acrescenta, em simultâneo, a responsabilidade, a obrigação de todas as instituições europeias agirem de forma a não traírem essa mesma vontade. Aliás, vontade partilhada pela larga maioria dos cidadãos europeus.

Faço votos de que todos estejamos à altura de uma Europa cada vez mais liderante, mais coesa e impulsionadora no mundo dos valores democráticos, dos direitos sociais e fundamentais, do crescimento económico e, em simultâneo, da preservação ambiental.

Mário David (PPE). - Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhora Comissária, caros Colegas, uma breve intervenção para saudar o histórico e amplo resultado do referendo na Irlanda e realçar o papel decisivo que o Fine Gael e o seu líder e próximo Primeiro-Ministro da Irlanda, Enda Kenny, tiveram ao assumir a liderança deste processo. Um processo em que ficou bem patente a necessidade de aproximar muito mais a União Europeia dos seus cidadãos. São eles, somos todos nós os destinatários principais de toda a acção da União. É fundamental que todos estejam conscientes do impacto e dos benefícios que a Europa tem diariamente nas nossas vidas.

A Europa é o nosso espaço vital. O que é bom para a Europa é bom para cada Estado-Membro, é bom para os seus cidadãos. É seguramente o caso do Tratado de Lisboa. Com este Tratado torna-se muito mais evidente que se pode ser, simultaneamente, um orgulhoso e empenhado cidadão nacional e um acérrimo defensor do projecto europeu. E a União Europeia, encerrado um demasiado longo debate sobre a sua organização e funcionamento, poderá concentrar-se muito mais, e com novos instrumentos bem mais eficazes, nos verdadeiros problemas que enfrentam os europeus: a competitividade, o crescimento e o emprego.

Termino, Senhor Presidente, Senhora Ministra, com uma proposta destinada às futuras gerações. Considerando o défice de informação sobre os valores, as competências, os objectivos e o modo de funcionamento da União Europeia, o Parlamento Europeu deveria propor, no fim da escolaridade obrigatória em cada Estado-Membro, uma nova disciplina de estudos europeus de carácter obrigatório. De uma forma objectiva, verdadeira e concreta, os jovens europeus ficarão a saber, efectivamente, os nossos princípios, quem somos, o que fazemos e para onde queremos ir.

É pelo conhecimento, desde jovens, que compreenderão, ao longo da vida, o potencial e a enorme utilidade da identidade europeia deste projecto único de partilha voluntária de soberania à escala continental.

David Casa (PPE). - (MT) Sim, na verdade vivemos um momento histórico, não só porque os Irlandeses aceitaram o Tratado com uma forte votação a favor, mas porque hoje a Polónia declarou que ratificará o Tratado.

Este Tratado teve um processo muito longo. Eu só estou aqui há cinco anos, no entanto há pessoas neste Hemiciclo que há muito trabalham para este histórico momento. Entre eles, está um colega meu, o deputado Méndez de Vigo. Este momento memorável colocará agora maiores responsabilidades sobre os nossos ombros, enquanto políticos, e isto também se aplica ao Presidente da República Checa. A sua opinião pessoal conta; todavia, uma pessoa não pode manter todo um país, assim como toda a União Europeia, refém da sua opinião política pessoal.

Como políticos, temos de arcar com enormes responsabilidades. Cumpre-nos ter capacidade para dar repostas e assumir responsabilidades perante os cidadãos da União Europeia, pois, em última análise, somos nós que os representamos. A Europa enfrenta duros desafios como, por exemplo, a crise financeira, as alterações climáticas, problemas ligados à imigração e a necessidade de criar mais postos de trabalho na Europa. Por essa razão, a opinião do Presidente da República Checa não pode impedir a Europa de trabalhar para alcançar as metas que fixámos. Concordo com o orador anterior quando afirmou que a Comissão precisa de ser constituída. Temos um Presidente e portanto não percebo por que razão se deve esperar pela decisão do

Tribunal Constitucional da República Checa para designar os membros que a compõem. Há muito trabalho a fazer e a Comissão precisa de deitar mãos à obra imediatamente a fim de garantir a consecução desse mesmo trabalho.

Iuliu Winkler (PPE). – (HU) Associo-me aos numerosos colegas que saudaram o sentido de voto do eleitorado irlandês a favor do Tratado de Lisboa. Podemos agora olhar com optimismo para o fim da ratificação. Todavia, isto não passa de um primeiro passo num longo caminho no qual, em meu entender, temos três objectivos a cumprir. Devemos aprofundar a integração dos novos Estados-Membros, devemos eliminar as barreiras que conduziram a uma Europa a duas velocidades e devemos prosseguir o processo de alargamento da União Europeia aos Balcãs.

O Tratado de Lisboa baseia-se na solidariedade europeia, e espero que esta solidariedade tenha eco na prática e que não se cinja unicamente a uma declaração de intenções manifestada nos diversos foros das instituições europeias. Penso que a crise económica também coloca em evidência que a solidariedade é o único meio de dar resposta aos reptos que se nos deparam, e que uma União Europeia forte nos permitirá a todos ser actores importantes na cena mundial.

A nossa caminhada tem sido, até agora, longa e árdua. Não podemos permitir o enfraquecimento dos alicerces da integração europeia. Estou convicto de que a realidade provará aos eurocépticos que juntos somos mais fortes, já para não mencionar que não podemos sair vitoriosos se voltarmos à situação geopolítica do início do século XX.

Diogo Feio (PPE). - Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhora Comissária, com o resultado da passada sexta-feira espero que a Europa possa vir a sair de uma crise relativa aos Tratados e que, assim, seja possível a existência de um corpo institucional estável e adequado a uma organização que tem 27 Estados, bem diferente daquela que esteve na base de Nice.

É que, Senhor Presidente, um Tratado não é propriamente uma obra de arte, uma obra jurídica, que sirva apenas para se admirar. Tem que ser útil, tem que ter efeitos. E é por isso que, por muito relevante que seja, do plano político, a discussão sobre, por exemplo, quem vai ser o Presidente do Conselho, mais relevante é que o processo de ratificação termine e que o Tratado entre, de facto, em vigor. Até por que, com este resultado na Irlanda, fica claro que a Europa não se constrói contra os povos. Seja pela via representativa, seja pela via dos referendos, essa aproximação é real.

E, já agora, é importante relevar que, tão democrático é o voto *não* como o voto *sim*. E alguns parecem confundir essa mesma realidade. Espero que, com a ratificação da Irlanda, da República Checa e da Polónia, se possa criar uma situação de solidariedade *de facto* entre os Estados. E que se caminhe para uma situação em que se junte a este grande passo a sequência daquilo que é a Europa de Schuman: uma Europa feita de pequenos passos, feita de dia-a-dia e, fundamentalmente, de engrandecimento dos ideais europeus.

Csaba Sógor (PPE). – (HU) Senhor Presidente, o resultado positivo do referendo irlandês constitui uma vitória para todo o conceito europeu. A que se deve? Uma das razões é que foi dada uma garantia aos irlandeses. Ou seja, a maioria teve em consideração os desejos da minoria. A verdadeira democracia não significa apenas que a opinião da maioria é a que se impõe nas eleições; significa também ter em conta os desejos da minoria. Era o que precisávamos também para proteger as minorias na Europa.

A segunda razão para o resultado positivo do referendo é que os partidários do Tratado levaram a cabo uma campanha mais bem organizada do que no referendo anterior, quando ganhou o "não". A União Europeia é uma união que diz "sim" em vez de "não". Por último, mas igualmente importante, a crise económica também contribuiu para o êxito do referendo. O mesmo destino que teve a Islândia, que não integra a União Europeia, aguardava a Irlanda. Uma crise põe em evidência que juntos somos mais fortes, e que é preferível que entre nós haja cooperação e solidariedade do que relações tensas.

Ioan Mircea Paşcu (S&D). – (EN) Senhor Presidente, o resultado do novo referendo irlandês, aprovando, desta feita, o Tratado de Lisboa, é, efectivamente, uma boa notícia. No entanto, existem, pelo menos, dois aspectos que aconselham cautela. O primeiro prende-se com o facto de o Tratado carecer ainda da assinatura do Presidente Vaclav Klaus, que contribuimos para azedar com a nossa reacção ao seu eurocepticismo quando aqui esteve na Primavera passada. Quem me dera tivéssemos sido mais avisados.

O segundo aspecto em que é necessária cautela prende-se com as elevadas expectativas que colocamos no relançamento da integração, incluindo o alargamento, uma vez que o Tratado de Lisboa esteja em vigor. A verdade é que se desacelerarmos, não será pela ausência de Tratado de Lisboa, que serve apenas de álibi, mas

devido aos efeitos negativos da actual crise, que encoraja à renacionalização de determinadas políticas comunitárias e às tendências centrífugas no seio da União. Será preciso abordar separada e cabalmente essas questões se quisermos que o Tratado de Lisboa nos proporcione o que dele esperamos.

Íñigo Méndez de Vigo (PPE). – (ES) Senhor Presidente, creio que uma das conclusões deste debate é que, quando se explicam as coisas, quando se fala com as pessoas, quando há comunicação, quando se recusam as mentiras, então, sim, consegue-se uma maior participação e um maior apoio para o projecto europeu.

Atrevo-me, pois, na linha do que aqui disseram inúmeros intervenientes, a dar um contributo positivo e construtivo e a pedir à Comissão Europeia que reflecta sobre se, na composição da nova Comissão, não seria de integrar as funções do Comissário dos Direitos Humanos numa pasta mais ampla, como a de Comissário para a Cidadania, nela incluindo a Comunicação, que é absolutamente necessária para poder comunicar bem, explicar bem, e dar início a um verdadeiro diálogo sobre o nosso projecto europeu.

John Bufton (EFD). – (EN) Senhor Presidente, o resultado do referendo na Irlanda no fim-de-semana passado sobre o Tratado de Lisboa é a prova viva de que este Parlamento não é democrático, honesto ou responsável. Mas, verdadeiramente, quem se importa com isso? Bom, importo-me eu. O facto de os irlandeses terem sido obrigados a votar por duas vezes prova que a UE se tornou uma ditadura. Se o resultado das votações não agrada aos ditadores da UE, então, simplesmente, obriga-se a que se volte a votar até que o resultado correcto seja conseguido.

Proceder desta forma não só não é justo como é, a meu ver, moralmente errado. Os fanáticos de Lisboa neste Parlamento avançarão agora a todo o vapor para criar um novo super-Estado europeu de 500 milhões de pessoas. A injustiça reside no facto de ter sido prometido aos cidadãos do meu país, o Reino Unido, um referendo que depois lhes foi negado. A ironia é que, ao abrigo do Tratado de Lisboa haverá um presidente da União a tempo inteiro. É bem provável que seja Tony Blair. O novo Presidente da UE será o Chefe de Estado.

Não é possível que existam dois Chefes de Estado e, uma vez que a UE tem precedência sobre as entidades nacionais, o Presidente da UE – talvez Tony Blair – assumirá precedência sobre a nossa Rainha. O povo do meu país não aceitará que um qualquer falhado não eleito, ou seja quem for, assuma precedência sobre a Rainha. Deus proteja a nossa Rainha!

Corneliu Vadim Tudor (NI). – (RO) Como é do conhecimento de todos, por cima da crise económica e social, a Roménia está actualmente a atravessar uma crise política sem precedentes. Neste momento, estão a caminho preparativos para uma importante fraude eleitoral. Refiro-me às eleições presidenciais romenas, que devem ter lugar em 22 de Novembro. Na Roménia, todas as eleições têm sido fraudulentas, mas a escala da fraude que actualmente está a ser planeada é incrível.

Não estou a acusar ninguém em particular. Todavia, criaram-se e aperfeiçoaram-se, para a perpetração deste tipo de fraude, mecanismos que são absolutamente escandalosos. Entre eles, incluem-se falsas sondagens de opinião, turismo eleitoral, listas adicionais, votos cancelados a verdadeiros eleitores e votos válidos em nome de pessoas mortas; enormes somas de dinheiro e quantidades enormes de bens de consumo são usados para subornar pessoas pobres, persuadindo os pais, mediante o suborno de crianças em idade escolar; fraudes informáticas e muitos outros actos ilegais. Por favor, salvem a Roménia! Estou a lançar um SOS em nome do povo romeno.

As Instituições do Conselho Europeu, incluindo, em primeiro lugar, o Parlamento Europeu, têm o dever moral de ajudar um Estado-Membro a continuar a ser civilizado. Não permitam que a máfia dos Balcãs destrua o nobre projecto da União Europeia. Estou a fazer soar esta sineta de alarme porque as Instituições da União Europeia são a última esperança do povo romeno.

Zoltán Balczó (NI). – (HU) Os partidários do Tratado de Lisboa comemoram não apenas uma vitória, mas uma vitória da própria democracia na sequência da vitória do "sim" num referendo que foi imposto. Todavia, o resultado efectivo é de 3 a 1 a favor dos opositores do Tratado. Não devemos esquecer que os cidadãos quer em França quer nos Países Baixos disseram "não" ao Tratado Constitucional cujas disposições são completamente idênticas. Concebeu-se a ideia – criativa, mas cínica – de que, já que os europeus não aceitam esta constituição, vamos então chamar-lhe Tratado da Reforma, e os líderes políticos votarão a seu favor nos diferentes parlamentos. Lamentavelmente, o Parlamento húngaro foi o primeiro a fazê-lo.

Reconheço que muitas pessoas pensam que o Tratado de Lisboa é a via para a felicidade dos povos da Europa, mas isto não lhes confere qualquer base jurídica para afirmar que isso corresponde ao desejo dos povos da Europa.

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) Apenas pedi o uso da palavra para recordar ao senhor deputado Vadim Tudor que, neste momento, o tema do debate é o referendo da Irlanda e que as suas afirmações, absolutamente falsas, nada têm a ver com este assunto. Ao mesmo tempo, gostaria de saudar a vitória da facção pró-Europa na Irlanda.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhor Presidente, vejo que o debate suscitado pelo referendo irlandês ainda se mantém aceso neste Plenário, e há muito para dizer sobre a democracia. Será democrático permitir que os irlandeses votem novamente? Bem, sim, é. É muito democrático. Se ouvirmos as populações, perguntamos-lhes: por que votaram “não”? Ficamos então a conhecer as suas razões. Essas questões são então esclarecidas, dando-se garantias aos irlandeses em matéria de tributação, de neutralidade e em questões éticas, bem como garantindo que todos os Estados-Membros, incluindo a Irlanda, disporão de um Comissário quando o Tratado entrar em vigor. Esta clarificação permitiu realizar um novo referendo. As populações responderam “sim” por uma maioria de dois terços e com uma taxa de participação superior à do último referendo. Isso é democrático, e penso que deveríamos regozijar-nos e felicitar o povo irlandês por este resultado.

Verifico também que está aqui em curso um claro debate interno do Reino Unido; seria tentador comentar essa matéria, mas não o farei. Gostaria apenas de dizer que, independentemente de quem venha a ser o ocupante do número 10 de Downing Street, no próximo ano, o Reino Unido precisa da Europa e a Europa precisa do Reino Unido.

Detecto, igualmente, uma certa frustração aqui acerca do calendário. Compreendo e partilho esse sentimento, mas quero assegurar ao Parlamento que avançamos tão rapidamente quanto nos é possível. Dispomos de garantias, ou de promessas, de que a assinatura pelo Presidente polaco terá lugar dentro de dias. O calendário, em Praga, continua a ser um pouco incerto. Deslocar-me-ei a Praga esta noite, se conseguir apanhar o avião, e encontrar-me-ei, amanhã, com uma série de pessoas a fim de formar uma ideia mais clara dos diferentes cenários que podemos esperar. Precisaremos de alguns dias para esses contactos e para avaliar a situação no Tribunal Constitucional. O Tratado está nas mãos do Tribunal Constitucional e, até que ultrapasse essa fase, o Presidente não o poderá assinar. Estou bastante optimista: penso que estará pronto muito em breve, mas será preciso esperar alguns dias por essa clarificação.

Entretanto, a Presidência está a trabalhar, evidentemente. Existem numerosos grupos de trabalho a fim de preparar a aplicação cabal do Tratado. Estão em curso discussões com o Parlamento Europeu e com a Comissão, a fim de que tudo esteja a postos para que o Tratado possa entrar em vigor muito rapidamente.

Recebi uma pergunta da senhora deputada Flautre sobre os eurodeputados suplementares; essa é uma questão que terá de se r tratada assim que o Tratado entre em vigor, e quero assegurar-lhe, caso me esteja a ouvir, que faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir que possa ser tomada uma decisão o mais rapidamente possível. Gostaria de agradecer ao Parlamento o facto de ter concedido a esses deputados o estatuto de observadores assim que o Tratado entre em vigor, enquanto se aguardam as formalidades. A senhora deputada referiu igualmente a uma série de nomes de homens que estão a ser aventados para os lugares de topo, mas esses nomes são veiculados pelos meios de comunicação, na imprensa; não existem ainda candidatos oficiais do Conselho. Haverá. Mas todos esses nomes avançados são referidos pela imprensa. Gostaria muito que um desses lugares de topo fosse ocupado por uma mulher. Não posso garantir que o consigamos, porque a Presidência tem de ouvir todas as capitais e encontrar candidatos que reúnam consenso entre os 27 Estados-Membros, mas congratular-me-ia muito com a candidatura de uma mulher; tornaria a Europa muito mais representativa do que é hoje.

Tenho igualmente, Senhor Presidente, uma forte sensação, nesta Assembleia, de que a Europa deverá vir a tornar-se um actor mais forte e mais significativo no mundo e demonstrar determinação no que respeita à economia, à luta contra o desemprego, à resposta aos desafios da globalização e das alterações climáticas. É preciso que o consigamos. O Tratado de Lisboa é um instrumento importante para esse efeito, mas é igualmente necessário que avancemos independentemente do Tratado de que dispomos, a fim de conseguir e mostrar resultados concretos. Só quando o fizermos, quando apresentarmos os resultados que os cidadãos esperam de nós – e isso é válido para o Conselho, a Comissão e o Parlamento Europeu – ganharemos a legitimidade e a confiança dos nossos cidadãos. Posso assegurar que a Presidência tudo fará para fazer avançar

o processo em todas estas vertentes, com a ajuda do Parlamento Europeu. Muito obrigada, Senhor Presidente, por um debate extremamente interessante.

PRESIDÊNCIA: ROUČEK

Vice-presidente

Margot Wallström, *Vice-presidente da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, este tem sido um debate interessante que, estou certa, até certo ponto, repete as discussões realizadas na Irlanda e noutros locais.

Permitam-me que comece por apresentar alguns factos. São os governos dos Estados-Membros que decidem do método de ratificação. Não há qualquer forma de as Instituições da UE poderem forçar um Estado-Membro a optar, quer por um referendo, quer pela ratificação parlamentar. Considero ser extremamente importante frisá-lo. É interessante que aqueles que defendem veementemente a independência dos Estados-nação sejam precisamente os mesmos que se mostram dispostos a impor um refendo a todos os outros Estados-membros, o que considero um tanto estranho.

A Irlanda decidiu realizar um segundo referendo. Sejamos honestos; essa decisão envolve sempre riscos políticos, mas foi o Governo irlandês que entendeu estar disposto a correr esses riscos. E porquê?

Aliás, não é raro repetirem-se os referendos: já aconteceu antes relativamente a questões internas, e, nalguns Estados-Membros é possível voltar atrás por diversas vezes numa questão interna, por isso sejamos intelectualmente honestos quanto a todo este processo.

Penso que os próprios eurodeputados irlandeses nos apresentaram uma excelente análise, de Alan Kelly, passando por Mary MacDonald até Proinsias De Rossa: ofereceram-nos uma explicação sobre a alteração de posições da população irlandesa e as razões por que esta votou a favor do "sim", e penso que obtivemos boas respostas.

Penso que alguns dos senhores deputados têm uma estranha forma de olhar para a democracia, como sendo algo de estático e absoluto. Talvez prefiram esquecer que o que está em causa é a discussão sobre uma reforma. Trata-se de um processo que se iniciou em Laeken, há muitos anos, e envolveu uma série de órgãos e debates democráticos, ao longo dos anos, com vista a determinar uma forma comum de tomar decisões mais moderna, democrática e eficaz. Os Estados-Membros e os seus dirigentes investiram, evidentemente, muito tempo e energia neste processo, razão por que não é estático: não pode ser comparado a um jogo de futebol. Lamento, mas não é possível fixar os resultados como uma partida de futebol, porque temos de ouvir também os outros.

E foi o que se fez. As preocupações do povo irlandês foram ouvidas, e esse foi um processo feito pelos irlandeses. Por que temos de explicar? Os próprios irlandeses, o seu Parlamento nacional, debateram, numa subcomissão, as razões do primeiro resultado negativo – porque se tratou de uma surpresa para muitos. Por isso procuraram as razões desse resultado.

Estive presente. Estive na feira da moda de Dublin, estive na lota de peixe de Cork, estive na reunião pública em Donegal, e a primeira coisa que as pessoas diziam era: bem, na verdade, não lemos na íntegra o texto do Tratado, é um texto jurídico muito complexo, sendo difícil de perceber de que se trata.

Alguns afirmaram estar algo receosos de que o que figura nos cartazes possa ser verdade, que a UE decida um salário mínimo de 1,48 euros: pode isto ser efectivamente verdade? Ou será verdade que a UE imporá o recrutamento para um exército europeu e enviará todos os jovens para o Afeganistão integrados num exército europeu: pode isso ser verdade? Que tipo de afirmações são estas? É possível acreditar nisto? Por isso, existiam muitos receios e muitas preocupações reais e, sobretudo, devo dizer, falta de informação, bem como a necessidade das populações de que as suas preocupações fossem abordadas com seriedade.

Foi isso que aconteceu. A sociedade civil também se mobilizou, como, penso, o senhor deputado Kelly bem explicou. Não me envergonho do facto de termos feito uma síntese do Tratado de Lisboa destinada aos cidadãos e publicada nos principais jornais – o que ninguém contestou, devo acrescentar – para que os cidadãos pudessem ler uma súmula de todo o Tratado numa linguagem compreensível e pudessem julgar por si próprios o seu conteúdo, percebendo o que é verdade e o que não é verdade.

Penso que as garantias jurídicas ajudaram, porque, dessa forma, ficou claro não existirem motivos para preocupação quanto à neutralidade, ou ao aborto, ou a quaisquer das outras preocupações. Por isso, tudo ficou esclarecido, e as populações obtiveram garantias jurídicas, bem como a garantia de que a Irlanda terá

um Comissário – e agradeço à Irlanda, porque isso significa a que haverá também um comissário sueco a partir de agora, assim como um Comissário alemão, um Comissário grego, etc. Penso, por isso, que temos todos de agradecer aos irlandeses esta clarificação.

Evidentemente, não se debatem estas questões numa situação de vazio político. A realidade influenciará igualmente a forma como olhamos para estas questões, e nada há de errado em que assim seja, porém, penso que deveremos sempre, na análise que se segue a um referendo, ponderar cuidadosamente quaisquer factores de receio em ambos os lados, porque o receio é um sentimento forte, do qual se pode fazer um mau uso. Por isso, penso que o debate que se seguirá, na Irlanda, deverá também abordar formas de evitar que se faça uso, ou um mau uso, do factor medo. Mas, a realidade mostrou que o povo irlandês acredita que o seu país tem lugar no cerne da Europa e que terá benefícios por pertencer de pleno direito à Europa, não tendo de se perguntar se isso é verdadeiro ou não.

Espero igualmente que a Comissão possa continuar a desempenhar o seu papel, fornecendo informação factual e objectiva, mas o debate prosseguirá, porque, lembrem-se, a vantagem de um referendo é a necessidade de envolvimento com os cidadãos. É preciso divulgar informação e realizar debates e discussões. O aspecto negativo é o facto de dividir a população. As pessoas são obrigadas a optar entre o "sim" e o "não", e isso pode permanecer também presente por muito tempo nos corações e mentes dos irlandeses. Temos o dever, e a obrigação democrática, de ter igualmente em conta, com seriedade, as preocupações dos que defendem o "não", de prosseguir o debate e de nos certificarmos que as questões ligadas à UE são integradas, doravante, no debate político normal, inclusivamente entre a sociedade civil da Irlanda, bem como também no resto da Europa. Isso explica, em parte, por que não houve uma taxa de participação mais elevada: o facto de a Europa não fazer parte das discussões políticas quotidianas de cada um dos Estados-Membros.

É preciso que isso se faça, e espero que passe a existir um Comissário responsável pela cidadania e pela comunicação e que isso aconteça ao abrigo do novo Tratado de Lisboa.

Presidente. – Obrigado, Senhora Comissária, e os meus agradecimentos também a todos os que participaram neste debate de extrema importância sobre o resultado do referendo irlandês.

Está encerrado o debate.

Declarações escritas (artigo 149º)

Elena Oana Antonescu (PPE), *por escrito.* – (RO) O voto irlandês é um voto definitivo a favor da Europa. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa irá romper o impasse em que a Europa se tem encontrado há alguns anos.

Muito se disse a respeito da falta de democracia de que a Europa está a sofrer e a respeito do abismo existente entre a União Europeia e os seus cidadãos. Alguns dos senhores deputados também falam da incapacidade das Instituições europeias até para enfrentar as realidades de uma Europa discrepante, constituída por 27 Estados-Membros, na qual muitos dos países que aderiram recentemente têm diferentes níveis de desenvolvimento e diferentes tipos de economia.

A inadequação da estrutura institucional da Comunidade, a necessidade de incrementar a legitimidade da UE aos olhos dos seus cidadãos e de dispor de instrumentos específicos que permitam à UE assumir responsabilidades globais num clima económico difícil justificam a determinação dos Estados-Membros de apoiar a mudança para uma Europa mais democrática.

A entrada em vigor do Tratado irá preparar o caminho para a reforma da União Europeia, dando à capacidade institucional possibilidade de actuar. Não obstante, para enfrentar estes desafios é necessário vontade política. Consequentemente, o êxito da implementação do Tratado de Lisboa tem um papel crucial a desempenhar.

Sebastian Valentin Bodu (PPE), *por escrito.* – (RO) A União Europeia está a aproximar-se rapidamente do momento de levar a cabo a reforma mais importante da sua história: a implementação do Tratado de Lisboa. A Irlanda disse "sim" ao Tratado, 16 meses depois do seu retumbante "não", que gerou igual preocupação entre todos os governos da Europa.

Agora, a UE continua à espera de que o Presidente polaco ratifique rapidamente o Tratado, como prometeu, e de que o Tribunal Constitucional da República Checa faça aquilo que o seu Presidente se recusa a fazer. Isto fará com que a UE se torne mais flexível e mais rápida a responder, o que, porém, não é tudo. O Tratado também irá reavivar as aspirações dos países que desejam tornar-se membros da Comunidade. Os países dos Balcãs Ocidentais saudaram entusiasticamente a ratificação do Tratado pela Irlanda.

Isto dará à UE uma voz mais forte globalmente, uma vez que as suas instituições tenham sido revigoradas e reformadas. A UE já não será então apenas um mercado comum, mas será também uma potência na esfera das relações internacionais. A sua força é proporcionada pelos 27 Estados-Membros, cujo número poderia aumentar num futuro não muito distante. 2010 é o ano em que esperamos que o Tratado entre em vigor, mas poderia ser também um ano de renovação para a UE, que, ao longo da sua história, conseguiu reinventar-se continuamente.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – O resultado do referendo na Irlanda sobre o Tratado de Lisboa constitui um passo fundamental na construção europeia e no reforço do papel da Europa. O Tratado de Lisboa permite à UE intensificar o papel Europeu nas políticas de Energia, Alterações Climáticas, Ciência e Cooperação com os países em desenvolvimento.

Com o Tratado de Lisboa, a luta contra as alterações climáticas torna-se um objectivo específico da política ambiental da UE, reconhecendo que esta tem um papel de liderança a nível internacional na luta contra as alterações climáticas.

Pela primeira vez, será incluído um capítulo sobre energia que atribui à política da UE os objectivos de garantir a segurança energética, a promoção da eficiência energética e o desenvolvimento de energias renováveis.

O Tratado de Lisboa estabelece bases para a criação do Espaço Europeu de Investigação, reforçando a actuação europeia numa área fundamental para o crescimento económico e emprego.

O Tratado de Lisboa introduz, pela primeira vez, uma base jurídica específica para a ajuda humanitária e define a redução e erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento como objectivo principal da política de cooperação para o desenvolvimento da UE.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – O resultado do segundo referendo ao Tratado de Lisboa, realizado na Irlanda, não apaga a natureza anti-democrática de um processo que, desde o seu início, foi desrespeitador da vontade dos povos. Não deixaremos que se apague da memória o "Não" dos povos francês e holandês ao "Tratado Constitucional" e o embuste que constituiu a transmutação deste em Tratado de Lisboa.

Ficará também para a História o desrespeito pelo "Não" do povo irlandês no primeiro referendo, bem como a inaceitável chantagem e ingerência que se lhe seguiram, culminando numa campanha de colossal dimensão que incluiu a despidorada utilização de meios do Estado Irlandês e da União Europeia. Nem o processo de ratificação, nem o conteúdo deste Tratado, legitimam o prosseguimento de políticas que estão na origem da grave crise económica e social que se vive na UE, nomeadamente em Portugal, e que este Tratado aprofundará.

Pela nossa parte, continuaremos, com inabalável determinação, o combate contra o neoliberalismo, o federalismo e o militarismo na União Europeia. Prosseguiremos com grande confiança a luta por uma outra Europa, dos trabalhadores e dos povos, e contra as renovadas ameaças aos direitos sociais e laborais, à democracia, à soberania, à paz e cooperação, com que agora nos confrontamos.

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito*. – (FR) Senhor Presidente, caros colegas, estão a fazer pouco de quem? A satisfação mostrada aqui com ar de desprezo perante o "sim" arrancado aos Irlandeses após meses de pressões, de campanhas de culpabilização, de mentiras e meias verdades, é uma vergonha para a democracia e um insulto à boa vontade dos povos. Em matéria de justiça, as confissões obtidas sob coacção são nulas: o mesmo devia acontecer com as ratificações falsificadas, onde só pode existir uma resposta possível, que estamos dispostos a obter fazendo votar e voltar a votar os cidadãos até à náusea, quando não os ultrapassamos claramente pela via parlamentar. Neste momento já só resta Vaclav Klaus, Presidente da República Checa, para tentar resistir a este texto inimigo da liberdade que é o Tratado de Lisboa. Todos os patriotas da Europa, todos os que recusam o super-Estado europeu, todos os que pensam que os povos têm o direito a determinarem eles próprios o seu futuro, devem manifestar-lhe agora o seu apoio e ajudá-lo a fazer face às pressões de que é objecto e ainda será mais no futuro próximo.

Livia Járóka (PPE), *por escrito*. – (HU) Gostaria de aproveitar esta oportunidade para saudar o resultado do referendo irlandês, que abre caminho à entrada em vigor do Tratado de Lisboa, criando, dessa forma, uma União Europeia mais democrática e solidária. Gostaria de salientar que, por um lado, o Tratado atribui aos parlamentos nacionais mais poderes e, por outro, baseia-se na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, pelo que mantém e consolida o carácter vinculativo deste documento que estabelece os direitos humanos e os direitos das minorias. Este aspecto assume uma importância particular para a Hungria, na medida em que a proibição consagrada na Carta de discriminar os indivíduos que pertencem a uma minoria nacional é um aspecto importantíssimo do ponto de vista tanto dos húngaros que vivem fora da Hungria

como das minorias que vivem em território húngaro. Durante a actual recessão económica mundial, é importante reconhecer que uma cooperação europeia eficaz e eficiente pode significar para um país de média dimensão, como a Irlanda ou a Hungria, um meio de sair da crise.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE), *por escrito*. – (RO) A entrada em vigor do Tratado de Lisboa irá simplificar muito os processos legislativos. O progresso mais significativo a este respeito será o aumento do número de domínios em que as decisões são tomadas pelo Conselho da UE por maioria qualificada (e não por unanimidade), bem como o aumento do número de domínios em que o Parlamento Europeu desempenhará o papel de co-legislador, juntamente com o Conselho da UE. Estas novas características irão facilitar grandemente o processo de tomada de decisões a nível da UE, particularmente em domínios como os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão, extremamente importantes para a Roménia, que tem necessidade desse dinheiro para continuar o seu desenvolvimento. Aplaudo igualmente o facto de o Parlamento Europeu ir obter poderes mais amplos, por exemplo, no que diz respeito aos fundos agrícolas, um sector tão severamente afectado pela crise económica que estamos a atravessar, além de ser também um domínio em que são necessárias medidas específicas, capazes de dar resultados rápidos, para melhorar a vida dos agricultores e garantir segurança alimentar aos nossos cidadãos.

Joanna Senyszyn (S&D), *por escrito*. – (PL) O Presidente Lech Kaczyński, apesar de uma promessa feita publicamente, ainda não assinou o Tratado de Lisboa. O atraso dura agora mais de um ano e meio. Isto é injustificável, repreensível e até ilegal.

Em 1 de Abril de 2008, o Presidente foi instado pelo Parlamento polaco a ratificar o Tratado de Lisboa. Nos termos da Constituição da República da Polónia, o Presidente é obrigado a assinar. Não é uma questão de boa vontade ou de preferências – é uma obrigação. Ao não cumprir tal obrigação, está a infringir a lei. Ao fazer a sua assinatura do Tratado depender de uma decisão dos cidadãos de outro país, o Presidente Kaczyński colocou a Polónia no papel de um país incapaz de tomar uma decisão soberana e ofendeu os sentimentos patrióticos dos polacos. Na Irlanda, os vencedores foram os apoiantes de uma União Europeia forte e unida. Na Polónia, o Presidente é um obstáculo à vitória, não tendo, neste momento, praticamente nenhum apoio da sociedade.

Será possível que tivesse demorado por razões pessoais, por medo de perder um eleitorado inflexivelmente anti-UE, incluindo o eleitorado associado à Radio Maryja? Se for esse o caso, é mais do que tempo de dar início ao processo de destituição. Nos termos da Constituição da República da Polónia, existem duas vias possíveis. O Tribunal de Estado ou a aplicação do nº 2, parágrafo 4, do artigo 131º da Constituição da República da Polónia – “uma declaração da Assembleia Nacional sobre a incapacidade permanente do Presidente para exercer os seus deveres em virtude do seu estado de saúde”. O povo polaco não quer entrar o desenvolvimento da União Europeia. Pelo contrário, quer estar na origem de transformações benéficas na Europa. O Presidente Kaczyński não tem o direito de interferir nisto.

Czesław Adam Siekierski (PPE), *por escrito*. – (PL) Não obstante o facto de a União Europeia e as suas instituições funcionarem eficazmente no quotidiano sem o Tratado de Lisboa, a não adopção deste criaria a imagem de uma Comunidade incapaz de alcançar e adoptar decisões importantes. O Tratado de Lisboa introduz novos princípios de votação, nos quais o peso dos votos de cada país fica claramente dependente do respectivo número de cidadãos. Por comparação com o actual sistema de votação no âmbito do Tratado de Nice, os grandes países, incluindo a Alemanha, ficam em vantagem, ao passo que países de dimensão média, incluindo a Polónia, ficam a perder. A proporção de votos atribuídos à Polónia no âmbito do Tratado de Nice era muito vantajosa. Foram suscitados alguns receios quanto à divisão de competências com o estabelecimento de uma nova instituição – o Presidente do Conselho Europeu, geralmente conhecido como Presidente da UE. Recorde-se que já temos um Presidente da Comissão Europeia e um Presidente do Parlamento, e que há, também, o dirigente do país que dirige a UE ou que assume aquilo a que se chama a Presidência, e que, além disso, aguardamos a designação de um Alto Representante para a Política Externa e de Segurança. Para além da criação do cargo de Alto Representante, igualmente conhecido por Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE, o Tratado de Lisboa reforça a política externa da UE através do estabelecimento de uma diplomacia comum. Mais ainda, foi consignada a possibilidade de abandonar a UE, foi criada a iniciativa de cidadania europeia, e o Tratado refere ainda a necessidade de criar uma política energética da UE, que se reveste de grande importância para o futuro da Europa. Aguardamos com esperança as ratificações finais do Tratado.

Silvia-Adriana Țicău (S&D), *por escrito*. – (RO) O Tratado de Lisboa irá permitir aos parlamentos nacionais pôr na ordem do dia, para debate a nível nacional, assuntos relacionados com a Europa. Virtualmente, todas as propostas legislativas da Comissão Europeia passarão a ser examinadas pelos parlamentos nacionais, para

confirmação da sua conformidade com o princípio da subsidiariedade. Se um terço dos parlamentos nacionais informar a Comissão de que esse princípio foi violado, a Comissão é obrigada a rever a sua proposta. Se metade dos parlamentos nacionais considerar que o princípio de subsidiariedade foi violado, o Parlamento e o Conselho são obrigados a declarar se este princípio foi respeitado ou foi violado. Depois de uma legislação europeia ter sido aprovada, os parlamentos nacionais podem solicitar ao Tribunal de Justiça Europeu a sua rejeição dentro do prazo de dois meses após a sua publicação. Tendo em conta a duração do processo legislativo a nível europeu, a inclusão de assuntos relacionados com a Europa na ordem do dia para debate a nível nacional irá permitir aos Estados-Membros receber a tempo as orientações e directrizes para desenvolvimento e para conceberem as suas próprias ao mesmo tempo que a UE. O Tratado de Lisboa reafirma que a economia da UE é uma economia social de mercado, outorgando à UE novos poderes em domínios como o das mudanças climáticas e da política energética. Esses poderes irão ser de particular importância, especialmente contra o pano de fundo da dependência energética da UE em relação a países terceiros.

Rafał Kazimierz Trzaskowski (PPE), por escrito. – (EN) Um “sim” irlandês ao Tratado de Lisboa representa uma boa notícia para a Europa. Não há dúvida de que o Tratado beneficiará a União Europeia, simplificando o seu processo decisório e gerando um melhor ambiente para a sua eficácia. Ao contrário do que dizem os seus opositores, o Tratado não traz uma enorme revolução. No entanto, nunca antes tanto dependeu do processo de aplicação. O diabo reside nos pormenores. Com as suas inovações, o Tratado pode, por exemplo, aumentar a visibilidade da UE na cena internacional. Muito depende, porém, dos acordos finais que determinarão o carácter dos novos instrumentos, como o Serviço Europeu de Acção Externa. Por conseguinte, é essencial que o Parlamento Europeu assuma, sempre que possível, o papel que lhe cabe no processo de criação da nova arquitectura institucional prevista pelo Tratado de Lisboa. Tornará esse processo mais transparente, aumentará a sua legitimidade e, por último, contribuirá, acredito, para que o resultado seja melhor.

17. Situação na Guiné (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a declaração do Conselho sobre a situação na Guiné.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhor Presidente, passamos de um tópico para o outro. O tema escolhido pelos senhores deputados para inclusão e tratamento na ordem do dia é de extrema gravidade e importância.

Segunda-feira, 28 de Setembro, mais de 100 pessoas foram mortas em Conacri, na Guiné, quando os elementos das forças de segurança guineenses dispararam contra uma multidão de manifestantes. Cidadãos guineenses estavam reunidos num estádio da capital para protestar contra a alegada intenção do líder militar guineense interino, o capitão Moussa Dadis Camara, de se candidatar à presidência. O total de mortos é ainda desconhecido, dado que os soldados recolheram igualmente os corpos em vez de permitirem que fossem contados nas morgues públicas. Nesta fase, não sabemos a dimensão real destes trágicos acontecimentos. Diz-se que o número de baixas é de, pelo menos, 1 200 feridos, e testemunhas oculares relataram violações de mulheres por soldados nas ruas de Conacri.

Durante a violenta repressão, vários líderes da oposição foram feridos e presos temporariamente. O número de manifestantes ainda sob detenção também é desconhecido, as casas dos dirigentes da oposição foram alvo de buscas selvagens e houve lojas saqueadas por homens usando uniforme. Num comunicado na TV, no dia seguinte, o capitão Camara manifestou as suas condolências às famílias dos mortos e visitou alguns dos feridos. Decretou dois dias de luto nacional e prometeu investigar a violência. Distanciou-se dos assassinatos, referindo que os elementos militares responsáveis pelas atrocidades não estavam sob o seu controlo.

A União Europeia condenou imediata e vigorosamente estes acontecimentos brutais e chocantes. No dia seguinte foi emitida uma declaração da Presidência, uma declaração do Alto Representante, Javier Solana, e uma declaração do Comissário europeu De Gucht. Vamos ter de insistir na libertação dos prisioneiros detidos e numa completa investigação dos acontecimentos.

A violência na Guiné foi alvo de condenação mundial. O Conselho de Segurança da ONU foi informado quarta-feira passada sobre a situação no país. A União Africana condenou os acontecimentos e decidiu preparar um relatório sobre eventuais medidas a tomar. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) apelou a um inquérito internacional aprofundado sobre a situação. O Parlamento, como V. Exas. sabem, condenou esta mudança inconstitucional de poder e, na sua resolução de 15 de Janeiro

de 2009, exortou ao respeito pelos direitos humanos e pediu um rápido retorno à ordem constitucional. A UE decidiu abrir consultas ao abrigo do artigo 96.º do Acordo de Cotonu, tendo a ajuda ao desenvolvimento – para além da ajuda humanitária e do apoio à transição democrática – sido congelada.

Mas não estivemos sozinhos. Os nossos parceiros internacionais actuaram em consonância connosco. A União Africana e a CEDEAO decidiram suspender a Guiné até este país conseguir estabelecer um parlamento ou governo democraticamente eleitos. Foi criado um grupo de contacto internacional sobre a Guiné co-presidido pela União Africana e a CEDEAO, e com a participação da União Europeia. Em Março, a junta militar concordou com a oposição no sentido de haver eleições antes do final de 2009, facto que deu razoável esperança de poder haver uma transição pacífica e democrática. O capitão Camara garantiu que nenhum dos líderes do golpe teria um cargo político. Um conselho nacional de transição iria orientar o processo de transição e preparar a necessária alteração da Constituição para tornar possíveis as eleições.

O que podemos, então, fazer para evitar mais violência e como podemos ajudar o povo da Guiné no seu desejo legítimo de ter democracia, Estado de Direito, paz e desenvolvimento? Bom, existem três principais áreas de acção. Em primeiro lugar, devemos manter e reforçar a pressão política sobre o regime de Conacri, nomeadamente no contexto do grupo internacional. A decisão do capitão Camara de não concorrer a nenhum cargo pode permitir o retorno da calma. A nomeação do Presidente do Burkina Faso, Sr. Blaise Compaoré, como mediador desta crise em nome da CEDEAO e do Grupo de Contacto Internacional, é um sinal muito positivo, tendo-se a União Europeia congratulado com esta nomeação, através da sua Presidência. Esperamos que esta mediação contribua para uma solução segura, pacífica e duradoura da situação na Guiné.

Em segundo lugar, a possibilidade de sanções contra os indivíduos responsáveis pela violência poderia ser mais explorada. Teremos necessidade de coordenar esta abordagem com a União Africana e com outros parceiros internacionais e bilaterais. Neste contexto, será importante a próxima Tróica Ministerial UE-África, em Adis Abeba, e a reunião relativa à Guiné, em 12 de Outubro, em Abuja.

Em terceiro lugar, devemos continuar a proporcionar ajuda humanitária à população civil e a apoiar o processo de transição democrática. Este último vai, no entanto, depender da disponibilidade credível das autoridades de transição da Guiné para restabelecer um diálogo pacífico e construtivo com um claro compromisso de se absterem de mais violência e de respeitarem os direitos humanos e as liberdades políticas dos seus cidadãos. Não mediremos esforços para ajudar o povo da Guiné, neste momento crítico e estamos determinados a apoiar o retorno a um governo civil, constitucional e democrático por meio de eleições livres e transparentes. Aconselhamos vivamente todas as partes interessadas da Guiné a não enveredarem pela violência e a promoverem um processo de transição pacífico e democrático.

Filip Kaczmarek, em nome do Grupo PPE. – (PL) Senhor Presidente, Senhora Comissária Malmström, a crise na Guiné, na minha opinião, é sintomática de um problema mais vasto que, infelizmente, ocorre em muitos países africanos. Este problema é a fraqueza das instituições democráticas e o subdesenvolvimento e, por vezes, a falta de mecanismos característicos de sociedades civis maduras. Isto é importante para a Europa não apenas por estarmos vinculados aos nossos valores – é igualmente importante por razões puramente pragmáticas.

Discutimos muito frequentemente a eficácia da cooperação para o desenvolvimento. Não é de estranhar, uma vez que somos o maior dador deste tipo de ajuda e devemos interessarmo-nos pela sua utilização eficaz. Contudo, temos de encarar o facto de que não alcançaremos progressos em matéria de eficácia se os países que utilizam essa cooperação para o desenvolvimento não estiverem em condições de oferecer o mínimo de garantias sobre a boa utilização da ajuda. No entanto, acontece também que é difícil construir essas garantias na ausência de democracia e de sociedade civil.

Ontem, o senhor Dadis Camara acusou a França de humilhar os Africanos ao quebrar as relações com a Guiné. Isto não é verdade. A França não humilhou os Africanos. Foi o próprio senhor Camara que humilhou os seus compatriotas e os africanos. Humilhou-os, porque permitiu assassinatos, permitiu violações. A reacção da França e do Governo francês foi justificada e adequada e a nossa posição deveria ser igualmente resoluta e severa.

É um paradoxo, mas a situação é muito simples. Não podemos deixar de reagir perante a actuação brutal a que se assistiu na Guiné. Temos de exigir um fim ao uso da violência. Tal como a Senhora Comissária Malmström, penso que a missão do Presidente do Burkina Faso é muito positiva, e desejo-lhe sucesso. Esperemos que seja eficaz. Deveríamos, igualmente, apoiar a União Africana, que anunciou a imposição de sanções se o regime civil não for reposto.

Sabemos do empenhamento da Suécia no processo de construção da democracia. Sabemos que esta é, em si, uma prioridade real da Presidência na área da política de desenvolvimento. Sabemos também que o Governo sueco tem experiência e deu provas de sucesso neste domínio. Quero, por isso, esperar e acreditar que esse empenhamento, num caso tão difícil e extremo como o da Guiné, será eficaz e dará fruto.

Patrice Tirolien, em nome do Grupo S&D. – (FR) Senhor Presidente, os preocupantes desenvolvimentos da situação política e da segurança na Guiné exigem uma reacção firme da parte da União Europeia. Com efeito, em 28 de Setembro de 2009, como sabem, os militares do Governo guineense reprimiram num banho de sangue uma manifestação pacífica que juntava todos os partidos da oposição, fazendo 157 vítimas e mais de um milhar de feridos, incluindo violações e mutilações particularmente odiosas. A República da Guiné é um país que só conheceu dois regimes ditatoriais desde a sua independência em 1958. É tempo de acabar esta espiral infernal.

A União Europeia, os seus Estados-Membros e as suas instituições tinham já condenado o golpe de Estado de Moussa Dadis Camara em 28 de Dezembro de 2008. Nos termos do procedimento, o Conselho tinha então aplicado o artigo 96.º dos Acordos de Cotonu com vista a estabelecer com as autoridades guineenses um roteiro suposto enquadrar a transição democrática. Essa lista de medidas previa, nomeadamente, a organização de eleições livres e transparentes no prazo de um ano e o compromisso de os membros do CNDD, em particular Moussa Dadis Camara, não se candidatarem a essas eleições.

Ora, a decisão do capitão Camara de adiar a organização do escrutínio para a Primavera de 2010 e a sua recusa em falar da questão da sua candidatura à presidência da Guiné pressagiava já a actual escalada. Assim, a manifestação esmagada em 28 de Setembro tinha precisamente por objectivo pedir à junta que cumprisse os seus compromissos. A reacção do poder instalado em Conacri mostra claramente as suas intenções: eliminar todas as formas de oposição democrática para se manter no poder.

Em resposta, a comunidade internacional condenou de forma unânime essas exacções e o regime guineense. Escandalizada com os massacres, a Comissão das Pescas do nosso Parlamento recusou-se recentemente, e com toda a razão, a votar favoravelmente o acordo de pesca entre a União Europeia e a Guiné.

Neste momento, e à luz dos últimos acontecimentos, o Parlamento Europeu pretende conhecer as decisões que o Conselho tenciona tomar perante esta situação. Antes de mais, tenciona o Conselho pressionar no sentido da criação de uma comissão de inquérito internacional sobre os acontecimentos de 28 de Setembro? Por que meios tenciona o Conselho agir com vista a garantir o respeito dos compromissos do CNDD, a saber, a organização de eleições livres e transparentes o mais rapidamente possível, sem a participação do Presidente Moussa Dadis Camara ou de qualquer outro membro do CNDD? No termos do artigo 96.º do Acordo de Cotonu, que medidas tenciona o Conselho tomar face à junta guineense? Por fim, a que compromissos concretos se compromete o Conselho para apoiar as diferentes iniciativas desenvolvidas pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Africana (UA) e o grupo internacional de acção sobre a Guiné?

Niccolò Rinaldi, em nome do Grupo ALDE. – (IT) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, gostaria de transmitir o nosso profundo pesar às vítimas da violência Guiné-Conacri, tanto em nome do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa como dos 30 deputados que fazem parte da Rede Liberal-Democrática no seio da Assembleia ACP-UE, com quem nos reunimos na semana passada para debater, entre outras questões, a situação na Guiné. Fizemo-lo também em conjunto com o presidente do Partido Liberal da Guiné, um partido que, infelizmente, foi directamente afectado pela violência.

Quanto ao que é preciso fazer, no que respeita a determinados temas já mencionados pela Presidência sueca, os nossos pedidos são os seguintes: em primeiro lugar, insistir, em conjunto com os parceiros da União Africana, na libertação dos prisioneiros e líderes políticos ainda detidos. Em segundo lugar, insistir na realização de eleições livres e democráticas, sem a participação dos membros do Conselho Nacional para a Democracia e Desenvolvimento. Em terceiro lugar, instar à adopção de sanções específicas, sem prudências excessivas, uma vez que, para todos os efeitos, nos cumpre enviar uma mensagem muito clara, tendo em conta as atrocidades cometidas. Em quarto lugar, também gostaríamos de levantar a questão do acordo de pescas: nós, no Grupo ALDE, votámos contra o mesmo na Comissão das Pescas, contribuindo assim para reunir a maioria necessária com vista a bloquear, tanto quanto possível, o acordo. Consideramos que esta é uma outra decisão importante que o Conselho tem de tomar.

Em quinto lugar, realizar programas específicos de assistência, sobretudo para as mulheres que foram violadas e que precisam seguramente de uma ajuda concreta. Por último, existe a questão da justiça. A nosso ver, é

fundamental não dispor apenas de uma comissão internacional de inquérito, mas contar também com o pleno envolvimento do Tribunal Penal Internacional. Entendemos que se há alguma lição a aprender com as vítimas de Conacri, é a de validar mais uma vez a ideia de que é preciso fazer justiça e que as pessoas que cometem crimes desta natureza em África ou em qualquer parte do mundo não podem ficar impunes.

Eva Joly, em nome do grupo *Verts/ALE*. – (FR) Senhores Presidentes, Senhoras Ministras, caros colegas, não podemos guardar silêncio perante os dramáticos acontecimentos ocorridos na semana passada na Guiné. A violência com que os opositores, e sobretudo as mulheres, foram tratados é altamente revoltante e inaceitável.

Gostaria de manifestar aqui o meu apoio às vítimas, assim como às suas famílias, que, em muitos casos, ainda estão à espera da devolução dos restos mortais dos seus entes queridos, confiscados pela junta para apagar as marcas de um verdadeiro massacre.

Para além das intervenções desse dia por iniciativa do Conselho e da Comissão, a actualidade parlamentar permite-nos reagir a essas exacções e enviar um sinal forte ao Governo guineense rejeitando o relatório sobre o acordo de parceria de pescas com a Guiné, que será submetido à nossa apreciação no próximo período de sessões.

A Comissão do Desenvolvimento, no passado mês de Setembro, já tinha emitido por unanimidade um parecer desfavorável sobre este acordo de pesca entre a União Europeia e a Guiné, manifestando dúvidas quanto à utilização dos fundos atribuídos pela União Europeia. Para além de que parecer inadequado atribuir fundos em função das capturas de pesca pelos navios europeus sem ter em conta nem os recursos haliêuticos, nem os impactos sobre as populações locais, os recentes acontecimentos fazem-nos temer uma utilização para fins militares contra a população guineense.

Caros colegas, o Parlamento Europeu não pode emitir um parecer positivo sobre os acordos de pesca com a Guiné neste momento em que as feridas das vítimas ainda estão abertas. Seria um péssimo sinal dirigido ao Governo guineense, seria um escândalo com que não posso concordar.

Marie-Christine Vergiat, em nome do grupo *GUE/NGL*. – (FR) Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores, caros colegas, sendo nova deputada, como muitos outros aqui presentes, fiquei espantada com a importância atribuída aos direitos humanos nos discursos proferidos neste Hemiciclo, nomeadamente pelo Senhor Presidente Buzek. Subscrevo-os inteiramente, pois, se estou aqui, se liderei uma lista às eleições europeias em França, é antes de mais porque sou uma militante associativa e, mas precisamente, uma militante dos direitos humanos.

Assim, os acontecimentos na Guiné não podem deixar-me indiferente, pois foram os militantes dos direitos humanos e, de uma forma mais geral, os representantes da sociedade civil, que foram detidos, violados – no caso das mulheres –, e massacrados no passado dia 28 de Setembro: mais de 150 pessoas foram mortas a tiro, mais de 1 250 pessoas foram feridas – como a senhora referiu, Senhora Ministra – tudo isso em apenas um dia. A repressão continuou nos dias que se seguiram, e continua ainda, quando essas pessoas – como também já foi dito – vinham pacificamente recordar ao Presidente Camara os seus próprios compromissos: não há dúvida alguma, de acordo com os testemunhos que nos chegam em grande quantidade, de que foram aqueles que estão mais próximos do poder, contrariamente às declarações proferidas pelo capitão Camara, que perpetraram essas exacções.

A situação no terreno é confusa, mas as organizações da sociedade civil, agrupadas no seio do Conselho Nacional das organizações da sociedade civil guineense, apelam à ajuda da comunidade internacional. Nestes últimos meses, o Conselho Nacional organizou um processo alargado dirigido à população guineense, exemplar nestes países africanos, baseando-se nos compromissos assumidos por Moussa Dadis Camara.

As informações que nos chegam da Guiné são alarmantes. Não podemos contentar-nos, aqui no Parlamento, com os discursos. Este debate está a ter lugar a nosso pedido, a pedido do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, mas temos de ir mais longe. Exigimos a condenação explícita da repressão da manifestação.

A senhora falou-nos de sanções com alvos definidos, Senhora Ministra. Pode dizer-nos mais qualquer coisa sobre isso? Relativamente à paragem imediata das perseguições, à libertação de todos os presos e à criação de uma comissão de inquérito internacional sobre esses acontecimentos, penso ter percebido, Senhora Ministra, que estávamos no bom caminho. Pode, também sobre isto, dizer-nos mais alguma coisa?

A senhora afirmou ainda o todas as ajudas tinham sido congeladas, à excepção da ajuda humanitária e alimentar. Isso parece-me o mínimo, mas como é que podemos apoiar concretamente a transição democrática?

Senhor Presidente, queremos que, no próximo período de sessões de Estrasburgo, seja votada uma resolução, de forma a que o Parlamento Europeu não se contente com discursos e tome, com actos e não apenas palavras, uma decisão, como soube fazer no passado mês de Janeiro. Repito: é urgente. As organizações no terreno alertam-nos para riscos de conflitos étnicos. Não podemos esperar por um novo Ruanda para agirmos, os direitos humanos têm de ser defendidos em África como em todo o mundo.

Licia Ronzulli (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Senhora Ministra descreveu perfeitamente a situação na Guiné. Durante várias semanas, a Guiné tem sido palco de violentos confrontos, em que os cidadãos que se manifestam livremente nas ruas em nome das suas convicções políticas são alvo de uma violência sem precedentes. O Governo da Guiné persegue e mata seja quem for que tenha ideias políticas diferentes das dos seus dirigentes, privando assim as pessoas de qualquer tipo de liberdade, que, como bem sabemos, é um direito inviolável de qualquer ser humano.

Está a ter lugar mais um massacre e existe o risco de que a situação ganhe contornos de um genocídio, se não tomarmos urgentemente medidas concretas e com efeito imediato. Na semana passada, a Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, da qual sou vice-presidente, decidiu aprovar uma resolução condenando o uso da força por parte das autoridades guineenses e exigindo ao Governo local o respeito imediato pelo Estado de direito e a protecção dos direitos fundamentais.

Depois da morte de 157 pessoas em confrontos de rua e das tentativas de Moussa Dadis Camara de encobrir os acontecimentos, os membros da oposição dirigiram-se à comunidade internacional na esperança de receber ajuda e maior protecção. Contudo, em 5 de Outubro, o capitão Camara opôs-se à presença de uma força de paz estrangeira no país, rejeitando qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos.

Por conseguinte, considero que, para além de expressar a nossa condenação, precisamos de responder com acções concretas e imediatas, como o meu colega, o senhor deputado Rinaldi, acabou de dizer. Perante violações e a negação do direito à vida – em que, mais uma vez, são as mulheres e as crianças a pagar o preço –, não podemos deixar de actuar e de exigir o regresso ao Estado de direito. Por conseguinte, ao dirigir-me a vós, meus colegas deputados e representantes das Instituições, espero que possamos alcançar um acordo unânime – e sublinho unânime – no sentido de adoptar medidas imediatas que permitam que o povo da Guiné veja restabelecidos no seu país direitos fundamentais e inalienáveis como a democracia e a liberdade. Gostaria, naturalmente, de expressar a minha solidariedade para com as famílias afectadas por estes trágicos acontecimentos.

Isabella Lövin (Verts/ALE). – (SV) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhoras e Senhores Deputados, sou membro da Comissão das Pescas e eu própria visitei a Guiné no passado mês de Dezembro, pelo que acompanhei de muito perto esta questão.

Em primeiro lugar, acho espantoso que a União Europeia mantenha o seu acordo de pescas com a Guiné, uma vez que o acordo foi concluído no regime anterior, duas semanas antes do golpe. Mantivemos de facto um acordo que concluimos com um regime legal, mas neste momento existe uma ditadura militar. Fizemo-lo durante todo este ano.

Ontem, a Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, instou abertamente Moussa Dadis Camara e o seu regime a demitirem-se. Só posso concordar com esta exigência mínima, e também gostaria de referir que seria lamentável para o Parlamento Europeu se, dentro de duas semanas, quiséssemos votar a favor de um acordo de pescas com a Guiné que disponibilizaria a este regime mais de 1 milhão de euros no final de Novembro. O acordo de pescas prende-se com a pesca do atum para 25 embarcações europeias. Creio que estas embarcações terão, obviamente, de procurar outras águas para as suas actividades de pesca, pois a UE não pode fazer negócios com ditaduras que pura e simplesmente assassinam o seu próprio povo nas ruas.

O argumento apresentado à Comissão do Desenvolvimento e à Comissão das Pescas de que as receitas provenientes do acordo de pescas beneficiarão o povo da Guiné está completamente errado. Reflecte a avaliação da Comissão do acordo anterior. Não fazemos a menor ideia do destino que é dado ao dinheiro destes acordos de pesca, e estes estavam associados ao regime anterior. Muito dificilmente poderei imaginar que o actual regime utilizará melhor esse dinheiro.

Pergunto-me, pois, o que tenciona o Conselho fazer relativamente a este acordo de pescas. Tenciona a UE juntar-se aos EUA e instar o regime a demitir-se?

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) Gostaria também de dizer que considero absolutamente horríveis os actos de violência cometidos na Guiné. Verifico que, há duas horas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês declarou que se supõe que Dadis Camara também esteve envolvido na decisão de levar a cabo o massacre, o que é uma situação extremamente grave.

A origem das tensões, além dos actos de violência, que são terríveis, reside, sem dúvida, no facto de Dadis Camara desejar tornar-se dirigente permanente da Guiné e estar relutante em manter a sua promessa de não ter qualquer envolvimento na vida política do país. Creio também que a pressão internacional exercida em conexão com este facto deve ser absolutamente inequívoca. Por outro lado, saúdo o facto de o Presidente de Burkina Faso, Blaise Compaoré, que tem grande experiência na condução de negociações e na mediação nos conflitos africanos, ter sido nomeado mediador também neste caso. Creio que devemos apoiá-lo com os nossos esforços a nível diplomático.

Chris Davies (ALDE). - (EN) Senhor Presidente, é forçoso que eu corrija a senhora deputada Joly por ter referido que a Comissão das Pescas aprovou por unanimidade a rejeição desta proposta de acordo de parceria com a Guiné. Na verdade, a comissão votou por apenas por um voto para tal. Muito surpreendentemente, o Grupo do PPE votou em força para manter o acordo. Este é um acordo que coloca algumas centenas de milhares de euros nas mãos do actual regime, de modo a que possamos pescar atum naquela costa. Como muitos desses acordos, trata-se, na melhor das hipóteses, de um acordo medíocre, mas, nas actuais circunstâncias, é absolutamente inaceitável.

A Senhora Ministra evocou a possibilidade de sanções a exercer contra a Guiné. Será que vai adicionar este ponto à sua lista e dar-nos o seu compromisso de que vai lutar para tentar garantir que este acordo de parceria é suspenso?

Krisztina Morvai (NI). – (EN) Senhor Presidente, enquanto advogada de direitos humanos, com quase um quarto de século de experiência internacional e no meu país, a Hungria, aproveito todas as oportunidades para salientar a necessidade de a União Europeia defender os direitos humanos, de preferência em todo o mundo. Mas é extremamente importante fazê-lo de uma forma credível e, para tal, também temos de defender os direitos humanos dentro das nossas fronteiras, dentro do sistema da União Europeia.

Como aqui referi várias vezes durante os últimos três meses, a senhora deputada Kinga Göncz, membro da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, neste Parlamento, fez parte de um governo a que nós, na Hungria, chamávamos o "governo dos atiradores certos", pois, em 23 de Outubro de 2006, andaram a disparar sobre pessoas nas ruas de Budapeste. Desde então, tem havido uma crise de direitos humanos na Hungria, e esta União Europeia nada faz a respeito desta situação. Temos uma Vice-presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, que era membro do governo nessa altura. Até que alguém investigue seriamente este assunto, ninguém vai dar crédito ao que fazemos no domínio dos direitos humanos.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhor Presidente, mais uma vez os meus agradecimentos ao Parlamento Europeu para colocar este ponto na ordem do dia. É um assunto muito grave e, tal como eu espero que tenham entendido pela minha alocução introdutória, partilhamos as vossas preocupações sobre a terrível violação dos direitos humanos que tem tido lugar em Conacri. Há preocupações e inquietações por haver pessoas que continuam detidas, e já pedimos que houvesse uma investigação aprofundada do que aconteceu e que os prisioneiros fossem libertados.

Acho que podemos dizer que a União Europeia tem sido extremamente clara. As ocorrências foram condenadas por Javier Solana, pelo Comissário De Gucht, pela Presidência e, agora, tanto quanto sei, também por uma declaração do Grupo ACP no Parlamento Europeu. É muito positivo que a União Europeia seja unânime, concreta e concisa na sua condenação destes horríveis acontecimentos. Também estamos a actuar em estreita cooperação com outros intervenientes nesta situação, de modo que a comunidade internacional possa lançar a sua condenação e a sua actuação de uma forma muito coerente. Esta é a única maneira de realmente conseguirmos exercer pressão.

Temos o grupo de contacto internacional. Foi nomeado mediador o Presidente do Burkina Faso, o que é muito positivo, sendo ele um membro do grupo de contacto. Em conjunto com o grupo de contacto, de que a UE e os EUA são membros, nós exigimos – em resposta à sua pergunta, a Senhora Deputada Lövin – a renúncia do capitão Camara. Toda a comunidade mundial pediu que tal aconteça.

Também estamos abertos a responder a outras perguntas e a discutir sanções. Entendemos que será mais eficaz se o fizermos em conjunto com a comunidade internacional. Existem diversas opções de como podemos

visar certos indivíduos neste contexto, e daí que precisemos, nos próximos dias, de debater com os actores internacionais a forma como podemos coordenar essas sanções, de modo que estas obtenham o máximo efeito: com a União Africana, com o grupo de contacto, com os EUA, etc.

Tal como referi, também abrimos consultas ao abrigo do artigo 96.º do Acordo de Cotonu, e congelámos todos os auxílios ao desenvolvimento da parte da UE, para além da ajuda humanitária e do apoio à transição democrática.

No sector das pescas – quer possa estar incluído, ou não – ouço perfeitamente o que V. Exas. dizem. Resta-me incentivá-los ao prosseguimento dos debates com a Comissão. É a Comissão que é responsável pela política comunitária das pescas. Também estamos a debater estes pontos com a Comissão, e lamento que agora não esteja aqui nenhum elemento desta. Mas podem V. Exas. ter a certeza de que vamos prosseguir o trabalho com a comunidade internacional, de modo a continuarmos a exercer pressão e a exigir uma investigação aprofundada e, assim o esperamos, também um dia a realização de eleições livres e justas na Guiné. Os meus agradecimentos a V. Exa. e aos senhores deputados por este debate.

Presidente. – Muito obrigado, Senhora Ministra Malmström. Teve uma enorme paciência ao passar aqui toda a tarde e parte da noite. Ainda há tão pouco tempo era membro desta Câmara, e percebe-se que, talvez por isso, gosta muito deste ambiente!

Está encerrado o debate.

18. Intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes.

Elena Băsescu (PPE). – (RO) Aplaudimos a assinatura, no dia 13 de Julho, em Ancara, do acordo sobre o projecto Nabucco. Todavia, o gás não constitui o único recurso energético à disposição dos países europeus. Temos de adoptar a mesma abordagem relativamente ao fornecimento de crude à Europa, promovendo um corredor meridional.

Apresentaram-nos um projecto que pode assumir a mesma importância que o Nabucco. Refiro-me ao oleoduto pan-europeu Constança – Trieste. Este oleoduto irá transportar os recursos petrolíferos do mar Cáspio, através do terminal de Supsa, prosseguindo ao longo de uma conduta através do porto de Constança em direcção a Trieste.

Apenas podemos garantir segurança energética para os nossos países e cidadãos mediante a diversificação das fontes de fornecimento e dos itinerários do petróleo e do gás. Com isto em mente, a Roménia empreendeu o desenvolvimento de um terminal portuário em Constança, capaz de receber gás natural liquefeito, que distribuirá por outros consumidores da Europa.

Marc Tarabella (S&D). – (FR) Senhor Presidente, aproveito o espaço de expressão que nos é concedido neste minuto para chamar a atenção para as consequências positivas – todos as conhecem nesta Assembleia – do voto positivo dos Irlandeses sobre o Tratado constitucional, o qual nos permitirá, nomeadamente numa comissão como a da agricultura, bem como neste Parlamento, dispor de co-decisão. O Parlamento ficará portanto em pé de igualdade com o Conselho, o que representa, evidentemente, em termos democráticos, um progresso enorme.

Gostaria de aproveitar a ocasião para notar que apenas ficará a faltar o "sim" do Presidente checo, pois os nossos amigos irlandeses disseram hoje "sim" maciçamente ao Tratado constitucional e o Presidente polaco – segundo informou há pouco o Presidente do nosso Parlamento – prepara-se também para assiná-lo. Assim, gostaria que todos os nossos colegas de todos os grupos políticos, no âmbito das nossas competências respectivas, tentassem transmitir aos seus homólogos checos a ideia de que é realmente necessário assinar o Tratado, tanto mais que o Parlamento checo já disse sim. Não resta ao Presidente outra alternativa senão a de assinar este pergaminho e abrir assim a via democrática no seu país, fazendo progredir a nossa democracia na Europa.

Luigi de Magistris (ALDE). – (IT) Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção para a tragédia de Messina – que o Presidente do Parlamento Europeu lembrou hoje –, a qual causou dezenas de mortes. Mais uma tragédia, portanto, anunciada em Itália: o Primeiro-Ministro italiano chegou mesmo a afirmar que se tratava de uma tragédia previsível. Podia ser previsível, mas a verdade é que ninguém fez nada para a evitar. Ninguém

fez nada porque quem governa aquele território é o cimento, a máfia do cimento, a máfia ligada às florestas, com os seus incêndios florestais.

Porém, aquilo que mais deveria interessar ao Parlamento Europeu é a forma como os fundos públicos são investidos, assim como a ajuda concedida pela União Europeia com vista a um desenvolvimento regional diferente, a fim de garantir um trabalho de construção de qualidade e a reparação dos graves danos ambientais. No entanto, estes fundos públicos acabam, muito frequentemente, por ir parar aos bolsos de associações criminosas, de políticos corruptos e da máfia.

Esta legislatura tem, pois, de estar atenta ao destino dos fundos públicos, que na realidade devem servir para recuperar a natureza, proteger os recursos naturais, gerar um desenvolvimento económico amigo do ambiente e criar empregos. Não podem continuar a ocorrer tragédias horríveis como a de Messina.

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) Senhor Presidente, gostaria de falar em defesa da minoria polaca na Lituânia, que foi recentemente alvo de discriminação. Há aqui um pungente paradoxo, que é o de os polacos na Lituânia, que em algumas regiões constituem a maioria dos cidadãos, estarem agora em pior situação do que antes da adesão da Lituânia à União Europeia.

O Governo autónomo da região de Salcininkai deverá, até 14 de Outubro, retirar as placas com os nomes das ruas em polaco, o que é contrário às normas europeias e à Carta Europeia de Autonomia Local. Em Março de 2008, a liberdade de actividade do sistema escolar polaco foi restringida, com o reforço da legislação lituana. No espaço de um ano e meio, foram encerradas quatro escolas, com um total de 45 turmas, e mais 107 turmas poderão vir a ser encerradas. Insiste-se na mudança dos apelidos polacos para que se assemelhem a apelidos lituanos. Por fim, muitos polacos não viram ainda restituídos os seus bens, que foram apreendidos pelos comunistas, pela União Soviética, depois de 1939 ou depois de 1944.

Faço um apelo ao Parlamento Europeu para que defenda os polacos na Lituânia, em conformidade com as normas europeias em matéria de direitos humanos e de direitos das minorias.

João Ferreira (GUE/NGL). - Senhor Presidente, sucedem-se as declarações de optimismo quanto ao anunciado princípio do fim da crise. Infelizmente, estas declarações são todos os dias desmentidas pela realidade. A situação no Norte de Portugal é disso elucidativa. Só no distrito de Braga, nas últimas semanas encerraram, pelo menos, dez empresas, lançando mais de três centenas de trabalhadores no desemprego. Muitas outras estão em risco de fechar.

A situação é particularmente grave no sector do têxtil e vestuário: um dos sectores da União Europeia que mais afectado está a ser pela crescente liberalização do comércio mundial. Perante este quadro dramático urge soluções distintas das orientações políticas que o geraram.

É urgente aplicar medidas de salvaguarda, nomeadamente, em categorias a indicar pelos Estados-Membros para permitir manter e promover o emprego e a actividade destas empresas, bem como avançar com a criação – assunto que foi já objecto de uma resolução deste Parlamento – de um programa comunitário de apoio ao sector têxtil com meios adequados especialmente destinado às regiões mais desfavorecidas e dependentes deste sector.

Paul Nuttall (EFD). - (EN) Senhor Presidente, gostaria de chamar a vossa atenção para a forma encoberta e anti-democrática como a lâmpada incandescente foi proibida em toda a União Europeia. A directiva inicial facultou medidas de execução à Comissão Europeia, o que, na prática, significou que o regulamento foi autorizado sem o consentimento desta farsa de Assembleia ou do meu verdadeiro parlamento, em Westminster. A proibição foi um esquema por parte da elite política e foi posta em prática num abrir e fechar de olhos.

As pessoas têm sido ignoradas, mas, na verdade, a União Europeia é muito boa a ignorar as pessoas. Basta ver o que aconteceu com o Tratado de Lisboa. Foi autorizado a ter lugar, infelizmente com a conivência do Partido Conservador britânico, que é o Dr. Jekyll e o Mr. Hyde da política britânica quando se trata da questão europeia. Dizem uma coisa na Grã-Bretanha e vêm para aqui e fazem exactamente o contrário em comissão.

Concluindo, em vésperas da Primeira Guerra Mundial, o Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Sir Edward Grey, temia que as luzes se apagassem em toda a Europa. Bem feito para a União Europeia, pois, com sua obsessão com o culto não-científico das alterações climáticas causadas pelo Homem, o que está a acontecer é a prova de que a desafortunada profecia de Sir Edward estava correcta.

Krisztina Morvai (NI). - (EN) Senhor Presidente, muito se falou hoje sobre o Tratado de Lisboa e sobre como este reforça a solidariedade entre os europeus. Em nome do povo húngaro, gostaria de pedir a vossa solidariedade agora porque, de acordo com informações fidedignas de altas patentes da polícia húngara com sensibilidade em matéria de direitos humanos, no terceiro aniversário da chamada "Segunda-feira sangrenta" de 2006 (23 de Outubro), a polícia húngara voltará novamente a usar de violência considerável contra o povo húngaro durante as manifestações e comemorações que vão ser realizadas.

Gostaria de exortar os deputados do Parlamento Europeu a virem em nosso apoio e se deslocarem a Budapeste nesse dia como observadores de direitos humanos. Gostaria que o vosso eleitorado também pedisse para o fazerem. Por favor, façam algumas pesquisas na Internet sobre as violações dos direitos humanos e as brutalidades policiais cometidas em massa na Hungria e certifiquem-se de que tal não pode acontecer, nunca mais. Por favor, vão lá e exerçam a solidariedade de que tanto se tem falado hoje.

György Schöpflin (PPE). - (HU) Desejo referir-me à lei sobre a língua eslovaca, que suscitou sérias preocupações desde a sua adopção. Nas últimas semanas estas preocupações revelaram-se justificáveis, porque, embora as sanções previstas na lei ainda não tenham sido aplicadas, os funcionários públicos receberam ordens para apenas se exprimirem em eslovaco. Isto significa que, durante as horas de trabalho, os funcionários dos correios, os bombeiros e os agentes da polícia cuja língua materna é o húngaro não podem exprimir-se na sua língua materna.

Por conseguinte, se eu me dirigir em húngaro a um agente da polícia na Eslováquia, este é obrigado a responder-me em eslovaco, mesmo se a sua língua materna for o húngaro, e independentemente do facto de eu não entender a sua resposta. E a situação é a mesma se eu tentar falar em inglês. Sugiro uma nova mensagem publicitária para o sector da hospitalidade húngara: adoramos ter turistas estrangeiros na Eslováquia, desde que aprendam eslovaco antes de pisarem o nosso país. Bem-vindos ao Absurdistão!

Krisztina Morvai (S&D). - (EN) Eu previa ou esperara mais ataques destes contra a República Eslovaca, uma vez que as intervenções de um minuto proporcionam uma oportunidade ideal para os colegas da Hungria ou colegas de nacionalidade húngara atacarem a República Eslovaca.

É forçoso que diga que este facto me preocupa bastante, pois espero que o Parlamento Europeu, na verdade, solucione os problemas enfrentados pela União Europeia. Nós estendemos a mão da amizade várias vezes aos colegas de Fidesz e de outros partidos em sessões plenárias, aqui no Parlamento Europeu, pretendendo discutir questões por resolver ou outros problemas com eles. Foi isto que fizemos no caso da lei da língua, e devo dizer que estou muito desapontada, Senhor Presidente, por nenhum dos nossos colegas da Hungria ou da etnia húngara ter respondido à oferta, tendo inclusive os meus colegas do SMK (que é um partido da República Eslovaca), preferido sair dessa sessão em que foi levantado o tema.

Também tenho acedido ao sítio Web do Parlamento da Eslováquia, onde é possível tomar conhecimento da referida lei na íntegra e verificar que esta não põe em causa, ou de alguma forma ameaça, o direito das minorias étnicas usarem as suas próprias línguas.

Ramon Tremosa i Balcells (ALDE). - (EN) Senhor Presidente, o Governo espanhol decidiu que a linha do comboio de alta velocidade Barcelona–Perpignan deve passar exactamente por baixo da Catedral da Sagrada Família, colocando em risco um monumento que foi designado como Património Mundial pela UNESCO, em 1984, e recebeu a visita de três milhões de turistas no ano passado. A construção de um novo túnel extremamente próximo das fundações da Catedral da Sagrada Família pode causar danos irreparáveis no edifício.

O Governo espanhol diz que não há qualquer problema, mas este ano as máquinas tuneladoras de uma nova linha de metro em Barcelona enfrentaram vários incidentes em condições de solo semelhantes. Uma dessas tuneladoras ficou bloqueada perto do rio Llobregat, durante alguns meses, sem ninguém saber como resolver a situação. Pretendo, portanto, dar conta às instituições europeias do risco de desabamento da Catedral da Sagrada Família. Para preservar esta obra-prima europeia de interesse geral, peço encarecidamente que a questão seja examinada, o trabalho que está a ser realizada pelo Governo espanhol seja interrompido e o percurso do túnel seja alterado.

Oldřich Vlasák (ECR). - (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, desejo chamar a atenção do Parlamento para o problema da demora relativamente ao convite dirigido à confederação dos maquinistas da Europa (Autonomous Train Drivers' Unions of Europe (ALE)) para se associar ao comité para o diálogo social no sector ferroviário. Desde 2005, este organismo reuniu mais de 100 mil membros de 16 organizações europeias de maquinistas e prosseguiu o seu reconhecimento enquanto parceiro social de pleno direito no

comité para o diálogo social relativo ao transporte ferroviário. Apesar de longas negociações com a Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes, que é actualmente a única entidade representativa dos interesses dos trabalhadores neste comité, ainda não foi possível alcançar um compromisso que permitisse à citada confederação de maquinistas a possibilidade de defender directamente os interesses dos seus membros. Em meu entender, trata-se de uma situação muito insatisfatória. O diálogo social, tal como o Parlamento Europeu o aprovou, deveria, na minha óptica, permitir o pluralismo. Estou convicto de que nenhuma organização, nem sequer a que represente 80% dos trabalhadores do sector ferroviário europeu, tem o direito de ser um monopólio, pelo que apelo a todas as partes, incluindo a Comissão Europeia, que possibilitem que se encetem novas negociações.

Georgios Toussas (GUE/NGL), por escrito. – (EL) Senhor Presidente, as directivas da União Europeia e as legislações dos Estados-Membros relativas ao dia de trabalho de oito horas, bem como, de um modo geral, as reestruturações reaccionárias, estão a criar condições de trabalho medievais, provocando a ira e as manifestações dos trabalhadores. Todos os dias a Comissão Europeia é inundada pelos protestos de agricultores zangados e de trabalhadores indignados.

Por exemplo, o tempo de trabalho dos tripulantes de cabina e dos pilotos das companhias aéreas, tal como previsto no Regulamento (CE) n.º 1899/2006, ultrapassa as 14 horas diárias, pondo assim em perigo as vidas dos trabalhadores e dos passageiros, como aliás foi comprovado por numerosos estudos científicos.

A União Europeia recusa-se a tomar em consideração os estudos científicos porque está a obedecer às ordens dos grupos de empresas monopolistas que não aceitam sacrificar um único euro que seja dos seus lucros em prol da saúde dos trabalhadores e da segurança dos voos.

O que nós pedimos é a redução do tempo de trabalho dos tripulantes de cabina e dos pilotos das companhias aéreas e a satisfação das justas reivindicações dos trabalhadores. Além do mais, a Comissão Europeia assumiu um compromisso quer com o Parlamento Europeu quer com os trabalhadores.

Martin Ehrenhauser (NI). – (DE) Senhor Presidente, todo o processo de ratificação do Tratado de Reforma da Constituição, ou Tratado de Lisboa, foi uma tragédia para a democracia e também para a União Europeia. Permitir-me-á porventura, como novo e jovem eurodeputado que sou, afirmar que, através de referendos acessíveis a todos os cidadãos da União Europeia, nos foi dada a oportunidade histórica de unir o projecto europeu, muito elitista no estirador, aos povos da Europa. V. Exas. tiveram a oportunidade de utilizar referendos para instilar vida e ânimo nos destroços emocionais da União Europeia. Contudo, não utilizaram essa oportunidade. Pelo contrário, limitaram-se a dizer "não" a uma democracia mais directa e "não" à participação dos cidadãos.

Tudo o que posso dizer a esse respeito é que não chamo a isso democracia. A democracia exige a separação dos poderes e uma linha divisória clara entre a oposição e o governo. É isso que apoiamos e é por isso que lutamos.

László Tőkés (PPE). – (HU) Permita-me que inicie a minha intervenção, Senhor Presidente, dizendo que as afirmações da senhora deputada Beňová não correspondem à verdade. Cinco jovens húngaros passaram já cinco anos na prisão na Sérvia na sequência de uma briga despoletada pela ingestão de álcool na cidade setentrional de Temerin. Foram condenados a penas de prisão entre os 10 e os 15 anos. Foram condenados a um total de 61 anos, e o caso deles foi utilizado por nacionalistas como propaganda eleitoral. Nem aqueles que cometeram crimes de guerra durante a Guerra dos Balcãs receberam penas tão duras. Durante o mesmo período, cerca de 300 húngaros foram agredidos na Sérvia sem quaisquer repercussões legais. Trata-se de uma relação de 300 para 1.

O Parlamento Europeu enviou uma delegação de observação à Sérvia em Janeiro de 2005. Todavia, temos estado a aguardar desde então que a Subcomissão dos Direitos do Homem debata o relatório sobre o inquérito à brutal agressão dos cidadãos húngaros. Apelei ao Parlamento e ao Presidente Jerzy Buzek para que os jovens fossem libertados da prisão de Temerin. A UE deve estabelecer como pré-requisito para a adesão da Sérvia que este país aplique o seu sistema judicial de forma isenta e que, em vez de proferir sentenças que incluam a intimidação e denotem o preconceito, capture os verdadeiros malfeitores, os criminosos de guerra sérvios.

Zigmantas Balčytis (S&D). – (EN) Senhor Presidente, o meu país, a Lituânia, é muito semelhante à Irlanda, em muitos aspectos, e o "sim" da sua população ao Tratado de Lisboa demonstrou claramente a vontade de todos os nossos cidadãos de terem uma Europa mais forte e eficaz. Demonstrou claramente que não conseguimos actuar sozinhos em tempos de crise, nem de assegurar a prosperidade aos nossos povos.

Mais do que nunca, a Comunidade deve falar a uma só voz, e a solidariedade entre os Estados-Membros é a base para que tal aconteça. A Europa está a atravessar momentos difíceis, e as reformas propostas pelo Tratado de Lisboa irão impulsionar uma estrutura institucional mais eficaz, o que, sem dúvida, dará origem a políticas mais coerentes em várias áreas. É, de facto, uma grande conquista, tanto para a Europa como para cada um de nós.

Mais uma vez felicito o povo irlandês pela sua determinação em ter uma melhor e mais próspera União.

Frédérique Ries (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, esta segunda-feira – e o facto não terá passado despercebido a ninguém –, os produtores de leite provenientes dos quatro cantos da Europa manifestaram-se uma vez mais em Bruxelas para manifestarem, para gritarem desesperadamente a sua preocupação face ao afundamento do preço do leite, que os impede de prosseguirem a sua actividade. Mais do que isso, é mesmo o seu futuro que está aqui em jogo.

O apelo a uma nova forma de regulação é hoje em dia apoiado por uma grande maioria dos Estados-Membros, o G20 do leite como já é chamado. Penso que, mais do que nunca, e urgentemente, o momento é de tomada de decisão, e seguramente no próximo Conselho – desta vez formal – dos Ministros da Agricultura, que terá lugar no próximo dia 19 de Outubro no Luxemburgo. Uma crise desta amplitude não pode ser transferida para uma qualquer comissão, como aconteceu há dois dias.

Muito rapidamente, duas perguntas ao Presidente Buzek, que, espero, o senhor lhe transmitirá. Tomei conhecimento de que ele se avistou esta manhã com Cecilia Malmström, a Ministra sueca dos Assuntos Europeus, e gostaria de saber se ela lhe confirmou o compromisso da Presidência em encontrar uma solução urgente para esta crise, na linha da resolução que aprovámos em Estrasburgo no último período de sessões.

Por fim, quero referir-me ao grupo de alto nível, o grupo de reflexão também lançado anteontem. Antes e após a próxima entrada em vigor do Tratado de Lisboa, como se sabe, o nosso Parlamento passará a ser co-decisor, co-legislador. Penso que seria coerente sermos associados aos trabalhos desse grupo de alto nível.

Laima Liucija Andrikiienė (PPE). – (LT) Em Agosto, Marijus Ivanilovas, um cidadão de 35 anos de nacionalidade lituana, director da gráfica do jornal diário *Respublika*, ou seja, uma pessoa com um emprego e rendimento fixos, foi detido na Bielorrússia, não muito longe de Minsk, e encontra-se detido há já dois meses, sem julgamento e sem qualquer prova da sua culpabilidade, numa prisão na cidade bielorrussa de Zhodin. Há poucos dias, o prazo da sua detenção foi prorrogado em dois meses; as autoridades do regime não conseguiram encontrar qualquer prova da sua culpabilidade. É igualmente importante salientar que Marijus Ivanilovas sofre, desde a infância, de asma. Segundo as informações dos pais, encontra-se detido numa cela com outros 26 presos, mas que apenas conta com 6 camas, e os outros detidos fumam permanentemente na cela. Marijus tem ataques de asma, mas não lhe é permitido tomar medicamentos, como também não pode receber visitas, nem mesmo o cônsul lituano. Senhor Presidente, esta situação tem lugar num país nosso vizinho. É este o tratamento que está a receber o cidadão de um Estado-Membro da União Europeia – a Lituânia! Lanço-lhe um apelo para que tome as medidas no âmbito das suas competências susceptíveis de garantir a libertação imediata de Marijus Ivanilovas, uma vez que não existem provas da sua culpabilidade e a acusação é infundada. Deve permitir-se a Marijus Ivanilovas regressar à Lituânia. Ele necessita de cuidados médicos urgentes.

Daciana Octavia Sârbu (S&D). – (RO) No passado mês de Dezembro, a União Europeia assumiu o compromisso histórico de reduzir as emissões de carbono, confirmando desse modo a sua posição de liderança em termos de esforços no combate às mudanças climáticas.

Podemos orgulhar-nos do papel desempenhado pelo Parlamento Europeu ao adoptar legislação que não só contém disposições destinadas a reduzir o nível de poluição, como também medidas que nos permitem cumprir esses compromissos, que ajudarão a determinar a subida da temperatura a nível mundial.

No decurso das negociações que terão lugar em Dezembro, em Copenhaga, temos de obter compromissos firmes, em termos da redução de emissões e do nível do apoio financeiro concedido aos países em desenvolvimento para lhes aliviar o impacto das mudanças climáticas e os adaptar a elas. Todavia, a legislação relativa às mudanças climáticas não pode ser adoptada nos Estados Unidos antes da Conferência de Copenhaga, muito embora a administração de Obama vá esforçar-se por orientar as negociações, mas sem um mandato inequívoco.

Cumpramos não enfraquecer a posição comum da União Europeia. É de importância fundamental falarmos a uma só voz, e encorajar os outros países a seguir o nosso exemplo na tarefa de reduzir as emissões.

Sergej Kozlík (ALDE). - (SK) Os representantes húngaros pretendem enganar a opinião pública europeia com muitas inverdades. Alegam, por exemplo, que os cidadãos podem ser multados por usarem uma língua minoritária, que os médicos de nacionalidade húngara apenas poderão trabalhar utilizando a língua oficial eslovaca, ou que os serviços religiosos apenas podem ser realizadas na língua oficial.

Acabámos de ouvir os deputados húngaros, dizendo disparates sobre os agentes da polícia não poderem responder aos turistas em húngaro ou em inglês. Nada disto é verdade. Pelo contrário, a lei que foi alterada aumentou as possibilidades de utilização de línguas das minorias étnicas em relação à situação anteriormente registada. A alteração não interfere com as comunicações privadas entre os cidadãos e não permite a aplicação de coimas a indivíduos. A conformidade da lei alterada de acordo com os padrões internacionais foi confirmada pelas autoridades europeias no domínio das minorias – o Alto-Comissário da OSCE, Knut Vollebæk, e o Comissário europeu Leonard Orban. Na minha opinião, a comunidade húngara está a explorar esta causa, numa tentativa de esconder o extremismo crescente e o assassinato de pessoas de etnia Roma na Hungria.

Joanna Senyszyn (S&D). - (PL) Senhor Presidente, lamento informar que os direitos das pessoas que abandonaram a Igreja Católica na Polónia estão a ser violados. Contra a vontade dos apóstatas, os seus dados pessoais não são retirados dos arquivos paroquiais. Pelo contrário, continuam a ser usados. Esta é a instrução relativa à protecção de dados pessoais na actividade da Igreja Católica na Polónia. A parte da instrução de que estamos a falar não se baseia na actual Lei da Protecção de Dados Pessoais, mas sim – e ouçam bem – nas disposições do Código do Direito Canónico.

Como é possível que, na Polónia, que afirma respeitar o Estado de direito, o Direito Canónico tenha primazia sobre a legislação elaborada pelo parlamento nacional? Por que razão o Código do Direito Canónico governa os direitos dos cidadãos que não são católicos? Como é possível que o Inspector-geral para a Protecção dos Dados Pessoais não tenha qualquer autoridade para inspecionar os arquivos da igreja? Só há uma explicação: a Polónia é um Estado clerical. O Parlamento Europeu deveria reagir perante isto.

Cristian Silviu Buşoi (ALDE). - (RO) O assunto da minha intervenção de hoje está relacionado com o acontecimento mais importante que recentemente teve lugar na União Europeia, isto é, com o êxito do referendo organizado pela Irlanda para a ratificação do Tratado de Lisboa.

Desejo igualmente partilhar dos sentimentos dos meus colegas que hoje tiveram oportunidade de felicitar o povo irlandês por ter dado este sinal inequívoco da sua decisão de optar por prosseguir com o processo de integração a nível político. Ele não sucumbiu às declarações populistas que chamavam a atenção para algumas das consequências adversas, porque este Tratado irá, muito obviamente, obrigar as Instituições europeias a funcionar mais eficaz e democraticamente.

Penso também que é dever do Presidente checo respeitar os compromissos assumidos quando este Tratado foi negociado e não impedir injustificadamente a sua implementação. Temos necessidade deste Tratado para encerrar o capítulo institucional do desenvolvimento da UE, pelo menos, durante algum tempo, de molde a podermos envolver-nos mais nas políticas da UE. Os dois últimos países, a Polónia e a República Checa, devem ratificar o Tratado o mais brevemente possível, de molde a ser possível fazer as nomeações para os lugares criados pelo Tratado, quer na Comissão, quer a nível do Conselho.

Edit Bauer (PPE). - (HU) Muito foi dito acerca da lei sobre a língua eslovaca durante a última sessão plenária, à semelhança do que aconteceu hoje. Não se trata de uma coincidência. Esta lei limita a utilização por parte das minorias da sua própria língua, ao arrepio das várias afirmações feitas, embora seja verdade que as línguas minoritárias podem também ser faladas publicamente de forma restrita. Todavia, não é verdade que estamos a evitar o debate desta questão, porque se alguém tentar chegar a acordo, em cinco minutos, sobre esta questão na presença de 10 jornalistas, provavelmente não conseguirá. Gostaria de chamar a atenção para o facto de que esta lei foi mal redigida e de má fé, está a criar uma nova incerteza jurídica, já que, em apenas dois dias, o Ministro da Cultura eslovaco deu três explicações diferentes sobre os mesmos artigos da lei.

A lei incutiu medo nas pessoas. Sabemos de vários casos em que os empregadores estão a obrigar os trabalhadores a falar em eslovaco. Lamento profundamente que seja necessário suscitar esta questão nesta Câmara. Espero que o Tratado de Lisboa nos dê a oportunidade de aplicar correctamente os direitos humanos e os direitos das minorias.

Josefa Andrés Barea (S&D). - (ES) Senhor Presidente, a pirataria é um problema que preocupa este Parlamento, os Estados-Membros e, obviamente, a Espanha, pois neste momento há um navio de pesca espanhol sequestrado em águas do Oceano Índico, com 36 tripulantes a bordo.

Assim, antes de mais, quero expressar a minha solidariedade para com os tripulantes e as suas famílias, e, naturalmente, manifestar ao Governo de Espanha o meu apoio nos seus esforços para conseguir a rápida libertação daqueles homens.

Não estamos, porém, a falar de um problema específico da frota atuneira espanhola, mas sim de um problema que afecta três países – França, Itália e Espanha –, que estão a pescar em águas internacionais, fora da zona exclusiva da Somália. Perante isto, impõe-se uma resposta internacional e a adopção, pela UE, de medidas conjuntas de prevenção e reacção. Por outras palavras, impõe-se a atribuição de mais recursos e a intensificação da Operação Atalanta, uma operação que já existe e que tem sido bem-sucedida em termos de redução do número de navios sequestrados em 2009, comparativamente a 2008.

Por último, gostaria de abordar a questão do apoio que devemos prestar à realização de uma cimeira internacional sobre a pirataria na Somália, porque há que melhorar as relações internacionais para resolver estes problemas em terra, e porque há que melhorar o diálogo internacional.

Chris Davies (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, hoje, muitos nesta Câmara felicitaram o povo irlandês pelo seu bom senso em rejeitar os apelos de Nigel Farage e do UKIP (Partido da Independência do Reino Unido) e pela votação por esmagadora maioria a favor do Tratado de Lisboa.

Os Deputados deveriam, talvez, solidarizar-se também com o povo britânico, pois temos de aturar o Sr. Farage diariamente. A uma maioria de dois para um na Irlanda, chama ele uma "vitória dos valentões". Lamento, mas as palavras deste senhor são demasiado típicas de um homem que usa a distorção e o engano e, por vezes, autênticas mentiras ao falar sobre a União Europeia. Com demasiada frequência, as suas palavras não são contestadas pelos jornalistas.

No entanto, a hipérbole e o exagero podem transformar-se em insanidade. Agora, anda a comparar a campanha realizada na Irlanda, com a brutalidade das últimas eleições no Zimbabué. Descreve o Tratado, que dá a cada Estado-Membro o direito de sair da União, como um fim da independência. No entanto, devemos ser compassivos. O Parlamento tem um serviço médico. Senhor Presidente, convido V. Exa. a pedir aos "senhores de bata branca" para oferecerem os seus serviços ao nosso colega. Da sua boca jorram disparates sobre a Europa, mas pelo menos os tais senhores podem ajudar a garantir que o nosso colega não se engasga com tanto despautério.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Gostaria de me referir, aqui, no Parlamento Europeu, à declaração proferida pelos bispos polacos e alemães por ocasião do 70º aniversário do desencadear da Segunda Grande Guerra. Neste momento particular, em que o pensamento de muitas pessoas se vira para esses eventos traumáticos, chamam-nos a atenção para o facto de que devemos ter um cuidado especial com a geração nova, de modo a que esta possa aprender, de forma apropriada e rigorosa, a verdade sobre a história e, sobre essa verdade, construir um futuro comum.

É impossível deixar de recordar aqui a primeira carta dos bispos polacos aos bispos alemães, de 1965, que encorajava a reconciliação e o estabelecimento de relações de parceria entre os nossos países.

Hoje, como nessa altura, preocupamo-nos em construir relações de confiança e amizade entre as nossas nações. No entanto, apesar de nos encontrarmos nesta estrada comum da reconciliação, estamos, hoje, num local diferente. Vamos criar em conjunto uma Europa comum, uma Europa da cooperação e da amizade, uma Europa de valores baseados em raízes cristãs, e que foram as bases da criação da Europa pelos pais fundadores da Comunidade Europeia. Por conseguinte, no interesse e a bem do nosso futuro comum, deveríamos tomar boa nota dos avisos e recomendações que constam da declaração comum dos bispos polacos e alemães.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D). – (HU) Senhoras e Senhores Deputados, hoje já aqui se falou muito sobre as questões das minorias. Gostaria de lhes apresentar um exemplo positivo relacionado com esta questão. A Sérvia adoptou uma lei sobre a autonomia cultural que é única em toda a Europa, e que é positiva não exclusivamente para todo o conjunto da União Europeia, como também para toda a Europa.

Nos termos desta lei, 13 minorias, incluindo os eslovacos, os romenos, os húngaros e outros povos, podem eleger directamente os seus próprios conselhos nacionais. Estes conselhos nacionais são financiados a cargo do orçamento e podem, ao abrigo desta autonomia cultural, gerir e controlar as instituições competentes. A outra lição a reter é que as minorias foram associadas à elaboração desta lei. Por conseguinte, a Sérvia pode servir de exemplo a muitos Estados-Membros da UE, como a França e a Eslováquia, entre outros, sobre como

garantir, através da legislação, os direitos das minorias. Desta forma, a Sérvia deu um grande passo na via da integração europeia.

Iuliu Winkler (PPE). - (EN) Senhor Presidente, sendo um eurodeputado húngaro proveniente da Roménia, não vou falar hoje sobre a língua eslovaca, embora até tivesse boas razões para o fazer. Em vez disso, pretendo falar sobre a nossa decisão de hoje de criar uma comissão especial para a crise económica.

Esta decisão demonstra a responsabilidade do nosso Parlamento perante o maior desafio actualmente enfrentado pela Europa. A comissão especial vai reafirmar a posição da União Europeia relativamente à nova governação financeira global, mas vai também interagir com os Estados-Membros, visando a melhor aplicação de medidas comunitárias destinadas a gerar crescimento económico sustentável.

É essencial para os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental receberem o apoio necessário para a recuperação económica. A coordenação dos esforços de recuperação deve ser mais eficiente, sendo a coordenação melhorada não apenas uma responsabilidade dos governos, mas também uma responsabilidade de Bruxelas.

Estamos perante uma perspectiva económica extremamente complexa, acompanhado, além disso, pela iminência de graves conflitos sociais. É por isso que a União Europeia tem de apresentar a resposta mais eficaz ao agravamento da situação na região e esta Câmara deve mostrar liderança nesta matéria.

Izaskun Bilbao Barandica (ALDE). - (ES) Senhor Presidente, há uns dias atrás, trinta e seis pessoas foram sequestradas enquanto pescavam em águas do Oceano Índico a coberto de um acordo aprovado pela Comissão Europeia.

Em 15 de Setembro, denunciei a situação de risco em que estes trabalhadores, indefesos e sem qualquer ajuda, exercem a sua actividade. Propus medidas concretas, mas nada foi feito.

Lamentavelmente, por essa razão, estamos agora aqui a ter de falar de pessoas que foram sequestradas e se encontram nas mãos dos piratas.

Solicito, pois, à Comissão Europeia que recomende, com insistência, aos Estados-Membros a incorporação de militares nos navios de pesca, e que dirija esta recomendação concretamente ao Governo espanhol, pois esta é uma medida que se tem revelado eficaz. A França está a aplicá-la e os resultados estão à vista.

Este Parlamento reconheceu, numa resolução, que o sector da pesca está indefeso, pois foi dada prioridade à marinha mercante. Também o responsável da Comissão Europeia por esta matéria o reconheceu na véspera do sequestro, e, por conseguinte, apelamos a que a mesma protecção seja alargada aos navios de pesca.

Apelo igualmente ao Presidente para que exprima e transmita a nossa solidariedade e apoio aos que foram sequestrados, e às suas famílias, e convide o capitão do navio, depois de libertado, a vir a este Parlamento.

Ádám Kósa (PPE). - (HU) Já houve muitas intervenções que incidiram sobre a questão das minorias. Gostaria também de chamar a atenção para os 50 milhões de pessoas com deficiência que vivem na União Europeia. Considero-as a maior minoria. A crise financeira está a afectar em particular estas pessoas. Importa salientar que estas pessoas são sempre as primeiras a perder os empregos, a ver os seus rendimentos serem reduzidos, a ter poucas oportunidades de subsistência e a sofrer uma redução do seu nível de vida, para não mencionar já o apoio cada vez mais diminuto que é concedido às organizações que as representam.

A maior lição a retirar da actual crise é que vale a pena investir nas pessoas, inclusive numa base individual, e que é até mesmo preferível a outros tipos de investimento. É responsabilidade dos decisores políticos e económicos ter em consideração as pessoas com deficiência. Insto-os a fazerem tudo o que puderem por estas pessoas, para lhes darem um tratamento mais justo. E se saliento esta questão é porque 50 milhões de pessoas podem ter uma grande influência na União Europeia, e é do nosso interesse garantir a igualdade de oportunidades na sociedade.

Nessa Childers (S&D). - (EN) Senhor Presidente, é claro que estou muito satisfeita por o Tratado de Lisboa ter sido aprovado no meu país. No entanto, viu-se durante esta tarde que o debate sobre o Tratado Reformador foi dividido entre uma realidade e uma ilusão, e não podemos ficar parados à sua sombra. A realidade é que o mundo mudou radicalmente nas últimas décadas, e uma parte cada vez maior deste está agora em competição connosco num mercado globalizado.

É muito simples: a Europa terá de se comportar de forma mais coerente, se quiser ter prosperidade. O Tratado obriga agora as instituições europeias a serem mais democrática e mais sensíveis ao povo europeu na sua

individualidade. A Carta dos Direitos Fundamentais insiste neste ponto. Não nos podemos dar ao luxo de agir apenas no interesse das nossas próprias nações, precisamos de reforçar a União que cada um de nós representa. Como fizemos no nosso referendo, temos de continuar a comunicar quem e o que somos.

Iosif Matula (PPE). – (RO) No decurso da actual crise económica, os fundos europeus constituem instrumentos-chave para ajudar as regiões menos desenvolvidas dos Estados-Membros a alcançar os objectivos de convergência.

Entre o momento em que estes objectivos são especificados e o momento em que os fundos são efectivamente recebidos pelos beneficiários, há um processo longo, e não propriamente simples, um processo que é também entravado por uma série de regulamentos burocráticos da UE. Numa altura em que nós, eurodeputados, estamos a realçar os efeitos da crise económica e a adoptar medidas tendentes a acelerar o processo e a simplificar as regras de acesso a estes fundos, os Estados-Membros só vão beneficiando destas medidas lentamente, e não em pleno.

Relativamente a este ponto, gostaria de mencionar um exemplo específico da Roménia. Projectos financiados pelo Fundo Social Europeu, que visam melhorar as condições de vida dos trabalhadores e aumentar o número de empregados em determinadas empresas, continuam a deparar-se com problemas durante a sua implementação.

Gostaria de pedir que as medidas destinadas a simplificar os processos de acesso aos fundos fossem aceleradas de molde a facilitarem a criação de postos de trabalho em certas regiões da Europa.

Alan Kelly (S&D). – (EN) Senhor Presidente, é com extrema premência que apelo ao Parlamento para zelar por que os 14,8 milhões de euros prometidos aos trabalhadores do centro-oeste da Irlanda, em zonas como Limerick, Kerry e Tipperary, que trabalhavam para a Dell Computers e seus fornecedores, sejam afectados com a maior brevidade possível. Este dinheiro foi prometido, numa recente visita a Limerick, pelo Presidente da Comissão Europeia no âmbito do Fundo de Ajustamento à Globalização. Não é possível voltar atrás com esta promessa e, quaisquer que sejam os problemas que possam existir relativamente ao protocolo e à forma como o Fundo é administrado, estes têm de ser ultrapassados de imediato. O Parlamento não pode protelar este pagamento, que conferirá à região um muito necessário estímulo económico. Em dada altura estimava-se que a Dell e os seus fornecedores empregavam uma em cada cinco pessoas em todo o centro-oeste da Irlanda, o que significa que esta zona foi duramente atingida.

É por esta razão que exorto a Comissão a rever as normas em matéria de auxílios de Estado. Estas normas foram elaboradas em 2006, antes do enorme choque provocado pela perda da Dell e de outras indústrias relacionadas. Exorto a Comissão a incluir o centro-oeste da Irlanda como zona de elevado nível de desemprego na revisão das normas relativas aos auxílios de Estado no próximo ano, para que ela possa candidatar-se ao agora muito necessário financiamento comunitário.

Csaba Sógor (PPE). – (HU) Senhor Presidente, o papel do Parlamento Europeu – e cito o seu Presidente – é ser, se possível, o mediador entre partes e países em litígio. O Parlamento não deve envolver-se unicamente no combate aos incêndios, como deve contribuir também para a prevenção dos mesmos.

O Parlamento deveria adoptar, por exemplo, uma lei-quadro relativa às minorias que garantisse os direitos das minorias. As minorias têm o direito a sentir-se seguras. Essa lei-quadro ajudaria a garantir que as minorias não estão à mercê dos governos, de organizações extremistas e de medidas como a lei sobre a língua eslovaca, que penaliza as minorias por se expressarem na sua língua materna. É inadmissível que no interior da União Europeia se proíbam as organizações de minorias, que os sinais bilingues com os nomes das localidades sejam apagados com tinta e que as organizações extremistas organizem manifestações que instiguem contra as minorias.

Faz parte do papel do Parlamento Europeu implementar legislação que proteja os direitos humanos, que evite a discriminação e que garanta que as minorias vivam como seres humanos de pleno direito na terra onde nasceram.

Ricardo Cortés Lastra (S&D). – (ES) Senhor Presidente, face ao sequestro do navio de pesca espanhol *Alakrana* por piratas, no Oceano Índico, quero sublinhar a firme determinação do Governo espanhol de, com o apoio da União Europeia, libertar os 36 tripulantes – 16 dos quais são espanhóis –, trazendo-os de volta sãos e salvos, e entregar os sequestradores à justiça.

Graças à operação Atalanta, uma missão da UE iniciada em Dezembro de 2008 por iniciativa da França e Espanha, a que entretanto outros países da União aderiram, contamos hoje com um destacamento considerável

de forças na zona. Todavia, o alargamento da área de protecção não abrange a zona onde os pescadores exercem a sua actividade, daí o nosso apelo aos armadores, para que não saiam da área de segurança, e à União Europeia e aos seus Estados-Membros, para que concedam uma extensão da protecção a sul da área abrangida pela Operação Atalanta, bem como mais meios para assegurar a livre circulação dos 20 000 navios que percorrem as águas de um oceano cuja superfície é três vezes superior à Mediterrâneo.

Embora o destacamento tenha garantido o acesso dos navios mercantes que transportavam para a Somália 227 000 toneladas de alimentos do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas, importa agora fazermos um esforço para dar cobertura, também, ao trabalho das dezenas de navios de pesca da UE que exercem a sua actividade naquela zona.

Por último, instamos os Estados-Membros a mobilizar os seus serviços de informação e segurança a fim de procurar e deter os intermediários que fornecem pistas aos piratas, e se cobram pelos resgates, actuando a partir de território europeu.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, nas últimas duas horas e nas últimas semanas tem-se falado muito na Irlanda sobre o défice de comunicação e sobre a necessidade de aproximar a Europa dos cidadãos.

Tenho uma sugestão a fazer: julgo que deveríamos debater em breve esta questão aqui, no Parlamento, sobretudo no sentido de ficarmos a conhecer a opinião dos senhores deputados sobre a forma como a Comissão e os próprios deputados ao PE podem envolver-se em toda esta matéria, já que os governos nacionais se têm mostrado relutantes em reconhecer aquilo que a União Europeia faz e, por consequência, os cidadãos também não estão conscientes disso.

Agora, com o aumento das nossas competências e oportunidades, devemos aproveitar a ocasião para debater a questão neste Parlamento e apresentar métodos e propostas sobre como poderemos realmente ajudar a colmatar esse défice e a aproximar a Europa dos seus cidadãos. Seria um exercício que valeria bem a pena fazer.

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) Em Junho de 2009, o Conselho Europeu convidou a Comissão Europeia a elaborar e a apresentar, por volta dos finais de 2010, uma estratégia para a região do Danúbio.

A Comissão Europeia e os Estados-Membros deviam adoptar uma estratégia comum europeia que combine as actuais iniciativas para o Danúbio com a promoção da importância deste rio como parte das políticas da União Europeia. A estratégia para a região do Danúbio devia concentrar-se nos objectivos e projectos comuns nos domínios dos transportes, da energia, do ambiente e da cooperação cultural.

No ano passado, a Comissão dos Transportes e do Turismo do Parlamento Europeu organizou uma delegação para a região do Danúbio encarregada de descobrir e promover o potencial oferecido por este rio, como parte das políticas da UE. Uma das principais conclusões a que chegou esta delegação foi a criação no Parlamento Europeu de um inter-grupo para promover o Rio Danúbio. A criação deste inter-grupo ajuda o Parlamento Europeu a reafirmar o seu compromisso de se envolver na elaboração de uma estratégia para a região do Danúbio e na sua implementação, e de apoiar ambas activamente.

Teresa Riera Madurell (S&D). – (ES) Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção da Assembleia para o facto de, no passado dia 27 de Setembro, se ter celebrado o Dia Mundial do Turismo, na sua 30ª edição, sob o lema "O Turismo, consagração da diversidade", numa altura em que todos esperamos a rápida entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que incorpora o turismo como um novo domínio de acção da União Europeia.

Um dos desafios do sector consiste em melhorar a oferta de experiências turísticas para todos, sem discriminação.

Como se assinala na Declaração de Montreal, o acesso ao lazer turístico para todos implica necessariamente a luta contra as desigualdades e contra a exclusão dos que têm uma cultura diferente, possuem menos meios económicos, sofrem algum incapacidade física ou vivem num país em desenvolvimento.

O Parlamento traduziu esta ambição num projecto-piloto sobre turismo social que a Comissão irá desenvolver este ano. Fê-lo, também, porque o turismo social contribui para o aumento da taxa de emprego, na medida em que combate a sazonalidade – um dos grandes problemas do sector – e cria mais igualdade, mais emprego, e postos de trabalho de maior duração.

Senhoras e Senhores, são precisamente esses os objectivos por que nos batemos.

María Paloma Muñiz De Urquiza (S&D). – (ES) Senhor Presidente, há poucas horas apenas, morreu em Herat, no Afeganistão, o soldado espanhol Cristo Ancor Cabello. Integrava a Força Internacional de Assistência à Segurança, uma força destacada sob mandato das Nações Unidas em que soldados de muitas e diferentes nacionalidades levam a cabo um trabalho duríssimo, merecedor do nosso reconhecimento, para melhorar as condições de vida e de segurança da população civil afegã.

Peço-lhe, Senhor Presidente, que transmita as condolências do Parlamento Europeu à família deste soldado, bem como o nosso apoio e solidariedade aos seus companheiros, entre os quais há cinco feridos.

Senhor Presidente, quero ainda acrescentar que o Governo espanhol mantém o seu firme compromisso com a segurança de todas as tropas destacadas em missões de paz no exterior, não apenas no Afeganistão mas também noutros lugares do mundo.

Vasilica Viorica Dăncilă (S&D). – (RO) As duas últimas séries do alargamento da União Europeia trouxeram numerosos benefícios tanto aos antigos como aos novos Estados-Membros, ao mesmo tempo que suscitam alguns desafios.

Dois anos após a sua adesão à União Europeia, a Roménia é um dos países com os mais baixos índices de êxito em termos de acesso aos fundos europeus. O processo de acesso aos dinheiros europeus é bastante complicado e impenetrável. Os Fundos Estruturais e de Coesão proporcionam empréstimos financeiros que podem facilitar a recuperação económica, particularmente durante a actual crise.

Contra este pano de fundo, sinto que temos necessidade de regras simples para aceder aos Fundos Estruturais, de molde a permitir ao dinheiro europeu chegar o mais rapidamente possível aos seus beneficiários. Cumpre concentrar particular atenção na remoção de todas as dificuldades que entravam o acesso aos fundos comunitários e desencorajam as pessoas de obter apoio financeiro da UE.

Temos de incentivar os esforços a nível europeu que visem simplificar os métodos de acesso aos fundos reservados para a Roménia acelerar a sua distribuição e rápida absorção.

Presidente. - Está encerrado o debate.

(A sessão, suspensa às 20H40, é reiniciada às 21H00)

PRESIDÊNCIA: KOCH-MEHRIN

Vice-presidente

19. Composição do Parlamento: Ver Acta

20. Nomeações na Comissão Especial para a Crise Financeira, Económica e Social (Prazo de entrega): Ver Acta

21. Prevenção e resolução dos conflitos de competência em processo penal (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A7-0011/2009), da deputada Renate Weber, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, sobre uma iniciativa da República Checa, da República da Polónia, da República da Eslovénia, da República Eslovaca e do Reino da Suécia tendo em vista a aprovação de uma decisão-quadro 2009/.../JAI do Conselho relativa à prevenção e resolução de conflitos de exercício de competência em processo penal (08535/2009 - C7-0205/2009 - 2009/0802(CNS)).

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, sendo a primeira vez que intervenho perante este novo Parlamento, gostaria de a felicitar pela sua eleição para Vice-Presidente.

No que se refere à pergunta da senhora deputada Weber, devo dizer que vou falar em nome do Senhor Vice-Presidente Barrot. Gostaria antes de mais de agradecer à relatora e aos membros da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos a excelente qualidade do seu trabalho. A Comissão congratula-se com o relatório e apoia algumas das alterações propostas. A Comissão é globalmente favorável à proposta apresentada por cinco Estados-Membros, embora o texto não seja tão ambicioso como ela gostaria. Mais concretamente, a Comissão lamenta o facto de o campo de acção da Decisão-quadro ter sido limitado ao caso de uma mesma pessoa ser objecto de processos penais paralelos pelo mesmo facto. A Comissão lamenta também que a obrigatoriedade de remeter para a Eurojust os casos de conflitos de jurisdição ter sido

limitada e que a lista dos critérios a ter em conta para determinar o tribunal melhor colocado ter sido eliminada da parte operacional do texto. Estas alterações enfraqueceram o texto da proposta, retirando-lhe a maior parte do seu valor acrescentado.

Do ponto de vista da Comissão, a proposta apenas deve ser considerada como uma primeira etapa para a prevenção e a resolução dos conflitos de jurisdição no âmbito dos processos penais, devendo posteriormente ser substituída por uma proposta mais exaustiva. A Comissão irá igualmente reflectir sobre esta matéria à luz das alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, que espero que entre em vigor o mais rapidamente possível.

Renate Weber, relatora. – (EN) Senhora Presidente, o resultado positivo do referendo irlandês sobre o Tratado de Lisboa aproxima-nos mais um pouco do momento em que o Parlamento Europeu não só será consultado pelo Conselho, mas também terá poderes de co-decisão sobre as questões que estão agora ao abrigo do terceiro pilar.

A questão que então se coloca é a seguinte: por que razão está o Conselho tão interessado em adoptar legislação alguns meses antes dessa data, quando, além do mais, essa legislação não representa um passo em frente na criação de um verdadeiro espaço europeu de liberdade, segurança e justiça? A verdade é que esta proposta não ajuda a prevenir eventuais conflitos de competência, nem prevê qualquer solução quando tais situações emergem. Isso poderia ser feito, por exemplo, reduzindo a competência múltipla e atribuindo competência aos Estados-Membros, como foi feito através de vários regulamentos em matéria de direito civil, com a obrigação de reconhecimento mútuo das decisões que se seguiram a essa atribuição de competência. Em vez disso, a presente Decisão-quadro limita-se a um dever dos Estados-Membros de se informarem uns aos outros e de procederem a consultas directas, para identificarem "uma solução efectiva, de natureza consensual, destinada a evitar as consequências negativas da condução de processos paralelos".

Foi por esta razão que não fiquei surpreendida quando, durante a troca de pontos de vista na Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, há algumas semanas, a Comissão – apesar de apoiar a presente proposta – mencionou que apresentaria uma nova proposta numa fase posterior. Foi por esta razão também que não fiquei surpreendida com aquilo que o Senhor Comissário disse aqui esta noite. Agradeço à Comissão por ter sido tão honesta em relação à proposta, mas devo dizer que considero esta proposta e todo o procedimento para a sua aprovação um bom exemplo de como não devemos legislar no âmbito da União Europeia. Acredito firmemente que o importante é proteger os direitos dos cidadãos e não apenas pôr vistos nos sítios certos. A propósito, o Conselho não está aqui presente hoje, embora a Presidência tenha sido um dos proponentes. Devo salientar que, no Parlamento Europeu, fizemos o nosso trabalho com muita seriedade. Trabalhámos de boa-fé durante o mandato anterior e este, e espero que tenhamos conseguido passar a mensagem relativamente às nossas ideias para obter uma legislação mais eficaz.

Aquilo com que me congratulo nesta proposta é que o texto actual refere explicitamente o princípio *ne bis in idem*, o que ficou a dever-se à troca de impressões que tivemos com o Conselho e a Comissão, já que o texto original proposto não o mencionava de todo. O relatório que elaborei presta especial atenção a três aspectos.

Em primeiro lugar, julgo que a protecção de pessoas formalmente acusadas deve receber a maior atenção e devem estar previstas garantias processuais consistentes. Estas devem incluir o direito da pessoa formalmente acusada a receber informação suficiente que lhe permita dispor de uma base a partir da qual possa contestar qualquer solução que não pareça ser razoável. Em segundo lugar, no que se refere aos pormenores relativos à pessoa formalmente acusada que as autoridades nacionais trocam através das notificações, defendo a ideia de que é importante garantir um nível adequado de protecção de dados e de que deve ser especificado na presente Decisão-quadro qual o tipo de dados pessoais que são trocados.

Por último mas não menos importante, acredito firmemente que o envolvimento da Eurojust na decisão sobre a escolha da jurisdição é da maior importância. Na minha opinião, a Eurojust deve ser envolvida desde o início, devido ao seu papel de coordenação e às suas atribuições cada vez mais relevantes. Sou daqueles que consideram que criámos esta Agência não só para mostrar que estamos preocupados com o combate à criminalidade transfronteiriça, mas também porque precisamos de instrumentos fortes. Nos anos que decorreram desde a sua criação, a Eurojust já demonstrou que merece a nossa confiança. É por isso que estou surpreendida com a relutância demonstrada pelo Conselho e por alguns colegas do Parlamento Europeu. Dito isto, gostaria de pedir à Comissão Europeia que apresente, o mais rapidamente possível, uma proposta que complete esta Decisão-quadro sobre os conflitos de competência. Termina, agradecendo aos relatores-sombra a forma como trabalharam neste relatório.

Monica Luisa Macovei, *em nome do Grupo PPE*. – (EN) Senhora Presidente, também eu gostaria de começar por agradecer à relatora a excelente cooperação que tivemos nesta matéria. Na minha qualidade de relatora-sombra do Grupo PPE, gostaria de apresentar a posição do meu grupo sobre a Decisão-quadro tal como está e também, naturalmente, sobre as alterações.

A posição do PPE difere da posição da relatora em dois aspectos. O primeiro é o grau de envolvimento da Eurojust na comunicação directa entre as autoridades nacionais. Embora a relatora peça a participação obrigatória da Eurojust em todos os casos, desde a fase inicial de comunicação, julgamos que o envio para a Eurojust só deverá ocorrer quando as autoridades nacionais não conseguirem chegar a um consenso, porque, afinal de contas, tal como está, esta iniciativa refere-se à comunicação directa.

Também nós gostaríamos de reforçar a Eurojust e a sua participação na cooperação judiciária. A nossa posição sobre esta matéria visa apenas evitar a burocracia. Se houver a possibilidade de as duas partes chegarem a um consenso, porquê introduzir um outro órgão e um outro procedimento? Julgamos e concordamos que a Eurojust deve desempenhar o seu papel, caso as partes não cheguem a um consenso, mas quando não houver problemas damos às autoridades nacionais a possibilidade de manterem contactos bilaterais directos, o que também aumenta a confiança do público.

O segundo aspecto refere-se a outra proposta de alteração que alarga a competência da Eurojust para além do previsto no artigo 4º da Decisão Eurojust. Parece-nos que este assunto, se é para ser discutido, deverá ser abordado em relação à Decisão Eurojust, através da porta principal. É por isso que vamos votar contra estas alterações.

No entanto, não existem pontos-chave, pelo que vamos votar a favor do relatório, visto que queremos incentivar o intercâmbio de informações entre as autoridades nacionais. Apoiamos também a alteração oral hoje apresentada.

Finalmente, gostaria de salientar que o PPE está empenhado numa maior cooperação judiciária e apoia uma política europeia que ajude os cidadãos a disporem das mesmas garantias e a terem acesso aos mesmos procedimentos em todos os Estados-Membros.

Monika Flašíková Beňová, *em nome do Grupo S&D*. – (SK) Uma política de direito penal que protege os direitos humanos fundamentais das pessoas envolvidas no processo penal constitui uma das prioridades da Comunidade Europeia.

O projecto de decisão-quadro surgiu de uma iniciativa da Presidência checa e prevê um quadro jurídico para a protecção das pessoas envolvidas em processos penais e, em particular, para reforçar a adesão ao princípio *ne bis in idem*. Na minha opinião, a aprovação desta proposta legislativa é essencial, não só para proteger as pessoas envolvidas em processos penais, mas também para aumentar a segurança jurídica ao dispor dos cidadãos dos Estados-Membros.

O mecanismo de resolução de conflitos do exercício da jurisdição deve proporcionar uma forma de eliminar as situações em que um certo número de Estados-Membros instaurar processos penais contra uma mesma pessoa e pelo mesmo crime. Também deve descartar a possibilidade de múltiplas decisões serem emitidas em relação a um mesmo processo.

A decisão-quadro impõe aos Estados-Membros a obrigação de informar os restantes sobre a existência de processos penais paralelos, mas não estabelece um mecanismo jurídico abrangente para resolvê-los. Vejo falhas principalmente na imprecisão do texto jurídico que, na maioria dos casos, não especifica quaisquer prazos para o cumprimento das obrigações estipuladas. Ao mesmo tempo, o papel da Eurojust não é claro e há também uma falha na exploração do potencial desta instituição para a resolução de conflitos de exercício da jurisdição.

É essencial dar particular ênfase à defesa dos direitos humanos fundamentais das pessoas envolvidas, por outras palavras, os suspeitos e arguidos em todas as fases do processo penal e, garantindo também ao mesmo tempo, um nível equivalente de protecção de dados pessoais. Devemos, por conseguinte, concentrar a nossa atenção na iniciativa legislativa da Comissão, intitulada "Transferência de processos penais", que, aparentemente, solucionará este problema de forma muito mais abrangente. É essencial apoiar este projecto, mesmo que haja problemas práticos na resolução de conflitos do exercício da jurisdição no processo penal. Nesta perspectiva, a aliança progressista dos socialistas e democratas apoia o projecto, embora insista na prestação de protecção suficiente às pessoas envolvidas em processos penais e, ao mesmo tempo, num reforço do papel da Eurojust e numa maior eficiência para o mecanismo na sua totalidade.

Louis Bontes (NI). – (NL) Senhora Presidente, o Partido da Liberdade holandês (PVV) não vê qualquer benefício nesta proposta. É à Holanda, e à Holanda apenas, que cabem as decisões sobre o exercício de competência. O que nos parece é que são feitas cada vez mais propostas que, em última análise, se traduzem na harmonização da legislação penal dos Estados-Membros. Exemplos disto são a acreditação dos laboratórios forenses, a harmonização da política em matéria de intérpretes, a transferência dos registos criminais. O PVV interroga-se sobre qual a direcção que tudo isto está a tomar. Não apoiamos a instituição de um código penal europeu, nem de um código europeu do processo penal. Isto mais parece a tática do salame, em que nos vão enfiando fatias finas pela garganta abaixo, até que acabamos por comer a salsicha toda.

Agustín Díaz de Mera García Consuegra (PPE). – (ES) Senhora Presidente, gostaria de começar por agradecer e dar os parabéns à minha amiga, senhora deputada Weber, pelo excelente trabalho que desenvolveu na elaboração deste relatório.

Minhas Senhoras e meus Senhores, como sabem, a cooperação judicial vai passar a ser uma das áreas de responsabilidade legislativa do Parlamento Europeu num futuro muito próximo.

O povo irlandês já se pronunciou pela via do referendo e, em minha opinião, a sua decisão foi positiva e correcta.

Os cidadãos europeus esperam que o espaço de liberdade, segurança e justiça se torne uma realidade e que os seus direitos processuais sejam respeitados e garantidos por igual, independentemente do lugar do território comunitário em que se encontrem.

A nossa obrigação, portanto, é procurar que as referidas garantias processuais sejam respeitadas em todos os Estados-Membros.

Quando se verifica um conflito de exercício de competência "positivo" entre diferentes Estados-Membros, importa resolvê-lo o mais rapidamente possível, a fim de proteger o cidadão e evitar qualquer risco de violação do princípio jurídico *ne bis in idem*.

Para tal, a cooperação e a comunicação entre os órgãos judiciais envolvidos no conflito de competência é fundamental.

No relatório em apreço, também se analisa a questão de saber qual o papel do Eurojust, e qual o papel que este organismo deveria desempenhar quando ocorrem estes conflitos de exercício de competência.

A relatora defende a ideia de que o Eurojust deve ser informado de qualquer conflito que ocorra, mesmo no caso de este ter sido resolvido de forma bilateral entre os órgãos judiciais envolvidos.

Ao invés, a relatora-sombra do meu grupo, senhora deputada Macovei, considera que, a fim de reduzir a burocracia, o Eurojust só deveria ser informado nos casos em que não tenha sido possível chegar a acordo perante os tribunais envolvidos.

Creio que a razão está do lado da senhora deputada Macovei.

Outro aspecto a assinalar é que, no seu relatório, a senhora deputada Weber insta a Comissão a apresentar, quanto antes, uma proposta complementar à decisão-quadro, na qual se estabeleçam normas para a resolução de conflitos de exercício de competência "negativos".

Daciana Octavia Sârbu (S&D). – (RO) Gostaria de principiar por felicitar a relatora pelo excelente trabalho que realizou. Desejo igualmente acentuar que acções conjuntas a nível europeu são extremamente importantes para reforçar a liberdade, a segurança e a justiça. Saúdo esta iniciativa destinada a resolver os conflitos de competência, porque os Estados-Membros se vêem frequentemente confrontados com problemas relacionados com o reconhecimento mútuo de decisões judiciais em processos penais.

Não deviam existir quaisquer diferenças processuais entre os Estados-Membros, quando se trata de proteger pessoas acusadas. De facto, devíamos adoptar medidas que garantam que qualquer pessoa acusada possa usufruir de garantias processuais em toda a parte da Europa. No que diz respeito ao intercâmbio de informações entre países, necessário se torna reflectir profundamente sobre a necessidade de proteger dados pessoais e de estabelecer o tipo de dados que podem ser transferidos.

Queria realçar a importância das consultas directas entre as autoridades dos países da União Europeia, de molde a eliminar a condução de processos paralelos e evitar situações em que as instituições relevantes de determinado país tenham de ditar de modo subjectivo sentenças por acusações feitas contra indivíduos,

devidas, na maior parte dos casos, a falta de informação. No futuro, devíamos propor, igualmente, um reforço do papel desempenhado pela Eurojust na solução de todos os conflitos, e estabelecer uma cooperação mais estreita entre os Estados-Membros, também para benefício dos cidadãos da UE.

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) Gostaria de principiar por felicitar a relatora e co-relatores pelo excelente trabalho que fizeram. Gostaria ainda de usar a minha intervenção para realçar duas das questões mencionadas pela relatora-sombra do meu grupo político, a senhora deputada Macovei.

A primeira questão diz respeito à confiança do público no sistema judicial, coisa que me parece extremamente importante, numa época em que as nossas democracias, as democracias dos Estados-Membros, não podem ser consideradas sem esta confiança no sistema judicial. Pessoalmente, creio ser necessário fazer tudo quanto seja possível para garantir que essa confiança será sempre uma característica da nossa vida pública.

Em segundo lugar, gostaria de acentuar a necessidade de reduzir a burocracia envolvida na administração do sistema judicial. O intercâmbio de informações entre autoridades é, certamente, importante, mas, igualmente importante é que o acto da administração da justiça se não torne tão atascado em burocracia que fique reduzido o nível de protecção de que qualquer liberdade individual devia gozar.

Petru Constantin Luhan (PPE). – (RO) Desejo felicitar a relatora e a co-relatora pelo excelente trabalho que levaram a cabo. Aplaudo esta iniciativa relativa a uma decisão-quadro sobre a prevenção e resolução de conflitos do exercício de competência em processo penal. Gostaria também de fazer uma observação importante. Esta proposta relativa a uma decisão-quadro destina-se a tratar apenas de conflitos positivos de competência. Não existe qualquer disposição destinada a tratar de conflitos negativos de competência.

Creio que a Eurojust só devia ser envolvida onde quer que as partes interessadas não consigam chegar a um acordo comum. O princípio básico desta directiva é dar início à comunicação directa entre autoridades relevantes dos Estados-Membros. É igualmente no interesse da pessoa envolvida que o processo seja tão breve quanto possível para evitar uma investigação do mesmo incidente em dois países diferentes.

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, é um facto, como já referi, que a proposta não é tão ambiciosa como a Comissão desejaria, facto que a relatora reforçou muito bem, aliás, na sua intervenção.

Contudo, a Comissão apoia-a como uma primeira etapa para a prevenção e a resolução dos conflitos de competências no âmbito dos processos penais. Para já, é evidentemente impossível prever quando é que arrancará a segunda etapa. A decisão será tomada posteriormente, em função dos desenvolvimentos relativos à entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que desejo do fundo do coração, como é óbvio.

O conteúdo desta nova potencial iniciativa dependerá do resultado do estudo de impacto que a Comissão deverá realizar. Claro que transmitirei todos os vossos comentários ao Senhor Vice-Presidente Barrot. Agradeço-lhes mais uma vez a realização deste debate.

Renate Weber, relatora. – (EN) Senhora Presidente, os grupos políticos desta Assembleia deixaram bastante claro qual era a sua posição sobre este relatório e sobre as questões sensíveis que o rodeiam, em particular a questão da Eurojust. Na verdade, parece que a questão mais importante e mais sensível é a nossa posição relativamente à Eurojust.

No entanto, sinto-me agora muito mais confiante em relação ao futuro da presente Decisão-quadro, depois de ouvir o Senhor Comissário Tajani falar, em seu próprio nome e em nome do Vice-Presidente Jacques Barrot, sobre a melhor forma de obtermos algo mais eficaz que aborde claramente não só os conflitos positivos de competência, como também os conflitos negativos de competência.

Presidente. - Está encerrado o debate. A votação terá lugar na quarta-feira, dia 8 de Outubro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

John Attard-Montalto (S&D), por escrito. – (EN) O Programa da Haia aborda o caso de conflitos de competência em matéria penal, que podem ser relevantes quando ocorrem actividades criminosas transfronteiras. Quatro Estados-Membros apresentaram propostas concretas com o objectivo de prevenir e resolver conflitos de competência em processo penal. A questão refere-se a uma situação em que a mesma pessoa ou as mesmas pessoas são objecto de processos penais em diferentes Estados-Membros relativamente aos mesmos factos. Isto pode conduzir à violação do princípio judicial *ne bis in idem* (uma pessoa não pode ser julgada de novo se já o foi anteriormente). As medidas propostas são louváveis e consistem:

- num procedimento para o estabelecimento de contactos entre as autoridades competentes dos Estados-Membros, o que irá confirmar ou não a existência de processos penais paralelos;
- em normas que regem o intercâmbio de informações entre as autoridades dos Estados-Membros que conduzem esses processos penais;
- em evitar consequências adversas, através de um consenso entre os Estados-Membros.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), por escrito. – (LT) A presente Decisão-quadro não deveria conduzir a uma burocracia excessiva nos casos em que, para os problemas em causa, existam já outras opções adequadas. Por esta razão, em situações em que existem instrumentos ou acordos mais flexíveis entre os Estados-Membros, são estes que devem prevalecer sobre esta Decisão-quadro, desde que não reduzam o nível de protecção conferido ao suspeito, arguido ou acusado. Nos casos em que o suspeito, arguido ou acusado se encontra detido ou em prisão preventiva, as consultas directas devem visar alcançar um consenso com carácter de urgência. Em todas as etapas da consulta, a protecção dos dados do suspeito, arguido ou acusado devem cumprir os princípios estabelecidos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e na Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

22. Indemnização dos passageiros em caso de falência de uma companhia aérea (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0089/2009) apresentada pelo deputado Brian Simpson, em nome da Comissão dos Transportes e do Turismo, à Comissão, sobre a indemnização dos passageiros em caso de falência de uma companhia de aviação (B7-0210/2009).

Brian Simpson, autor. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao Senhor Comissário Tajani por estar aqui connosco esta noite. Esta pergunta foi apresentada por mim em nome da Comissão parlamentar dos Transportes e do Turismo, porque, durante o Verão, os meus colegas deputados ficaram muito preocupados com a falência da companhia aérea SkyEurope e abordaram-me para que tomasse esta iniciativa em seu nome.

Valerá a pena notar que, desde 2000, assistimos a 77 falências de companhias aéreas na União Europeia e, no caso triste mas provável de que mais algumas possam vir a ocorrer neste clima económico difícil, parece-nos imperioso utilizar esta pergunta aqui esta noite para, pelo menos, lançarmos o debate sobre como poderemos proteger melhor os consumidores e os passageiros dos transportes aéreos na União Europeia.

No caso da SkyEurope, tratava-se de uma companhia aérea com sede na Eslováquia. Vimos os passageiros ficarem imobilizados nos seus destinos, sem direito a alojamento e nem mesmo a um voo de regresso a casa. Tivemos ainda o problema de ter sido dito a muitas destas pessoas que as compensações, ou mesmo os reembolsos, não seriam possíveis, uma vez que não tinham adquirido os seus bilhetes com um cartão de crédito, nem reservado através de um agente de viagens. Estes foram os passageiros que tinham feito reservas *on-line* através de contas próprias, uma prática que tem vindo a aumentar ao longo de já muitos anos.

Este não foi um caso isolado. No ano passado, assistimos a cenas semelhantes no meu país natal, o Reino Unido, quando a Excel Airways foi à falência, deixando mais de 200 000 pessoas sem dinheiro, sem compensações e imobilizadas numa série de aeroportos por toda a Europa. Elas foram duplamente prejudicadas, porque tiveram de gastar ainda mais dinheiro para encontrar alojamento e voos de regresso a casa.

Muitas destas pessoas não são passageiros frequentes ou que viajam em trabalho, como nós, e não dispõem dos meios financeiros para lidar com este tipo de perturbações. Pertencem normalmente àquelas famílias que gastam as suas economias nas férias familiares, para depois verem o seu dinheiro arduamente ganho ir por água abaixo sem terem culpa nenhuma disso.

Claramente, o actual estado de coisas não é aceitável. Aqui na União Europeia e no Parlamento Europeu, podemos estar orgulhosos da nossa reputação em termos de direitos dos passageiros. Assistimos à introdução da compensação por recusa de embarque - embora saibamos que ainda há questões por resolver em relação a isso. Assistimos à introdução dos direitos de assistência e de leis mais rigorosas sobre a transparência dos preços dos bilhetes, bem como de medidas severas de compensação, no âmbito da directiva relativa às viagens organizadas. Na verdade, julgo que cobrimos a maior parte daquilo que é fundamental no que se refere à defesa do consumidor em matéria de aviação, mas há aqui claramente uma lacuna que precisa de ser colmatada.

Se reservarmos um voo *charter* junto de uma agência de viagens, ficamos abrangidos pela directiva relativa às viagens organizadas. Se o reservarmos junto de uma companhia aérea regular, ficamos cobertos pelo seu sistema, mas se reservarmos *on-line* apenas o nosso lugar – no voo dessa companhia –, não ficamos cobertos. É uma anomalia. É uma lacuna que o Parlamento, com o apoio da Comissão, pretende colmatar.

Nesta pergunta, avançámos também a ideia de criar um fundo de compensação de reservas, mas isso não deve ser visto como uma exigência da nossa parte ou da parte da Comissão. Queremos apenas lançar o debate sobre os mecanismos que nos poderão ajudar a melhor resolver este problema, por isso a ideia da pergunta é iniciar o diálogo com a Comissão, na esperança de que possamos colmatar esta lacuna e encontrar uma solução para aquilo que é um problema sério, particularmente para as pessoas que são vítimas da insolvência de uma companhia aérea.

Aguardo com expectativa a possibilidade de trabalhar com a Comissão para tentarmos, em conjunto com a minha comissão, encontrar uma solução para este problema, e também de ouvir as opiniões dos meus colegas.

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. – (IT) Senhora Presidente, agradeço ao senhor deputado Simpson e a toda a Comissão dos Transportes e do Turismo por ter chamado a atenção do Parlamento para uma questão tão delicada como esta. Esta pergunta dá-me a oportunidade de reiterar formalmente o que foi dito nas últimas semanas depois das dificuldades vividas por muitos cidadãos europeus, por muitos passageiros, em resultado da falência de algumas companhias aéreas.

Como este Parlamento sabe, a protecção dos passageiros em todos os sectores de transporte constitui para mim uma verdadeira prioridade. Afirmei-o na audição, quando o Parlamento me deu o seu voto de confiança, e gostaria de o repetir esta noite. Creio que todos nós temos de nos mobilizar na procura de uma solução jurídica específica, sobretudo para impedir – como disse o senhor deputado Simpson – que os passageiros que tenham adquirido um bilhete de avião normal numa companhia aérea que posteriormente abre falência sejam tratados de forma diferente dos passageiros que compraram o seu bilhete no âmbito de um pacote de férias organizadas.

Por conseguinte, creio que a primeira coisa a fazer é usar os recursos que já temos à nossa disposição. Por outras palavras, os cidadãos têm de fazer uso de toda a regulamentação existente da melhor forma possível, mesmo que ainda seja incompleta e conduza a disparidades. Com o mesmo objectivo de otimizar os instrumentos disponíveis, quando a companhia aérea SkyEurope abriu falência, por exemplo, recorreu-se à Rede de Centros Europeus do Consumidor a fim de os aconselhar sobre os seus direitos e de registar as reclamações. Há no entanto necessidade de oferecer melhor protecção aos passageiros quando se vêm perante a falência de uma companhia aérea. Os passageiros com reservas que depois caducam têm de ter direito a um reembolso e, nalguns casos, à viagem de regresso. Este é um problema complicado que requer uma avaliação atenta das medidas a adoptar.

A Comissão já deu início a trabalhos para dar uma resposta concreta a estas questões. Já se realizou um importante estudo, a nosso pedido, sobre as consequências das falências no sector do transporte aéreo, em particular no que respeita aos passageiros. Este estudo circunstanciado explica em termos práticos as consequências das falências e o seu impacto nos 700 milhões, ou mais, de passageiros transportados anualmente em toda a União Europeia.

O estudo apresenta os vários cenários possíveis para se definir as soluções mais adequadas aos diferentes problemas causados pelas falências, em especial em termos de reembolso e à viagem de regresso, como acabei de referir. No que diz respeito tanto ao reembolso como à viagem de regresso, foi possível formular vários cenários, que vão desde a criação de fundos de garantia ao desenvolvimento de regimes de seguros obrigatórios para os passageiros ou companhias aéreas, e, em última análise, à ideia de introduzir alterações específicas na legislação sobre falências.

Em Fevereiro deste ano, enviei o estudo ao senhor deputado Costa, que, na altura, presidia à Comissão dos Transportes e do Turismo. A Comissão continua a analisar as várias opções possíveis com base neste estudo e a concentrar-se muito particularmente no impacto sobre os consumidores e o sector do transporte aéreo. Durante as nossas análises, teremos em conta todos os elementos do debate e aproveitaremos as contribuições de todas as partes interessadas. Nesta linha, nas próximas semanas, a Comissão dará início a uma ampla consulta pública sobre os direitos dos passageiros no sector do transporte aéreo.

Neste contexto e sem subestimar as diferenças e as características específicas das férias organizadas, a Comissão terá também em conta a avaliação de impacto em curso neste momento sobre a revisão, precisamente, da

Directiva 90/314 relativa às viagens organizadas, férias organizadas e circuitos organizados. Isto porque um dos principais objectivos do processo de consulta pública será determinar as consequências das falências das companhias aéreas para os passageiros e as possíveis soluções para resolver o problema. Obviamente, para além da consulta pública, será levado a cabo um estudo – como já mencionei – para analisar o impacto das várias soluções possíveis.

É evidente que o contributo do Parlamento será determinante para mim e – dado também o empenho com que a Comissão dos Transportes e do Turismo trabalhou nesta pergunta oral hoje – creio que durante as próximas semanas poderemos cooperar de forma profícua para identificar em conjunto as melhores soluções para as necessidades dos passageiros e para salvaguardar os seus direitos em caso de falência das companhias aéreas.

Marian-Jean Marinescu, *em nome do Grupo PPE*. – (RO) Durante a actual crise económica, com preços flutuantes de combustíveis e um ambiente competitivo mais duro, os operadores de linhas aéreas, sobretudo linhas aéreas de baixos preços, estão a atravessar tempos difíceis. Na actual situação, aumentar o preço dos bilhetes não é solução, ao passo que o aumento das taxas de serviço aplicadas por algumas companhias de baixo custo pode ter como resultado uma queda ainda mais abrupta do número dos passageiros.

As perdas financeiras suportadas por companhias aéreas em 2009 irão ascender a cerca de 11 mil milhões de USD, situação que irá principiar a recuperar apenas nos próximos três anos. Contra este pano de fundo, surgiu uma situação, que ninguém quer ver, em que as linhas aéreas estão a falir. No caso de falência em consequência de falta de legislação adequada, não há, praticamente, processo de recuperar o valor equivalente aos bilhetes ou fazer com que os passageiros deixados em terra no estrangeiro sejam transportados de avião de regresso ao país. O apoio oferecido a um certo preço, embora modesto, pelas linhas aéreas europeias aos passageiros de uma companhia falida, como realçado no caso SkyEurope, é, em si mesmo, louvável, mas apenas proporciona uma solução temporária para ajudar a atravessar uma crise especial. Por outro lado, nem sempre podemos considerar a própria crise económica desculpa para esta situação difícil, uma vez que houve linhas aéreas que faliram mesmo antes de esta crise ter sido desencadeada.

Controlos mais apertados da situação financeira das transportadoras aéreas, particularmente no caso de companhias de baixos preços, um controlo mais apertado de operações de fusão e aquisição de empresas, bem como a constituição de um fundo de garantia suficientemente grande, são algumas das poucas soluções que, a longo prazo, podiam oferecer protecção aos passageiros, no caso de falência de uma companhia aérea.

Saïd El Khadraoui, *em nome do Grupo S&D*. – (NL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, minhas Senhoras e meus Senhores, o nosso grupo tem insistido na necessidade de um debate sobre o problema das falências no sector da aviação, pois a verdade é que já não estamos a falar de um caso isolado. Como o meu colega, senhor deputado Simpson, presidente da nossa comissão, há pouco referiu, desde 2000 houve na União Europeia 77 falências de companhias aéreas – na sua maioria pequenas empresas, é certo –, o que também significa que muitos milhares de pessoas viram, de uma ou outra forma, ir por água abaixo o dinheiro que gastaram no bilhete de avião, ou foram simplesmente deixadas à sua sorte num qualquer lugar. Nestes tempos difíceis para o sector da aviação, há motivos para recear que outras falências se possam seguir. Temos, pois, de fazer algo.

Naturalmente que os Estados-Membros também têm um papel a desempenhar no controlo da credibilidade e da solidez financeira das companhias aéreas – faz todo o sentido que assim seja –, mas compete-nos a nós desenvolver, à escala europeia, um mecanismo de protecção para garantir que os passageiros apeados algures não fiquem entregues ao Deus dará. Apelamos, pois, à Comissão para que se esforce no sentido de apresentar mais rapidamente uma proposta específica sobre o assunto. Até porque, como V. Exa. assinalou, graças à legislação em vigor noutro tipo de matérias – nomeadamente, para as pessoas que reservam viagens organizadas –, já existem sistemas instaurados, sob a forma de um fundo de garantia, e não só. Assim, de certa forma, existe uma disparidade entre os que reservam um voo através de uma agência de viagens e os que compram o bilhete através da Internet. Creio que isto é outro aspecto que se impõe resolver.

Pelas palavras do Senhor Comissário, constato que o processo está na fase de consultas às partes interessadas. E que a Comissão tenciona apresentar uma proposta no decurso do próximo ano. Penso que precisamos verdadeiramente de acelerar o ritmo da nossa actuação: em lugar de esperarmos até ao final do ano que vem, deveríamos talvez procurar uma solução algo mais rápida. Tratemos, pois, de nos debruçarmos quanto antes sobre uma proposta legislativa específica, de modo a podermos organizar o debate sobre os aspectos práticos de um qualquer tipo de seguro de falências.

Por último, direi que fiquei muito satisfeito ao ouvir o Senhor Comissário afirmar que podemos contar com uma espécie de declaração geral sobre os direitos dos passageiros no sector da aviação. Sabemos que a legislação em vigor não está a ser aplicada de forma cabal, uniforme e satisfatória por todas as companhias aéreas. Este é um problema que exige a nossa atenção, e seguramente que em breve voltaremos a este assunto.

Gesine Meissner, em nome do Grupo ALDE. – (DE) Senhora Presidente, agradeço ao Senhor Comissário a sua resposta. Também sou membro da Comissão dos Transportes e do Turismo, e penso que neste momento é muito importante este assunto figurar na nossa ordem do dia. Aliás, o senhor deputado Simpson já nos havia exposto a questão.

Na situação actual, existe em relação aos passageiros aéreos uma lacuna em matéria de protecção dos consumidores. Essa lacuna, como já aqui se disse, tem a ver com a insolvência das companhias de aviação. Em minha opinião, é extremamente importante defender os direitos dos consumidores, e é isso que estamos a fazer. Estamos a procurar proteger os consumidores ao máximo.

Gostaria de mencionar outro aspecto, que, do ponto de vista do nosso grupo, não tem sido um factor de peso até agora, mas que considero importante tomar em consideração. Naturalmente que queremos que os direitos dos consumidores sejam protegidos, mas também queremos que os consumidores tenham possibilidade de escolha. Ao ponderar sobre como colmatar a lacuna existente, pode muito bem acontecer que uma proposta elaborada pela Comissão resulte num excesso de regulação, o que poderá dificultar a inovação em termos das opções oferecidas neste domínio.

A legislação para a protecção dos consumidores também implica, naturalmente, que haja possibilidade de escolha, por exemplo, entre diferentes ofertas das companhias aéreas. Assim, actualmente, a tendência é para a oferta, por exemplo, de voos muito baratos em lugar de algumas viagens de tarifa fixa, o que tem tido uma excelente aceitação por parte dos consumidores.

Espero que não haja aqui nenhum mal-entendido: a minha ideia não é de forma alguma uma diminuição dos direitos dos consumidores. Também para mim é muito importante a protecção destes direitos, e necessitamos efectivamente de um instrumento para o efeito. Contudo, há que ponderar as diferentes perspectivas a ter em conta para garantir, por um lado, a manutenção de uma ampla possibilidade de escolha em termos de viagens aéreas, e que novas opções possam aparecer no mercado, e, por outro, que os consumidores estejam protegidos e não fiquem com problemas financeiros às costas no caso de uma companhia de aviação abrir falência ou ter de apresentar o pedido de declaração de falência.

Neste aspecto, fico satisfeita de ouvir o Senhor Comissário dizer que estão a trabalhar para encontrar uma solução. Resultou claro das suas palavras que poderá igualmente ser criado um fundo de assistência. Aguardo com interesse o debate em comissão, que talvez possa ter lugar ainda este ano.

Eva Lichtenberger, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, minhas Senhoras e meus Senhores, naturalmente que as condições financeiras prévias para o acesso ao mercado por parte das companhias aéreas já foram debatidas na Comissão dos Transportes e do Turismo. A questão dos fundos de garantia foi levantada, na altura, mas ressaltou claramente que, para a maioria, não era uma questão suficientemente importante ou significativa.

Hoje, assistimos a casos que exigem realmente a nossa atenção, e a adopção de regulamentação específica, pois esta é uma área que tem forçosamente de ser regulada. Em primeiro lugar, temos de assegurar, de forma permanente, que os direitos dos passageiros que aqui vamos aprovar para garantir a protecção dos consumidores sejam respeitados.

A questão da recusa de embarque, e os inúmeros casos que infelizmente temos registado dessa situação, mostram que quaisquer lacunas jurídicas são imediatamente aproveitadas. Isto exige a nossa atenção e exige regulamentação. Teremos provavelmente de recorrer à solução de um fundo de garantia, ou a um qualquer tipo de seguro, para proteger adequadamente os passageiros de tais práticas. Basta-nos olhar com atenção para o mais recente caso de falência: mesmo no último dia, continuavam a anunciar que estava tudo bem, e muitos passageiros acreditaram nisso.

Para o referido tipo de solução, porém, haverá que assegurar que todas as partes envolvidas pagam a sua justa quota-parte, e que o resultado não é um punhado de companhias aéreas, incluindo as de baixo custo, cruzarem comodamente os braços e deixarem as outras suportar os riscos. Um mercado equitativo não deverá apenas proteger os passageiros das práticas desleais; deverá proteger, também, a concorrência.

Ryszard Czarnecki, em nome do Grupo ECR. – (PL) Senhora Presidente, ao longo dos últimos nove anos, quase 80 companhias aéreas abriram falência na União Europeia. Ouvimos hoje falar do modo como a companhia aérea "low cost" SkyEurope foi à falência nas últimas férias, deixando milhares de clientes por reembolsar. A situação está a repetir-se. Obviamente, não são os proprietários das companhias privadas que sofrem, mas pessoas que, em muitos casos, são menos abastadas, que durante muitos meses poupam para comprar um bilhete de avião para viajar para o estrangeiro. Penso que, nesta situação, o Parlamento Europeu, e falo enquanto membro da Comissão dos Transportes e do Turismo, deve insistir muito firmemente junto da Comissão Europeia no sentido de adoptar princípios para a protecção jurídica dos passageiros e clientes, o que também significa protecção financeira. A criação de uma reserva especial para a compensação de passageiros e clientes de companhias aéreas insolventes pode evitar situações como aquelas a que assistimos na última década, quando muitos milhares de pessoas, no mínimo, perderam o seu dinheiro sem possibilidade de o reaver. Esta é uma acção específica que os cidadãos dos Estados-Membros da União Europeia esperam de nós.

Jaromír Kohlíček, em nome do Grupo GUE/NGL. – (CS) Desejo agradecer ao senhor deputado Brian Simpson a excelente introdução que fez a este tema. Registou-se uma série de falências de companhias aéreas recentemente, num curto espaço de tempo. O problema não se restringiu a transportadoras de baixo custo, embora o maior número de falências diga respeito a este tipo de companhias. Se não debatermos o caso de centenas de passageiros abandonados nos locais de destino dos quais têm dificuldade em sair e em regressar a casa, não se registará qualquer mudança significativa. Vários sectores da indústria têm problemas de vez em quando e, regra geral, acaba por se encontrar uma solução. No caso vertente, há milhares de pessoas envolvidas, em muitos casos com crianças pequenas e sem dinheiro suficiente. É, por essa razão, necessário enviar um sinal claro de que estamos a par da situação. O que está em causa é a adequação dos fundos e um seguro que cubra as viagens de regresso. Penso que a Comissão e os Estados-Membros da UE são capazes de encontrar uma solução rápida para o problema dos passageiros. Os problemas das companhias aéreas exigirão, obviamente, uma solução diferente. A crise do sector exige instrumentos adequados, e penso que esses instrumentos serão utilizados.

Juozas Imbrasas, em nome do Grupo EFD. – (LT) Registam-se falências de empresas na sequência da recessão económica, e as companhias aéreas não são excepção. Na Lituânia, a companhia aérea lituana FlyLAL também entrou em processo de falência este ano. É uma de dezenas de companhias aéreas europeias que entraram em processo de insolvência este ano. Apesar de a legislação adoptada pelo Parlamento Europeu prever garantias e indemnizações suficientes aos passageiros, se, devido a causa imputável à companhia aérea, aqueles não descolarem a tempo na rota pretendida ou se tiverem problemas com a bagagem, as garantias só serão aplicadas se a companhia aérea não estiver a passar por dificuldades financeiras. Assim que uma companhia entrar em processo de insolvência, os passageiros que tenham comprado bilhetes perdem, geralmente, todo o dinheiro já pago. Por conseguinte, dado que as instituições dos governos nacionais controlam e autorizam as actividades das companhias aéreas e autorizam os voos, a Comissão recomendou que, quando uma companhia aérea entrar em insolvência, os governos podem e devem devolver de imediato o dinheiro aos passageiros da companhia aérea respeitante aos bilhetes que tenham adquirido, recuperando esses montantes mais tarde através de sub-rogação da companhia falida. Devemos também debater a proposta apresentada pelo senhor deputado Simpson sobre um fundo de reserva de compensação. Este problema urgente pode ser debatido e a melhor solução pode ser encontrada complementando o regulamento adoptado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho sobre regras gerais relativas à oferta de serviços de transportes aéreos. Desta forma, contribuiríamos para a segurança dos passageiros que utilizam os serviços das companhias aéreas.

Artur Zasada (PPE). – (PL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, o facto de as obrigações das companhias aéreas para com os seus passageiros não terminarem mesmo no caso de entrarem em falência é óbvio e deveria ser tomado como ponto de partida nesta discussão tão necessária que o senhor deputado Simpson iniciou.

Por conseguinte, foi com espanto que ouvi as explicações do porta-voz da SkyEurope. Ronald Schranz expressou o seu pesar pelos inconvenientes causados aos passageiros. Sublinho a palavra "inconvenientes". Declarou ainda que os clientes da empresa falida que se encontravam à espera em aeroportos estrangeiros teriam de procurar por si próprios formas alternativas de regressar a casa. Segundo o porta-voz, o assunto implicava vários milhares de pessoas, mas não podia avançar com um número preciso. Para o representante da SkyEurope, tratava-se, apenas, de uma estatística. Esqueceu-se, contudo, que entre esses números se encontravam muitos milhares de dramas pessoais, de passageiros que não conseguiam regressar a casa, às suas famílias ou ao trabalho. Este exemplo mostra que é necessário regulamentar esta matéria tão rapidamente

quanto possível. A SkyEurope era uma empresa cotada em bolsa, pelo que obtivemos mais informação sobre a mesma. Nem sempre é o caso quando se trata de outras companhias aéreas de custos reduzidos. Pode acontecer que o recente pesadelo de Bratislava venha a repetir-se num outro aeroporto europeu.

De momento, está em curso uma discussão acesa, na qual são propostas soluções diferentes para este problema importante. Fala-se de um fundo especial criado a partir de uma taxa adicional sobre as passagens aéreas e também de um seguro contra falência. São iniciativas válidas mas que não deixam de ter efeitos sobre o preço dos bilhetes. Num tempo de crise, precisamos de um sistema que, por um lado, ajude os passageiros e, por outro, não complique a já difícil situação das companhias aéreas.

Por conseguinte, gostaria de levantar uma questão e de apresentar uma proposta ao Senhor Comissário: poderia parte da solução estar na ideia de uma "solidariedade aérea", que incorporasse o princípio da responsabilidade conjunta das companhias aéreas perante os passageiros? Sim, solidariedade, uma ideia que a mim, enquanto polaco, me é particularmente cara. Deveria ser uma resposta e um desafio que pudesse ser aplicado imediatamente. A minha proposta baseia-se na ideia de que os passageiros de uma companhia aérea em falência que ficam retidos num aeroporto poderiam utilizar aviões de outra companhia aérea para destinos iguais, na condição, é claro, de existirem lugares vagos a bordo. Quaisquer custos envolvidos seriam regularizados entre as companhias aéreas implicadas. Gostaria de obter uma resposta do Senhor Comissário.

Olga Sehnalová (S&D). – (CS) Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a falência da companhia aérea SkyEurope concentrou as atenções no problema geral do fraco nível de protecção dos passageiros das companhias aéreas. Não se trata de um problema virtual – tive oportunidade de conhecer pessoalmente uma série de clientes desta companhia aérea afectados pela sua falência. Eram, por coincidência, convidados da cidade germinada francesa de Chateau d'Ain, que tinham participado numa reunião em Kroměříž, no leste da República Checa, a cidade que represento. A sua viagem de regresso foi uma experiência muito frustrante, que incluiu uma escala forçada de um dia no aeroporto de Praga.

Refiro esta experiência para salientar que a SkyEurope não era uma típica companhia aérea de baixo custo. Oferecia aos passageiros serviços similares aos de uma companhia aérea tradicional e voava para grandes aeroportos. Tinha uma vasta gama de clientes. Para os clientes para quem a principal preocupação não era a data da viagem mas o preço do bilhete, a SkyEurope era a primeira escolha na República Checa. A companhia aérea SkyEurope era também um dos clientes mais importantes do Praga-Ruzyně, o maior aeroporto da República Checa. A falência da SkyEurope, no entanto, afectou não só pessoas nos aeroportos, mas também outros 280 mil clientes que tinham adquirido bilhetes. De acordo com as informações disponíveis, os bilhetes foram vendidos até ao momento da falência ter sido decretada.

As pessoas que não adquiriram os bilhetes através de um cartão de crédito não têm praticamente qualquer possibilidade de recuperar o dinheiro. As companhias aéreas não estão juridicamente obrigadas a contratar um seguro para o caso de falência, pelo que muitas delas não têm esse tipo de seguro. Os passageiros devem, por conseguinte, apresentar as suas reclamações em processo de insolvência. As hipóteses de reaverem o dinheiro desta forma são ínfimas. Chegou, pois, a hora de fazer alguma coisa a este respeito. Desejo agradecer à Comissão dos Transportes por se ter ocupado desta questão e à Comissão por ter prometido abordá-la. Estou confiante em que será apresentada uma solução que reforçará a confiança dos clientes no sector dos transportes aéreos, que foi afectado de forma tão dramática pela crise económica mundial.

Oldřich Vlasák (ECR). – (CS) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o elevado número de falências de companhias aéreas que se registou este ano obriga-nos a considerar de novo se o mercado interno único dos transportes aéreos está a funcionar adequadamente. Embora várias grandes companhias tenham falido e a situação do sector continue a piorar devido ao aumento dos preços do combustível e a um crescimento económico mais lento, não existe, em minha opinião, razão alguma para se entrar em pânico. Antes de nos lançarmos pelo declive escorregadio da regulamentação, devemos ter presente que a União Europeia assistiu ao aparecimento de um grande número de companhias aéreas de baixo custo e a uma concorrência mais feroz entre todas as companhias aéreas comunitárias graças às medidas de liberalização.

Um sector que antigamente era altamente regulamentado, e com bilhetes de avião caros, foi transformado num sector dinâmico que oferece serviços que, graças aos preços acessíveis praticados na UE, são utilizados por um número crescente de passageiros que antes não tinham poder de compra para os adquirir. Por conseguinte, devemos considerar cuidadosamente como podemos aumentar o nível de protecção dos consumidores – no caso vertente, dos clientes das companhias aéreas – sem pôr em risco um mercado eficiente do transporte aéreo. A ideia de introduzir um seguro obrigatório contra a insolvência das companhias

aéreas foi já proposta no Parlamento Europeu num passado recente. É, por conseguinte, justo considerar como é que esta proposta pode ser implementada.

Christine De Veyrac (PPE). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão, caros colegas, a pergunta oral que estamos a debater esta noite revela a existência, como já muitos colegas afirmaram, de um verdadeiro vazio jurídico que deixa os passageiros sem qualquer garantia em caso de falência de uma companhia de aviação.

Evidentemente que a legislação europeia protege as pessoas que compraram o seu bilhete no âmbito de uma viagem organizada, mas não protege aqueles que o compraram na Internet. Como disse o senhor deputado Saïd El Khadraoui, os hábitos dos consumidores evoluíram com o desenvolvimento da Internet e o legislador tem de acompanhar essa evolução a fim de proteger os nossos concidadãos europeus. Muitos passageiros compram agora os seus bilhetes de avião na Internet. Sabendo que as companhias de baixo custo vendem os seus bilhetes quase exclusivamente em linha, os mais afectados por este fenómeno são sobretudo os jovens e todas as pessoas com rendimentos menos elevados. Não é aceitável que esses passageiros não disponham de nenhum recurso no caso de a companhia junto da qual compraram o seu bilhete abrir falência. Tanto mais que, nestes últimos meses, o sector dos transportes aéreos vive uma crise sem precedentes, a qual provoca uma forte redução da frequência dos aviões. Todos sabemos que esta crise é mais grave do que a que afectou o sector após o 11 de Setembro, em consequência da qual inúmeras companhias abriram falência.

Assim, é necessário a Comissão Europeia – e sei perfeitamente, Senhor Vice-Presidente, que está bem consciente disso – nos proponha, logo que possível, verdadeiras soluções que permitam proteger os passageiros no caso de a companhia em que deveriam voar abrir falência, seja qual for o modo de reserva dos respectivos bilhetes.

Magdalena Álvarez (S&D). – (ES) Senhora Presidente, Senhor Comissário, apraz-me o facto de estarmos aqui, hoje, a debater esta pergunta mas, em minha opinião, ela contempla apenas um dos casos possíveis de encerramento de uma empresa: o de colapso ou insolvência financeira.

Existem, contudo, outros tipos de situações em que as companhias aéreas podem deixar de operar ou podem suspender as suas actividades. Refiro-me aos casos de suspensão da licença por razões de segurança, ou a casos de encerramento voluntário ou por qualquer outra razão que não de índole financeira. Estas situações acarretam problemas idênticos aos que hoje aqui estamos a debater, pois também nesses casos os passageiros ficam indefesos, já que, das duas uma, ou não são reembolsados do custo do bilhete ou, se o forem, nalguns casos esse reembolso implica custos significativos.

Penso que o regulamento relativo à indemnização dos passageiros em caso de cancelamento ou atraso considerável dos voos poderá ser um dos instrumentos a utilizar, mas não creio que seja suficiente.

Neste contexto, gostaria de pedir à Comissão que pondere a possibilidade de propor medidas legislativas aplicáveis a outros casos – os que aqui referi –, que vão além dos casos de colapso financeiro e que não estão contemplados na legislação comunitária em vigor. De contrário, corremos o risco de, apesar das nossas boas intenções, ficarmos aquém do que se impõe e só darmos cobertura jurídica a uma situação em particular, deixando de fora muitos passageiros que também podem ser prejudicados pelo encerramento de uma companhia aérea, ainda que não motivado por razões económicas ou financeiras.

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) Se pretendermos ter um mercado interno eficiente, temos de ter uma política de protecção do consumidor. Ao longo dos anos, a União Europeia tem actuado de modo relevante neste domínio, tendo as medidas adoptadas assegurado um aumento do nível da protecção do consumidor em domínios como serviços de férias organizadas e dos direitos dos passageiros.

Todavia, a grande maioria das queixas dos consumidores recebidas estão relacionadas com a violação dos direitos dos passageiros de linhas aéreas. Muitas destas queixas vêm de passageiros, cujos voos foram cancelados em consequência da falência das linhas aéreas ou dos operadores turísticos. Em tais casos, os consumidores apenas se dão conta dos problemas quando o voo não é efectuado de acordo com o plano.

Muito embora a Directiva 90/314/CEE do Conselho da União Europeia relativa a férias organizadas proteja os passageiros em caso de liquidação do operador turístico, não os protege em relação a bilhetes de avião vendidos numa base individual. Além disso, em caso de recusa de embarque, é excluída qualquer indemnização no caso de circunstâncias extraordinárias, em que também está incluída a falência da companhia aérea. De acordo com um estudo recente, o número de falências de companhias aéreas na União Europeia entre 2000

e 2008 ascendeu a 79.41% das companhias aéreas que faliram entre 2005 e 2008 efectuavam voos regionais, ao passo que 17% eram companhias aéreas de baixos preços.

Que tipo de acção poderíamos empreender, portanto, para oferecer melhor protecção aos passageiros em tais circunstâncias? Possíveis soluções incluem um esquema de seguro de passageiros para cobrir estes cenários, um sistema de supervisão mais rigoroso, bem como a elaboração de um projecto de disposições legislativas que garantam o pagamento de indemnizações aos passageiros nessas situações.

Zita Gurmai (S&D). – (EN) Senhora Presidente, a compensação aos passageiros em caso de falência de uma companhia aérea não é apenas uma questão de dinheiro. Ela está relacionada com problemas ainda mais graves, tais como a segurança, a acessibilidade dos serviços e a competitividade. Em tempos de crise, todos os sectores económicos ficam em situação precária e os transportes aéreos não são excepção. É essencial não deixar que a confiança das pessoas nos operadores diminua, porque isso levaria a uma diminuição considerável da procura e, consequentemente, enfraqueceria ainda mais a situação financeira das companhias aéreas, podendo prejudicar toda a conjuntura económica e a competitividade da Europa.

A compensação aos passageiros está também relacionada com a acessibilidade dos serviços. Julgo que todas as pessoas na Europa devem ter a opção de viajar de avião, se assim o desejarem. Para isso, temos de admitir que precisamos de companhias aéreas seguras mas de baixo custo, que sejam acessíveis a todos. Essas companhias devem ter uma base financeira estável, porque segurança não significa apenas segurança em caso de acidente, mas implica também que, se eu compro um bilhete de avião, tenho de ter a certeza de que no momento da viagem, haverá realmente um avião para me levar ao meu destino.

Tudo isto confere à nossa pergunta oral a sua importância e o facto de ter havido quase 80 falências de companhias aéreas na Europa desde 2000 confere-lhe premência. A necessidade de uma regulamentação clara neste domínio é evidente. Por consequência, gostaria de pedir ao Senhor Comissário que considere seriamente este assunto e que apresente uma solução viável, o mais rapidamente possível.

Joanna Katarzyna Skrzydlewska (PPE). – (PL) Senhora Presidente, Senhor Comissário Tajani, há cerca de um mês, uma companhia aérea "low budget" entrou em insolvência, tendo a companhia aérea – a SkyEurope – iniciado o respectivo processo. Apesar do facto de, desde há muito tempo, analistas do sector da aviação terem vindo a prever esta falência, a SkyEurope ainda vendia bilhetes para os seus voos no dia anterior à declaração de insolvência. Em consequência, centenas de passageiros da companhia aérea viram ser-lhes negada a oportunidade de efectuarem as viagens que tinham planeado, mas, acima de tudo, ficaram expostos a perdas financeiras substanciais causadas pelo colapso. A empresa informou simplesmente os seus clientes, através de uma declaração oficial, que teriam de deduzir das suas contas o dinheiro que tinham investido nos bilhetes.

O exemplo da SkyEurope demonstra sem ambiguidades que, na nossa Europa comum, ainda não conseguimos elaborar uma legislação que proteja os consumidores dos serviços aéreos das consequências negativas do colapso de uma companhia aérea. É um problema importante, do que é prova o facto de que 77 companhias aéreas abriram falência desde 2000 em todo o mundo. Por exemplo, em 2004, a companhia aérea polaca Air Polonia abriu falência. Por conseguinte, gostaria que a Comissão apresentasse princípios para a protecção dos consumidores contra as consequências negativas da eventual falência de companhias aéreas.

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. – (IT) Senhora Presidente, a senhora deputada De Veyrac, o senhor deputado Vlasák e a senhora deputada Gurmai concentraram a sua atenção nas causas das falências, por outras palavras, a crise económica e as dificuldades que o sector do transporte aéreo enfrenta, quer sejam as companhias aéreas de baixo custo, quer as grandes companhias aéreas.

O Parlamento Europeu e a Comissão actuaram em perfeita sintonia no lançamento de um conjunto de iniciativas em resposta à crise. Refiro-me ao congelamento das faixas horárias aeroportuárias (slots), apoiado pela grande maioria deste Parlamento, e à iniciativa "céu único europeu", que representa uma grande reforma do sistema de transportes aéreos e que permite às companhias poupar nos custos do combustível uma vez que reduzimos as trajectórias entre um aeroporto e outro.

Precisamente para dar um apoio concreto a todas as companhias aéreas, sejam de baixo custo, ou não, solicitei aos 27 Ministros dos Transportes da União Europeia que introduzissem a reforma do céu único europeu antes da data prevista, atendendo a que se trata de uma boa maneira de as companhias aéreas pouparem combustível e, por conseguinte, evitarem balanços negativos. Impedir as companhias aéreas de abrir falência não só defenderá os passageiros de prejuízos como será, acima de tudo, extraordinariamente importante

para a defesa de postos de trabalho. Não nos podemos esquecer que esta crise financeira e económica não pode transformar-se numa crise social alarmante.

Sabemos que o sector do transporte aéreo enfrenta problemas em todo o mundo: basta pensar no que sucedeu às companhias aéreas do Japão há semanas atrás, quando foram anunciados cortes de pessoal. É nosso dever não só proteger os cidadãos como também garantir que as boas companhias aéreas possam manter-se operacionais, salvaguardando assim postos de trabalho.

A Comissão Europeia – e perdoem-me se me alongo – e o Parlamento trabalharam nesse sentido. Posso afirmar que, graças aos nossos esforços, conseguimos criar um novo modelo de companhia aérea completamente privado. Dou como exemplo o caso da Olympic Airways, o caso da Alitalia e o caso – que espero venha a ser resolvido – das Companhias aéreas Austríacas. Quer isto dizer que deixaram de existir companhias aéreas controladas pelo Estado que, em caso de dificuldades, têm de receber apoio do sector público. Em vez disso, quem quer que seja que tenha cometido os erros deve pagar por eles.

Gostaria também de responder à pergunta da senhora deputada Alvarez, que levantou uma questão seguramente interessante: creio que posso concordar com a sua proposta e acrescentar, no trabalho que estamos a levar a cabo, a sugestão de proteger também os passageiros de companhias que encerram a actividade não por abrirem falência, mas porque não respeitam os critérios de segurança. Neste caso específico, o passageiro é tão prejudicado como o passageiro que comprou um bilhete numa companhia aérea que depois vem a falir. O princípio deve continuar a ser o de proteger os passageiros quando são prejudicados, por outras palavras, quando não podem embarcar no seu voo. Além disso, esta é a filosofia que subjaz – e continuará a fazê-lo – aos meus esforços enquanto Comissário, de modo a que os passageiros possam receber a mesma protecção em todos os sectores de transportes.

Esta a razão por que, no Conselho "Transportes" que se deverá realizar no Luxemburgo, amanhã e depois de amanhã, abordaremos a questão dos direitos dos passageiros nos transportes marítimo e fluvial. Esta é uma escolha da Comissão, apoiada pelo Parlamento, que visa a protecção dos cidadãos europeus. Se quisermos realmente ganhar a confiança do público e obter resultados positivos como os alcançados na Irlanda, temos de legislar de forma a mostrar aos cidadãos que as Instituições comunitárias estão do seu lado, que não são uns reinos da burocracia, mas, sim, lugares em que se trabalha para se salvaguardar e defender os direitos dos cidadãos europeus.

Presidente. - Está encerrado o debate. A votação de quaisquer propostas de resolução terá lugar no próximo período de sessões.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Edit Herczog (S&D), por escrito. – (HU) Na sequência de uma mudança registada a nível dos hábitos de viajar, um número crescente de pessoas organizam as suas viagens, sem recorrer aos serviços das agências de viagem. As companhias aéreas de baixo custo foi quem mais ganhou com esta tendência registada na última década, tanto em termos de receitas como de quota de mercado. Senhoras e Senhores Deputados, a falência frequente das agências de viagem costumava constituir motivo de preocupação também na Hungria. Assistia-se a imagens na televisão de famílias abandonadas no estrangeiro sem poderem regressar. Não devemos deixar que a próxima vaga de falências acabe com as companhias de baixo custo, causando prejuízos de milhões de euros à economia, bem como aos passageiros, para não referir já o risco de segurança, caso uma companhia não tenha uma base financeira sólida para suportar o seu funcionamento.

É justamente por estas razões que devemos centrar-nos nos seguintes objectivos. Devemos ponderar sobre a ideia de endurecer as regras relativas à constituição das empresas. No caso das companhias aéreas, devem exigir-se mais garantias tanto a nível de capital como de estruturas. Devemos pensar em endurecer o sistema de contas financeiras e de exploração e sobre a frequência de controlos no local. A dimensão deste sector justifica a realização frequente de inquéritos europeus com vista a analisar a política de voos das companhias, o mecanismo de tratamento das reclamações e a simplicidade do procedimento de reembolso. Devemos facilitar ainda mais o tratamento das reclamações transfronteiras relativas a questões similares no futuro. Se queremos efectivamente criar um mercado comum na Europa que tenha no seu centro o bem-estar dos consumidores, devemos dar um tratamento mais eficaz às reclamações transfronteiras e aos pedidos de indemnização.

23. Relatório sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 2157/2001 do Conselho, de 8 de Outubro de 2001, relativo ao estatuto da sociedade europeia (SE) (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0092/2009) apresentada pelo deputado Klaus-Heiner Lehne, em nome da Comissão dos Assuntos Jurídicos, à Comissão, sobre o relatório sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 2157/2001 do Conselho, de 8 de Outubro de 2001, relativo ao estatuto da sociedade europeia (SE) (B7-0211/2009).

Klaus-Heiner Lehne, autor. – (DE) Senhora Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, em 2001, o Conselho Europeu alcançou uma decisão relativa ao Estatuto da Sociedade Europeia. Por várias razões, este Estatuto não entrou em vigor nesse formato senão em 8 de Outubro de 2004. Com é prática corrente no âmbito da legislação da União Europeia, a Comissão foi convidada, após algum tempo, a apresentar um relatório sobre a aplicação e a execução do Estatuto, a fim de avaliar a necessidade de propor alterações a este acto jurídico.

A data que há pouco referi, 8 de Outubro de 2004, foi exactamente há cinco anos. O prazo para a apresentação do relatório eram cinco anos, mas por enquanto não existe nenhum relatório da Comissão Europeia. Uma vez que todos cumprimos a lei e que a Comissão, como guardiã dos Tratados, tem particular obrigação de cumprir a lei, isto levou a Comissão dos Assuntos Jurídicos a perguntar por que razão o relatório não está disponível, e nem sequer foi elaborado. Queremos, muito simplesmente, dar à Comissão a oportunidade de justificar perante nós esta omissão. Em todo o caso, esta questão deixa bem claro que o Parlamento, e a Comissão dos Assuntos Jurídicos em particular, desempenham cabalmente a sua função de controlo da Comissão.

Não vou utilizar os cinco minutos de tempo de uso da palavra de que disponho, mas gostaria que a Comissão desse agora uma resposta à pergunta oral sucinta que eu apresentei.

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, em nome do Comissário McCreevy, que represento esta noite nesta Assembleia, gostaria de agradecer à Comissão dos Assuntos Jurídicos e ao seu presidente, o senhor deputado Lehne, por levantarem estas questões. A título pessoal – tendo eu sido deputado a esta Assembleia durante quase 15 anos – regozijo-me profundamente por ver o Parlamento exercer a sua função de controlo, atendendo a que é um óptimo incentivo para levar a Comissão a trabalhar com maior eficácia.

No que respeita às duas primeiras questões da pergunta, é com prazer que os informo de que os trabalhos para a preparação do relatório solicitado já estão numa fase avançada. A Comissão encomendou um estudo externo, que deverá estar pronto no final do corrente ano e que constituirá uma base factual sólida para a elaboração do relatório. A Comissão analisará este estudo em profundidade e ouvirá atentamente as opiniões das partes interessadas. O relatório poderá pois ser publicado no segundo semestre do próximo ano e será enviado ao Parlamento Europeu e ao Conselho.

Claro está que o calendário e o conteúdo exactos serão decididos pela próxima Comissão. O relatório conterá uma análise das quatro possibilidades de alteração previstas expressamente no artigo 69º do Regulamento e, nesta fase, a Comissão ainda não adoptou uma posição nem sobre esta nem sobre quaisquer outras alterações possíveis ao estatuto. Resta-nos esperar os resultados do estudo externo, bem como de futuras consultas, e controlar atentamente todos os factores e, se necessário, os resultados de quaisquer negociações sobre o estatuto da sociedade europeia.

No que respeita à terceira questão, o calendário previsto e o conteúdo de quaisquer outras acções a adoptar de futuro à luz dos resultados das análises realizadas terão de ser decididos pela nova Comissão, a qual – estou convencido disso – estará muito atenta e interessada em ouvir os pontos de vista do Parlamento antes de adoptar quaisquer medidas novas.

George Sabin Cutas, em nome do Grupo S&D. – (RO) O conceito de sociedade europeia data dos longínquos 1950, tendo sido recuperado depois de o Tratado de Roma ter entrado em vigor, como parte do objectivo de um mercado comum.

O actual Estatuto da Sociedade Europeia tem um valor simbólico para uma empresa europeia. Oferece o benefício de uma certa carta branca em termos de estabelecimento da empresa e da sua mobilidade. Muitas empresas usam o Estatuto de Sociedade Europeia para realçar o carácter único europeu da empresa,

transformando-o, ao mesmo tempo, num instrumento-chave para empresas que procuram desenvolver estratégias de fusões transfronteiriças.

De facto, um dos principais benefícios de uma empresa europeia é o facto de a sua sede estatutária poder ser transferida de um Estado-Membro onde foi registada para outro Estado-Membro, sem a empresa ser forçada a proceder à sua dissolução ou a criar uma nova pessoa jurídica. Todavia, a empresa europeia está muito longe dos objectivos iniciais de um estatuto autónomo governado por legislação única. Consequentemente, o seu funcionamento prático é inadequado. A legislação não é aplicada de modo consistente, dependendo de disposições específicas das legislações nacionais, ao passo que a mobilidade da empresa europeia é restringida pelas disposições que proibem o estabelecimento de sedes estatutárias ou sedes em diferentes Estados-Membros.

Na realidade, esta situação restringe uma das liberdades fundamentais da Comunidade, a liberdade de circulação de empresas. Pessoalmente, penso que o relatório da Comissão Europeia sobre a aplicação do regulamento, tal como referiu o Comissário, terá de incluir um estudo da possibilidade de estabelecer a administração de uma empresa europeia e a sua sede estatutária em diferentes Estados-Membros. Haverá, também, necessidade de pensar em rever o Regulamento para se avançar mais para a criação de um estatuto autónomo para este tipo de empresa.

Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão. – (IT) Senhora Presidente, ouvi atentamente as intervenções do senhor deputado Lehne e de outros deputados que participaram neste debate. É verdade que o Regulamento sobre o estatuto da sociedade europeia é complementado por uma Directiva relativa ao envolvimento dos trabalhadores e que o prazo para a sua transposição expirou em 8 de Outubro de 2004, data da entrada em vigor do Regulamento relativo ao estatuto da sociedade europeia.

Contudo, apenas oito Estados-Membros adoptaram as medidas necessárias até ao prazo previsto e a transposição da directiva relativa ao envolvimento dos trabalhadores ficou concluída em todos os Estados-Membros apenas no início de 2006. Fomos pois obrigados a adiar o relatório para garantir que o Regulamento relativo ao estatuto da sociedade europeia estivesse de facto em vigor em todos os Estados-Membros por um período de tempo suficiente que viabilizasse a elaboração de um relatório indicativo sobre a sua aplicação.

Estas são as razões do atraso. Pela minha parte, só posso concordar com o senhor deputado Lehne e esperar que possamos recuperar o tempo perdido e dar respostas concretas à União Europeia sobre o tema do estatuto da sociedade europeia a partir do segundo semestre do próximo ano, através de orientações específicas que possam de facto responder aos pedidos não só do Parlamento como também do sector económico e laboral de toda a UE.

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D), por escrito. – (PL) O funcionamento eficaz do mercado interno depende não apenas da eliminação de barreiras comerciais entre Estados, mas também da reorganização da estrutura de produção a nível da Comunidade. Para este efeito, a Comissão Europeia apresentou, nos anos setenta, uma proposta de criação de um quadro jurídico para as empresas europeias. Em 2001, foi adoptado o Regulamento do Conselho n.º 2157/2001 sobre o Estatuto da Sociedade Europeia. A ideia não surtiu os resultados esperados e, até à data, não muito mais do que 100 empresas transformaram-se numa *Societas Europaea*. A ideia, no entanto, cresceu no sentido de incluir pequenas e médias empresas no âmbito da sociedade europeia, do que resultou a proposta da Comissão de Março de 2008 de um Regulamento do Conselho relativo ao Estatuto de uma sociedade privada europeia. Tendo em conta a experiência negativa com a *Societas Europaea*, é muito importante que a Comissão tenha uma fação um acompanhamento permanente da aplicação do Regulamento n.º 2157/2001. É por esta razão que o próprio regulamento determina que, decorridos no máximo cinco anos após a sua entrada em vigor, a Comissão apresentará um relatório sobre a sua aplicação. O regulamento entrou em vigor em 2004. Gostaria, por conseguinte, de perguntar quando tenciona a Comissão apresentar o relatório devido e que medidas irá tomar com base na análise efectuada.

24. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta

25. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 22H20)